

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FABIANA MARA ESTECA

**IMPACTOS DA HETERONORMATIVIDADE SOBRE A CONJUGALIDADE
LÉSBICA:** uma análise psicanalítica a partir do relato de mulheres separadas
(versão reformulada)

São Paulo
2016

FABIANA MARA ESTECA

**IMPACTOS DA HETERONORMATIVIDADE SOBRE A CONJUGALIDADE
LÉSBICA: uma análise psicanalítica a partir do relato de mulheres separadas
(versão reformulada)**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutor em Psicologia.
Área de Concentração: Psicologia Clínica

Orientadora: Prof^l. Titular Isabel Cristina Gomes

São Paulo
2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Esteca, Fabiana Mara.

Impactos da heteronormatividade sobre a conjugalidade lésbica:
uma análise psicanalítica a partir do relato de mulheres separadas /
Fabiana Mara Esteca; orientadora Isabel Cristina Gomes. -- São Paulo,
2016.

130 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo.

1. Psicanálise 2. Conjugalidade 3. Mulheres 4.
Heteronormatividade 5. Gênero I. Título.

RC504

Agradecimentos

À Isabel Cristina Gomes por ter me acolhido, muitos anos antes, no Laboratório de Casal e Família, possibilitando um espaço rico de aprendizado e troca de reflexões. E, posteriormente, por ter me acolhido enquanto orientanda. Pela orientação atenta e cuidadosa até o fim. Profunda gratidão!

Ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que possibilitou a dedicação necessária para que este trabalho se realizasse.

Às mulheres, que gentilmente aceitaram participar dessa pesquisa, compartilhando comigo suas experiências de vida e tornaram possível tantas reflexões sobre o tema investigado.

Às meninas do Laboratório de Casal e Família, pelas trocas e sugestões para este trabalho. Em especial à Déa Bertran, Brunella Rodriguez, Carol Zuanazzi, pela ajuda com as análises, leitura do texto e parceria nos momentos difíceis dessa trajetória.

Às preciosas sugestões propostas pela banca de qualificação.

Aos amigos do Labore do Epsi, em João Pessoa, pelas ótimas tardes de sexta-feira, com psicanálise e bons lanchinhos partilhados. Pela escuta e leitura atentas do meu projeto de pesquisa. Muito obrigada pela receptividade e acolhimento em terras estrangeiras...

À minha terapeuta, Simone Marin.

À Liza Baggio, pela ajuda com o francês! Também por ser uma presença sempre leve e cheia de energia frente às injustiças do mundo.

Ao Bruno Baggio, companheiro em boa parte desse caminhar.

Aos meus amigos: Bruna Taño, Renata Taño, Bruno Vilella, Carol Corsi, Guilherme Barros, Juan Cruz Galigniana. Pessoas inspiradoras de vida e nobres de coração, que eu tive a sorte de encontrar nessa vida e estarão sempre “dentro”, mesmo que longe do lado de fora...

Ao querido amigo Bruno Caporrino, pela linda fotografia que ilustra essa tese e pelo texto sensível que a inspira.

Aos meus grandes e queridos amigos, irmãos que eu escolhi: André Lopes e Carolina Gonzalez, que estiveram muito próximos nesse caminhar.

Aos meus pais, por tudo. Sobretudo pelo acolhimento na reta final. Pela preocupação, cuidado e amor que a mim dedicaram.

*"Há circunstâncias em que, buscando a luz,
para além das grades, nos deparamos com uma muralha. Então, há
duas opções:*

*resignar-se a locupletar-se com a luz, ou encarar o dorido caminho rumo à
transformação, que exige que tomemos para nós a indignação, por mais que
doa.*

*É preciso se mudar - mudar a si mesmo, para, então, mudar-se para
outro lugar.*

Ou mudar o seu lugar..."



Foto e texto: Bruno W. Caporrino

Resumo

Este estudo se propôs a compreender em profundidade o significado da imposição heteronormativa na constituição subjetiva de mulheres que se revelaram lésbicas, bem como as influências dessa interface sobre o estabelecimento e ruptura do vínculo conjugal homoafetivo, tendo como base os referenciais psicanalíticos e as teorias de gênero. Para tanto, foram realizadas cinco entrevistas, com paulistanas de classe média ou média alta, com idades variando entre 31 e 58 anos. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semi-dirigidas, por meio de uma metodologia qualitativa. Observou-se que todas as entrevistadas foram vítimas de preconceitos e discriminações ao longo da vida e em maior intensidade dentro do núcleo familiar, situação que causou maior sofrimento. Das cinco entrevistadas, quatro relataram ter tido problemas de rejeição na família nuclear após a revelação da homossexualidade. Contudo, esta situação se reverteu após algum período de tempo, com exceção de apenas um caso. Pode-se destacar que a relação da família com a homossexualidade influenciou, direta ou indiretamente, decisões importantes na vida pessoal e amorosa, como por exemplo, a escolha por viver em grandes centros urbanos, na maioria dos casos longe da cidade natal ou da família. De acordo com o material analisado é possível perceber que a transmissão da herança familiar acerca dos valores e julgamentos prévios da homossexualidade, bem como da idealização da heterossexualidade, repercutem no processo de autoafirmação, nos modos de enfrentamento do preconceito e na conjugalidade. Observou-se que o preconceito representa um fator importante para compreender as especificidades da relação lésbica, ainda que não tenha sido referenciado como o causador direto de conflitos ou da separação. A principal queixa encontrada esteve na disparidade de autoaceitação entre as parceiras. A intensidade da reação da(s) mãe(s) frente à descoberta da homossexualidade da(s) filha(s) foi algo recorrente, por vezes envolvendo discriminação intensa, hostilidade e até violência física contra as filhas. Este fator despertou novas indagações e merece ser mais bem investigado, ficando enquanto sugestão para estudos futuros.

Palavras chave: psicanálise; conjugalidade; mulheres; heteronormatividade; gênero

Abstract

This study's goal was to understand in depth the meaning of the heteronormative imposition on the subjective constitution of women who revealed themselves as lesbians, as well as this interface's influences on the establishment and rupture of homoaffective marital bond, based on the psychoanalytical references and gender theories. For that, five interviews were conducted with middle or upper middle class from São Paulo, aged between 31 and 58 years. Data collection was conducted using semi-structured interviews, with a qualitative methodology. It was observed that all interviewees were victims of prejudice and discrimination throughout their lives and more severe within their family, a situation that increased suffering. Of the five interviewees, four reported having had rejection issues in their nuclear families after the revelation of homosexuality. However, this situation was reversed after a period of time, except for one case only. It may be noted that the family relationship with homosexuality influenced, directly or indirectly, on important decisions in personal and love life, such as the choice to live in large urban centres, in most cases away from hometown or family. According to the analysed material, it is possible to conclude that the transmission of the family inheritance regarding values and previous judgments of homosexuality, as well as the idealization of heterosexuality, reverberate in the self-affirmation process, in ways of coping with prejudice, and conjugality. It was observed that prejudice is an important factor to understand the specifics of the lesbian relationship, even though it has not been referred to as the direct cause of conflict or separation. The main complaint found was in the disparity of self-acceptance between the partners. The intensity of the reaction from the mother(s) upon the discovery of the daughter(s)'s homosexuality was recurrent, sometimes involving intense discrimination, hostility and even physical violence against the daughters. This factor conveyed new questions and deserves to be further investigated, featuring as suggestions for future studies.

Keywords: psychoanalysis, conjugality, women, heteronormativity, gender.

Résumé

Le but de cette étude a été de comprendre le sens profond de l'imposition hétéronormative sur la constitution subjective des femmes qui se sont révélées être lesbiennes, tout comme les influences de cette interface sur l'établissement et la rupture du lien conjugal homoaffectif, fondés sur les référentiels psychanalytiques et les théories de genre. Pour ce faire, cinq entretiens ont été réalisés avec des femmes de São Paulo, appartenant à la classe moyenne ou la bourgeoisie, âgées de 31 à 58 ans. La collecte des données a été obtenue au moyen d'entretiens semi-structurés et une méthodologie qualitative. On a observé que toutes les personnes interrogées ont été victimes de préjugés et de discrimination tout au long de leur vie et plus sévèrement au sein de leur famille, situation leur ayant causé davantage de souffrance. Parmi ces cinq femmes, quatre ont déclaré avoir eu des problèmes de rejet dans leurs familles après révélation de leur homosexualité. Cette situation s'est toutefois inversée au bout d'un certain temps, à l'exception d'un seul cas. Il est à noter que le rapport de la famille à l'homosexualité a influencé plus ou moins directement certaines décisions importantes de la vie personnelle et amoureuse de ces personnes, tel le choix de vivre dans de grands centres urbains, dans la plupart des cas loin de la ville natale ou de la famille. En analysant ce matériel, on peut conclure que la transmission de l'héritage familial quant aux valeurs et aux jugements préexistants concernant l'homosexualité, tout autant que son idéalisation, se répercutent sur le processus d'auto-affirmation, sur la façon de faire face aux préjugés, ainsi que sur la conjugalité. Il a été observé que le préjugé est un facteur important quant à la compréhension des spécificités de la relation lesbienne, même s'il n'a pas été désigné en tant que cause directe de conflit ou de séparation. Le principal reproche identifié a été la disparité de l'acceptation de soi entre les partenaires. L'intensité de la réaction des mères lors de la découverte de l'homosexualité de leur fille s'est trouvée être un facteur récurrent, résultant parfois en une forte discrimination, de l'hostilité et jusqu'à de la violence physique à l'encontre de leurs filles. Ce facteur a éveillé de nouveaux questionnements qui méritent une plus profonde investigation, offrant ainsi une piste pour de futures études.

Mots-clés: psychanalyse, conjugalité, femmes, hétéronormativité, genre.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Apresentação.....	9
1.2 Sobre os termos que compõe esta tese	12
1.3 Apresentação dos capítulos teóricos	16
2. HOMOSSEXUALIDADE, HETERONORMATIVIDADE E A PSICANÁLISE	18
2.1 A “invenção” da homossexualidade enquanto categoria identitária	18
2.2 A compreensão freudiana acerca da homossexualidade	20
3. SEXO, GÊNERO E IDENTIDADE	25
3.1 A produção do conceito de gênero e seu significado na emancipação feminina	25
3.2 Queer: a teoria e o movimento.....	32
4. FAMÍLIA, CONJUGALIDADE LÉSBICA (HOMOAFETIVA FEMININA) E PSICANÁLISE	34
4.1 Família de origem e transmissão psíquica.....	34
4.2 A transmissão da vergonha.....	34
4.3. Vincularidade sob o referencial da Psicanálise.....	36
5. A EXPERIÊNCIA SUBJETIVA E A CONJUGALIDADE LÉSBICA NA CONTEMPORANEIDADE: ALGUMAS PESQUISAS	39
6. OBJETIVOS	47
6.1 Geral	47
6.2 Específicos	47
7. DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	49
7.1 Fundamentação metodológica	49
7.2 Participantes.....	49
7.3 Procedimentos	49

7.4 Instrumentos	50
7.5 Aspectos éticos.....	51
7.6 Forma de análise dos dados	52
8. RESULTADOS.....	54
8.1 Apresentação das entrevistadas	54
8.2 Análises individuais	55
9. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	102
9.1 Família de origem, heranças e constituição subjetiva	102
9.2 A descoberta do desejo homoerótico, as primeiras experiências sexuais e o processo de autoafirmação lésbica com suas ressonâncias nas relações familiares.	104
9.3 Vinculação amorosa e conjugalidade.....	106
9.4 Principais conflitos, separação e influências do preconceito sobre a relação conjugal.....	110
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
11. REFERÊNCIAS	123
ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	130
ANEXO 2 – Parecer do Comitê de Ética.....	129

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Nos últimos anos tornou-se menos incomum ouvirmos falar sobre casamentos e uniões conjugais entre parceiros do mesmo sexo. Isto se deve, em grande medida, às conquistas de direitos antes limitados apenas aos casais heterossexuais, como o reconhecimento jurídico da união estável. Além disso, a visibilidade que a mídia tem veiculado de modo lento e progressivo nos últimos anos também têm contribuído para a inclusão social das diversas formas de manifestação das homossexualidades. Vale ressaltar que essas conquistas estão em íntima relação com o fortalecimento dos movimentos homossexuais que vêm ganhando força nas últimas décadas.

No Brasil, o reconhecimento jurídico da união estável foi aprovado em maio de 2011. A Argentina foi o país pioneiro da América Latina, regulamentando o casamento homoafetivo em 2003 (Barcelos, 2009). O reconhecimento jurídico da união estável foi um começo, contudo, está distante de significar equidade de direitos, pois a sociedade ainda está permeada por pressupostos de que a homossexualidade seria uma degeneração moral e que ameaçaria a família tradicional. Em São Paulo, por exemplo, o casamento civil foi regulamentado, no dia 18/12/12, pelo tribunal de justiça do estado¹. Contudo, muitos cartórios se negaram a oficializar a união. Por esse motivo, foi necessária uma nova resolução, aprovada no dia 14/05/2013, pelo Conselho Nacional de Justiça, que tornou obrigatória a realização da cerimônia de casamento pelos cartórios, independente do sexo dos parceiros (Arpen/SP). O único motivo para a recusa dos cartórios sobre essas uniões era de base moral, refletindo o quanto ainda está presente um discurso iniciado pelo movimento higienista que culminou na patologização da homossexualidade e na regulação dos costumes. Essa questão será abordada com maior profundidade no corpo da tese.

Além disso, a religião também tem fortalecido o preconceito, ao passo que vende a ideia de que a homossexualidade é pecado e condenada por Deus. Observa-se um fundamentalismo religioso acirrado e crescente no Brasil, que prejudica o avanço do combate à homofobia e de outras formas de violência contra as diversidades sexuais.

¹ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Disponível em www.tjsp.jus.br.

A psicologia, enquanto área do conhecimento que se dedica à compreensão dos fenômenos sociais e como estes interferem na constituição subjetiva, participa cada vez mais intensamente desse debate.

No ciclo de debates sobre diversidade sexual, promovido pelo Instituto de Psicologia da USP, em maio de 2014, foi discutida entre os membros do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo a proposta da bancada evangélica no senado a respeito do projeto de lei conhecido como “cura gay”. Tal proposta visa permitir aos profissionais de psicologia realizar trabalhos de “reversão” para quem assim lhes solicita. Entendida como um retrocesso, pois reforça a ideia de que a homossexualidade é algo a ser repudiado, além de desrespeitar uma decisão da categoria profissional.

Tal projeto implica em manter a repetição de padrões heteronormativos, perpetuando o sofrimento daqueles que não se enquadram. Trata-se, em todos os sentidos, de uma proposta totalmente inadequada, frente aos avanços sociais, culturais e intelectuais que pretendem uma sociedade mais humanizada e plural.

No ensaio “A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher”, de 1920, Freud ao se deparar com a solicitação dos pais de uma jovem pela “remoção” dos traços homossexuais, lança uma reflexão acerca do papel da psicanálise sobre a eleição do objeto de desejo em diálogo com as imposições culturais de “seu” tempo.

Em geral, empreender a conversão de um homossexual plenamente desenvolvido em um heterossexual não oferece muito maiores perspectivas de sucesso que o inverso; exceto que, por boas e práticas razões, o último caso nunca é tentado. O número de êxitos conseguidos pelo tratamento psicanalítico das diversas formas de homossexualismo, que, por casualidade, são múltiplas, na verdade não é muito notável. Via de regra, o homossexual não é capaz de abandonar o objeto que o abastece de prazer e não se pode convencê-lo de que, se fizesse a mudança, descobriria em outro objeto o prazer a que renunciou. Se chega a ser tratado, isso se dá principalmente pela pressão de motivos externos, tais como as desvantagens sociais e os perigos ligados à sua escolha de objetos; e esses componentes do instinto de auto-conservação mostram-se fracos demais na luta contra os impulsos sexuais. (Freud, 1920, p 159)

Ou seja, uma proposta de “cura”, remete a um debate atrasado e que já fora discutido há quase cem anos pelo criador da psicanálise.

Contudo, infelizmente, alguns indivíduos ainda hoje buscam terapia a fim de mudar a orientação sexual, outros mantêm a homossexualidade em segredo, levando uma vida

solitária, além de casos de suicídio³, motivados pelo constrangimento associado ao estigma sexual. São alguns exemplos de como as imposições morais atravessam essas subjetividades e geram sofrimento, cabendo à psicologia, a tarefa fundamental e urgente de abordar essa questão a fim de romper com esses estigmas que privam liberdades e ceifam o direito a uma vida plena.

Na experiência clínica se observa o quanto fatores relacionados com o preconceito têm o potencial de prejudicar a qualidade da relação entre pares do mesmo sexo.

Essas observações despertaram o interesse em compreender mais profundamente especificidades da união homoafetiva, tendo em vista o contexto heteronormativo que veicula preconceitos e discriminação em vários níveis.

A escolha em se fazer um estudo com mulheres, dá seguimento à trajetória acadêmica da pesquisadora, que se ocupou anteriormente em compreender a opressão histórica e os movimentos reivindicatórios de visibilidade social até os dias atuais. A partir desses estudos, verificou-se que a lesbianidade teve pouca visibilidade dentro dos movimentos feministas, que basicamente eram compostos por mulheres, heterossexuais e de classe econômica privilegiada (Welzer-Lang, 2001). Desse modo, houve desencontros significativos entre a política feminista e o lesbianismo (Espinoza, 2004), o que trouxe insatisfação por parte das mulheres lésbicas.

Tendo em vista as demandas da homossexualidade feminina, com especificidades diferentes das mulheres que compunham majoritariamente as lideranças feministas, a compreensão interseccional foi se consolidando enquanto perspectiva necessária para abarcar os diferentes modos de opressão experienciados por mulheres que reúnem outras categorias minoritárias, para além do gênero, e é sob esta perspectiva que esta tese pretende se orientar.

De acordo com Crenshaw (2002):

Há um reconhecimento crescente de que o tratamento simultâneo das várias ‘diferenças’ que caracterizam os problemas e dificuldades de diferentes grupos de mulheres pode operar no sentido de obscurecer ou de negar a proteção aos direitos humanos que todas as mulheres deveriam ter. Assim como é verdadeiro o fato de

³ Em pesquisa realizada por Teixeira-filho e Rondini (2012), com adolescentes entre 12 e 20 anos, em três cidades do interior paulista, verificou-se que as chances de suicídio são maiores em indivíduos não-heterossexuais se comparados aos heterossexuais.

que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, ‘são diferenças que fazem a diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres. (p.173)

Desse modo, o presente estudo visa apresentar e discutir aspectos pautados pela interação de uma dupla subordinação, de gênero e de orientação sexual e suas ressonâncias na relação conjugal.

1.2 Sobre os termos que compõem essa tese

Ao iniciar a pesquisa acerca da literatura sobre o tema a ser investigado nesta tese, a pesquisadora se deparou com a dificuldade em definir as palavras-chaves para realizar a busca com êxito, frente a uma variedade de palavras, termos e neologismos. Por um lado, esse fato indica um empenho visível, por parte dos teóricos, na tentativa de romper com estereótipos há muito arraigados e também, tem consonância com as novas abordagens pós-estruturalistas, que estão se destacando na compreensão das homossexualidades, como a teoria *queer* (que será apresentada no corpo da tese). Por outro lado, demonstra que ainda não há um consenso e o enfrentamento do preconceito ainda configura um desafio.

Não se pretende estender essa discussão, o intuito é apenas apontar as escolhas para este estudo e algumas justificativas para tais.

Lésbicas, homossexuais, gays, sapatão: definições e auto-definições para o relacionar-se com outra mulher

Nas entrevistas realizadas observou-se o emprego dos termos “sapatão” (apenas uma entrevistada se refere assim, não para se denominar, mas fazendo eco às vozes que a denominavam), gay, homossexual e lésbica. *Gay* é um termo mais utilizado entre elas, sem fazer muita distinção entre homens e mulheres, se referem às outras mulheres e a si mesmas enquanto *gays*. Na tese utilizar-se-á a palavra lésbica ou homossexual, pois *gay* tradicionalmente se refere aos homens homossexuais e seu uso parece estar mais disseminado

pela visibilidade maior da homossexualidade masculina. Portanto, a opção pelo termo “lésbica” parece mais apropriada a um propósito político de visibilidade a que esta tese está implicada. A escolha pela palavra “homossexual” é apenas uma alternativa enquanto recurso para facilitar a leitura, porém, seu uso é comedido e sempre atento a não ser compreendido enquanto um termo que define identidade ou fixidez.

Homoerotismo

Costa (1992) apresenta alguns argumentos a respeito da carga simbólica negativa da palavra homossexualidade e propõe a reflexão sobre sua substituição pelo termo “homoerotismo”. O psicanalista justifica sua escolha afirmando que é um termo mais coerente para indicar a pluralidade das práticas ou desejos entre sexos iguais, além de dissipar a associação entre homossexualidade e doença.

O autor enfatiza que usar a palavra “homossexual” também é limitador, pois, explica, não existe uma “substância” homossexual comum a todos os homens e porque o termo não indica identidade como no caso do homossexualismo que derivou o termo homossexual. Segundo ele, este último tem efeitos imaginários. O termo homoerotismo, então, refere-se à “possibilidade que têm certos sujeitos de sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente de diversas maneiras com outros do mesmo sexo biológico”. (p.22)

O autor aponta que o termo homoerotismo foi criado por Ferenczi, psicanalista húngaro, que argumentou na literatura psicanalítica que o rótulo da homossexualidade era insuficiente para descrever a diversidade das experiências psíquicas dos indivíduos homoeroticamente inclinados, diferenciando sexualidade de erotismo.

Em consonância com esses pressupostos, o termo sugerido pelo psicanalista será utilizado para se referir ao desejo e atração sexual por pessoas de mesmo sexo biológico.

Homoafetividade/casais homoafetivos

Trata-se de um neologismo cunhado por Berenice Bento⁴, desembargadora que, a partir do trabalho em Direito de família, observa que nas varas de família não se reconhecia as famílias compostas por casais homossexuais, apenas eram reconhecidas enquanto

⁴ Entrevista concedida à revista Justiflex, em 10/03/2010

“sociedades” e, portanto, não julgadas nessas varas, com o ônus de retirar desses indivíduos direitos sucessórios. Na sociedade, o sócio não é herdeiro, alega.

Desse modo, Berenice Bento propõe o termo homoafetivo, com a finalidade de legitimar essas relações enquanto família, justificando que as relações familiares são de base afetiva. Defende que o termo homossexual é estigmatizado e não concorda com o termo proposto por Jurandir Freira Costa, homoerotismo, pois segundo ela, continua a reforçar o caráter sexual em detrimento do caráter afetivo.

Heterocentrismo

Segundo De Jesus (2013), heterocentrismo consiste num “sistema afetivo e ideológico que impõe a heterossexualidade como superior”, isto é, configura um sistema simbólico em que supõe a heterossexualidade enquanto “naturalmente normal”, e o que se diferencia dessa norma é considerado como inferior, desvio ou anormalidade.

Esse conceito é fundamental para esta pesquisa, pois lança as indagações necessárias para iniciar o debate sobre essa pretensa naturalidade. Além disso, fornece as reflexões para uma análise aprofundada acerca da vivência homossexual inserida nesse contexto. Portanto, esta pesquisa é integralmente permeada por uma análise crítica a respeito das influências e interferências desse heterocentrismo sobre as subjetividades e intersubjetividades dissidentes da norma.

Heteronormatividade

Como o nome indica, se refere à imposição de uma norma heterossexual, isto é, considera outras formas de se relacionar, sexual e afetivamente, enquanto antinorma, “anormal”, portanto. Segundo Toledo (2008):

A heteronormatividade pode ser entendida como a heterossexualidade vista como normal e normativa diante de outras formas de vivência das sexualidades. Deste modo, as normas definidoras da sexualidade “normal” requerem o casal formado por um homem e uma mulher, afetivo-sexualmente complementares, opostos em seus papéis sociais e sexuais – tidos como natural a cada um dos sexos –, monogâmicos e, preferencialmente, dentro de instituição do casamento. Assim, compõem uma ordem social e sexual na qual são postas expectativas e demandas para homens e mulheres, onde a heterossexualidade é vista como ideal e natural. Tudo o que diverge dessa norma é então classificado como imoral, desviante, aberração, doença, pecado e/ou é invisibilizado. (Toledo, 2008, p.13)

Heterossexismo

Heterossexismo poderia ser compreendido de modo análogo às outras formas de discriminação como racismo, mas ao invés de se direcionar contra a raça/etnia se opõe à pessoas dissidentes da heterossexualidade (expressão utilizada por Toledo, 2013).

O termo é empregado nesta tese enquanto alternativa linguística para se referir a práticas e condutas designadas como homofóbicas.

Homofobia

Um termo que se mostrou controverso foi “homofobia” e há boas razões para aceitá-lo assim como rejeitá-lo. No primeiro caso por deslocar o aspecto patológico do homossexual para aquele que discrimina homossexuais ou tem dificuldade em lidar com a sexualidade dissidente da heterossexualidade. Por outro lado, o sufixo “fobia”, que significa medo ou aversão, dá margem à vitimização daquele que na verdade oprime (Mendonça e Nascimento, 2011). Contudo, há que se ponderar que a linguagem é viva e os significados vão sendo formados pelo uso que se faz das palavras. Esta observação está baseada na apropriação do termo por todas as entrevistadas, compreendendo por homofobia todas as práticas que hostilizam as homossexualidades.

Preconceito internalizado

Costa (1992) descreve um sentimento intenso de menos valia frente a um ideal estabelecido de conduta, a partir de um processo de identificação com aquele que oprime.

De acordo com o referido autor:

(...) a construção de subjetividades ideais implica, ipso facto, a figura da antinorma ou do desvio do ideal, representada pelos que não podem, não sabem ou não querem seguir as injunções ideais. A esses, diz Freud, é reservada a posição de objeto do desejo de destruição da maioria que em nome da norma ideal outorga-se o poder de atacar ou destruir física ou moralmente os que dela divergem ou simplesmente se diferenciam. (p.19)

A força desses ideais é tão intensa que contagia de modo muito doloroso a autopercepção dos próprios oprimidos deste sistema.

Na distância intransponível entre o ideal sexual da maioria e a efetiva condição homossexual da minoria instalam-se a aflição, a ansiedade, o ressentimento e o

sentimento de vida abortada, o que leva os sujeitos às mais extravagantes posições subjetivas na vida amorosa. (Costa, 1992, p.97)

Além disso, gays e lésbicas crescem e se desenvolvem em um ambiente que revela abertamente sua hostilidade ao homossexual.

A internalização dessa violência, manifestada sob a forma de insultos, injúrias, enunciados depreciativos, condenações morais ou compaixão, conduz muitos homossexuais a lutar contra seus desejos, engendrando, não raro, graves problemas psicológicos. Culpa, ansiedade, vergonha e depressão são as principais manifestações desses problemas. (Borrillo, 2001, p. 42)

Segundo Green e Mitchell (2002), o preconceito internalizado se refere às atitudes negativas que indivíduos homossexuais direcionam contra si próprios em algum momento da vida e em graus variados, esses comportamentos estão relacionados à baixa autoestima, decorrente do imperativo heteronormativo. De acordo com os autores, esse panorama pode estar relacionado ao alto índice de depressão e aumento de comportamentos de risco nessa população, que frequentemente acabam se escondendo e mantendo a homoafetividade em segredo.

Após essas ressalvas conceituais, finalizamos este tópico com a frase de Livia Toledo que traduz o sentimento frente a tantos imperativos morais que acabam se legitimando e se perpetuando através de diversas categorizações identitárias:

Quando não formos mais homens e mulheres, mas pessoas; quando não formos mais meninos e meninas, mas crianças; quando for possível uma linguagem andrógina por todos aceita e incluída, talvez um padrão de escrita (e de fala) menos excludente possa ser viável. (Toledo, 2013)

1.3 Apresentação dos capítulos teóricos

Para o constructo teórico desta tese, foram elaborados três eixos principais de compreensão e análise das questões aqui colocadas. Primeiro, contextualizar os padrões normativos atuais e ampliar a compreensão sobre as raízes do preconceito homofóbico. Segundo, uma explanação acerca das noções de gênero, sexualidade e identidade sexual. O terceiro e último eixo se refere às contribuições da psicanálise vincular na compreensão da constituição subjetiva e da conjugalidade lésbica.

Desse modo, os capítulos teóricos foram organizados da seguinte maneira:

No segundo capítulo da tese, “homossexualidade, heteronormatividade e psicanálise”, é realizada uma contextualização histórica sobre a moralidade sexual ocidental, a fim de compreender o processo que alimentou a construção de estereótipos e preconceitos sobre comportamentos que não se limitaram aos padrões heteronormativos.

No terceiro capítulo, “sexo, gênero e identidade”, busca-se lançar uma discussão acerca das noções de gênero, sexualidade e identidade sexual em diálogo com os movimentos feministas. Conforme levantamento bibliográfico sobre as pesquisas acerca da homoafetividade percebe-se que, para alcançar uma análise aprofundada e crítica a respeito da heteronormatividade e da homofobia, é imprescindível contextualizar a divisão binária de gênero e questionar a heteronormatividade. Com as contribuições teóricas que permearam este capítulo, foi possível aprofundar o debate em torno dos determinismos sexuais e lançar questionamentos com uma finalidade crítica reflexiva, que auxiliou em grande medida o processo de análise dos dados desta tese.

No quarto capítulo, “família, conjugalidade lésbica e psicanálise”, pretende-se destacar a influência da família na construção subjetiva a partir dos valores transmitidos ao longo da vida e das gerações. Contando com a leitura de autores como René Kaës (2014) e Olga Correa (2000, 2003, 2013). Além do aspecto familiar, serão apresentados os principais conceitos propostos pelos teóricos da psicanálise vincular, destacando Spivacow, Moguillansky e Nussbaum.

No quinto e último capítulo teórico serão apresentadas algumas pesquisas relativas à conjugalidade lésbica na atualidade. Este capítulo contempla também as questões de gênero implicadas na dinâmica conjugal, viés que foi bastante enfatizado nas pesquisas de Féres-Carneiro (2003, 2008, 2010) e podem nos oferecer subsídios para compreender peculiaridades da relação homoafetiva entre mulheres.

Com este corpo teórico acreditamos ser possível construir uma compreensão integrada e articulada frente à complexidade existente nas relações vinculares da atualidade, em especial a homoafetiva feminina.

2. HOMOSSEXUALIDADE, HETERONORMATIVIDADE E A PSICANÁLISE

2.1 A “invenção” da homossexualidade enquanto categoria identitária

A partir da leitura de autores que buscaram desvendar a rede de significados que permeiam as condutas sexuais humanas, entre eles: Michel Foucault, Judith Butler, Jurandir Freire Costa e Anthony Giddens, serão expostos alguns pontos de suas teorias e como se complementam, buscando apresentar seus argumentos a respeito da construção de discursos e a relação com a produção do preconceito sexista.

Costa (1995) retoma algumas teorias, como a do embriologista Lorenz Oken, que no início do século XIX lança um sistema de classificação da “raça humana”, a partir de um raciocínio bastante enviesado que propunha uma escala hierárquica entre as raças, fazendo uma analogia entre a escala evolutiva dos animais. Nesse sentido, o autor evidencia o quanto estes “pressupostos científicos” podem agir a serviço da exclusão, pois estas classificações estão acompanhadas de juízos de valor.

Desse modo, Costa (1992) procura entender a partir de que processo se deu a compreensão de que os seres humanos deveriam ser divididos entre homossexuais e heterossexuais, enquanto uma diferença fundamental para a vida moral. A proposta do psicanalista é de que talvez o caminho para superar preconceitos esteja em resgatar historicamente a origem deste sistema classificatório e compreender as intenções por trás de um suposto saber científico.

A partir da literatura do século XIX e começo do século XX, Costa (1992) discute essa construção histórica e sustenta que:

(...) nossas ideias aparentemente espontâneas e intuitivas sobre o que “é um homossexual” nada mais são do que decantações imaginárias de um estereótipo humano, inventado para funcionar como antinorma do ideal de conduta sexual masculina adequado à formação da família burguesa (p.12).

Para o autor, embora a prática homossexual seja antiga na história da humanidade, nem sempre houve uma definição que categorizasse o indivíduo em homossexual ou heterossexual. Costa (1992) aponta que essas nomenclaturas começam a ser utilizadas no momento em que a cultura burguesa ascende socialmente. A criação de um sistema de classificações serviria, assim, ao propósito de desvalorizar todos os que não seguiam os

padrões de conduta moral estabelecidos pela burguesia. Nesse sentido, quaisquer práticas que escapassem do modelo de “sexualidade familiar, conjugal e heterossexual”, seriam condenadas.

Cancissu (2007) aponta eventos históricos que também contribuíram na valorização da família tradicional, como o contexto da Revolução Industrial, que visava aumentar a força de trabalho e produção, para isso se construiu um discurso que valorizava a família e os filhos. Nessa mesma linha, a ideologia higienista, presente no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, sob o argumento de melhorar a saúde pública, produziu um discurso altamente manipulador que vendia a imagem dos homossexuais como causadores de prejuízos ao bem estar biológico-social.

Foucault (2007) destaca que o período do fim do século XIX e início do XX foi uma época em que o sexo estava em evidência. A falta de disciplina do prazer, como se dizia na época, não era favorável a uma sociedade produtiva, provocando uma série de estratégias de disciplinarização da vida sexual. Paradoxalmente, mesmo com tanta repressão, foi nesse contexto que as práticas sexuais deixaram de ser tão limitadas aos padrões vigentes.

De acordo com Vieira (2009):

Até 1892, não existia homossexualidade. Havia, certamente, mulheres e homens que mantinham relação sexual com parceiros do mesmo sexo e que podiam tornar-se alvo de reprovação ou punição por transgressão sexual. Porém, esses atos não os marcavam como pessoas inerentemente ou fundamentalmente diferentes das outras. Em suma, a atividade sexual não constituía um marcador ou determinante da identidade.

Com a disseminação desses ideais, os indivíduos passaram a ser categorizados enquanto homossexuais **ou** heterossexuais, surgindo inclusive uma preocupação em classificar “o que **é** um verdadeiro homossexual”, a partir de nomenclaturas que os definiam como doentes ou pervertidos.

Scott (1999/2005) atenta, entretanto, que não existe o “homossexual típico” e sim um estereótipo do preconceito. Para a autora:

(...) aquilo que é chamado por alguns autores de traços de personalidade ou de estrutura psíquica da homossexualidade, chamo de resposta psíquica ou estratégia defensiva posta em marcha pelos sujeitos diante das injunções morais desqualificantes produzidas pelo preconceito. (p.84).

Com o advento da cultura higienista, a homossexualidade foi sendo cada vez mais categorizada e segregada, disseminando-se a ideia de que se tratava de uma patologia ou desvio moral.

Giddens (1992) descreve esse intenso processo de patologização, a partir de uma série de argumentos conjugados entre médicos higienistas, sexólogos, psiquiatras, juristas etc., para que esses profissionais contassem com instrumentos de classificação “fidedignos” para diagnosticar os “invertidos”, como foram chamados durante muito tempo, entre outras denominações pejorativas.

Estando a psicanálise localizada neste contexto, cabe apontar aqui algumas interfaces entre sua constituição e a compreensão da homossexualidade.

2.2 A compreensão freudiana acerca da homossexualidade

A psicanálise, quando de seu surgimento, estava inserida em um momento histórico extremamente repressor. De acordo com Mezan (2008), Freud se ocupou em compreender os mecanismos de repressão a partir de uma análise acerca da natureza social que imperava na época. Uma das principais contribuições de Freud foi atentar para a existência de uma sexualidade infantil e também para o caráter bissexual universal a partir da teoria edípica.

De acordo com Jorge (2007), Freud lança os questionamentos antes impensáveis acerca da oposição entre normal e patológico em termos de sexualidade. O autor lembra que, para Freud, a ideia de uma direção heterossexual considerada “normal” é uma mera convenção, já que a partir da teoria da sexualidade infantil, elucida a capacidade de todos os seres humanos em fazer uma escolha homossexual (a partir do conceito de sexualidade perverso-polimorfa), ainda que de modo inconsciente. Desse modo, Freud rompe com a ideologia dominante que valorizava a homossexualidade enquanto anormalidade.

As contribuições da psicanálise foram imensuráveis e puderam transformar a visão que se tinha sobre a infância e sobre a complexidade da sexualidade humana. Contudo, muitos autores ilustram o quanto a interpretação generalizada da teoria de Freud reforçou o tabu da homossexualidade.

Para Roudinesco (2000), os discípulos de Freud foram os grandes transmissores da intolerância. A autora cita que em dezembro de 1921 os berlinenses, membros do Comitê da

IPA (International Psychoanalytical Association), negaram o direito de homossexuais atuarem como psicanalistas. A autora aponta ainda a postura de Anna Freud que, além de concordar com a medida proibitiva, postulava que um tratamento bem sucedido deveria “conduzir um homossexual para o caminho da heterossexualidade” (Roudinesco, 2000, p. 187).

Ainda que em alguns momentos os conceitos freudianos expressassem certa ambiguidade em relação à homossexualidade, o criador da psicanálise, com seu talento analítico e questionador, revela a influência da tradição judaico-cristã nas perseguições físicas e morais contra os que transgrediam as leis da família (Roudinesco, 2000).

A compreensão sobre a “inversão”, como era chamada a homossexualidade na época, passou por um processo lento de migração de uma categorização patológica para uma antropológica, sobretudo com o reconhecimento dessa prática entre os povos antigos civilizados, conforme Freud, em 1905 evidenciou em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”.

É importante apontar ainda que, embora houvesse uma análise crítica sobre a moralidade europeia de seu tempo, alguns autores consideram que a teoria freudiana demonstrou certa permeabilidade aos princípios heteronormativos vigentes na época de sua construção, como podemos identificar a partir do conceito de perversão:

(...) desvio em relação ao ato sexual “normal”, definido este como coito que visa a obtenção do orgasmo por penetração genital, com uma pessoa do sexo oposto. Diz-se que existe perversão quando o orgasmo é obtido com outros objetos sexuais (homossexualidade, pedofilia, bestialidade, etc.), ou por outras zonas corporais (coito anal, por exemplo) e quando o orgasmo é subordinado de forma imperiosa a certas condições extrínsecas (fetichismo, travestismo, voyeurismo e exibicionismo, sadomasoquismo); estas podem mesmo proporcionar, por si sós, o prazer sexual. De forma mais englobante, designa-se por perversão o conjunto do comportamento psicosexual que acompanha tais atipias na obtenção do prazer sexual. [grifos nossos] (Laplanche e Pontalis, 1998, p.341)

Nos trechos sublinhados destacamos que junto à homossexualidade, estavam no *rol* das perversões condutas sexuais que implicavam uma invasão/agressão ao objeto de desejo, como no caso da pedofilia e do voyeurismo. De modo que provavelmente essa conceituação deu margem a leituras preconceituosas e estigmatizantes.

Freud chegou a indicar que a prática homossexual não se tratava de uma degeneração moral, entendida enquanto uma manifestação psicológica patológica sem identificação de doença infecciosa ou trauma psíquico. Portanto, não havia fundamento em fazer qualquer

juízo depreciativo sobre os homossexuais, inclusive, em nota de rodapé ele afirma “convém admitir que alguns dos homens mais destacados de que temos notícia foram invertidos, talvez até invertidos absolutos” (Freud, 1905, p. 131).

Quando Freud elaborou os três ensaios sobre a teoria da sexualidade, e evidenciou a complexidade que envolve a sexualidade humana, dando assim voz às multiplicidades que observava, ainda que a discussão estivesse muito incipiente, trouxe uma contribuição imensurável para os debates posteriores contra a discriminação homofóbica.

Ao longo do século XX foi se desconstruindo a imagem da homossexualidade enquanto patologia. Na década de 70 deixou de ser considerada uma doença, pela Associação Americana de Psiquiatria, dando início a um intenso movimento de despatologização. De acordo com o Conselho Nacional LGBT:

Desde 1973 a homossexualidade deixou de ser classificada como perversão ou distúrbio pela Associação Americana de Psiquiatria. Em 1975, a Associação Americana de Psicologia adotou o mesmo procedimento, deixando de considerar a homossexualidade uma doença. No Brasil, em 1984, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) posicionou-se contra a discriminação e considerou a homossexualidade como algo não prejudicial à sociedade. Em 1985, a ABP foi seguida pelo Conselho Federal de Psicologia, que deixou de considerar a homossexualidade um desvio sexual (...) ⁵

O Conselho Federal de Psicologia deixou de considerar a orientação sexual como desviante e em 1999 instituiu condições na atuação de psicólogos frente ao público homossexual, recriando qualquer prática que tentasse “reverter” a homossexualidade, alegando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão” ⁶.

Para Giddens (1992):

(...) o declínio da perversão pode ser compreendido como uma batalha parcialmente bem sucedida sobre os direitos da auto-expressão no contexto do Estado democrático liberal. Ocorreram vitórias, mas as confrontações continuam e as liberdades alcançadas ainda poderiam ser plausivelmente coibidas por um movimento reacionário. Os homossexuais ainda enfrentam um preconceito profundamente enraizado e, muito comumente, uma violência aberta. Suas lutas emancipatórias encontram resistências talvez tão profundas quanto aquelas que continuam a obstruir o acesso das mulheres à igualdade social e econômica. (p.44)

⁵ Nota do Conselho Nacional LGBT sobre o projeto de decreto legislativo 234/2011 (que busca sustar a aplicação da resolução 1/99 do Conselho Federal de Psicologia)

⁶ Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999.

As notícias veiculadas no cotidiano confirmam o quanto ainda são frequentes os crimes de agressão, até homicídios com motivação homofóbica e, apesar dessa situação precária, o debate acerca da criminalização da homofobia ainda é vagaroso e rudimentar. Observa-se que a sociedade está fortemente pautada em valores heteronormativos e não atenta para a violência ocorrida em diversos níveis contra as diversidades humanas. Desse modo, percebe-se o quanto é desafiador transformar, para além da cultura, as crenças pessoais sobre o que é aceitável e o que não é.

A partir da apresentação do panorama contextual que permeou a construção de significados referentes às práticas homossexuais e, sobretudo, ao estigma que incidiu sobre estes indivíduos, reunimos elementos para discutir o preconceito e lançar uma reflexão sobre possibilidades de reparação do mesmo. “O ponto importante será saber sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas.” (Foucault, 2007, p. 18).

O autor acima defende que a vida sexual foi gradualmente moldada e interceptada pela força de um discurso produzido com finalidade de opressão. Na mesma linha, Butler (2013) acrescenta: “O poder da linguagem de atuar sobre os corpos é tanto causa da opressão sexual como caminho para ir além dela” (p.169)

Em psicanálise, entendemos a linguagem enquanto um instrumento de representação. De acordo com Costa (1992) “vocabulários diversos criam ou reproduzem subjetividades diversas” (p.14). Segundo o psicanalista, “ao enunciarmos uma regra moral, falamos do interior de uma prática linguística que sempre exprime preferências por certas condutas.” (p.18)

Se por um lado a produção de discursos está relacionada com um processo maior de dominação e poder, por outro, a indagação desse discurso fornece elementos para a desconstrução desta rede de sentidos.

Giddens (1992), assim como Foucault (2007), compreende que o discurso tem relação com o poder, mas pondera que existe um contraponto ao que é instituído, pois o discurso não só descreve a vida social, mas também é mobilizado por ela. Desse modo, defende que existe uma reflexão e indagação das circunstâncias que regem a realidade da vida, ou seja, os indivíduos não são meramente passivos sobre a ordem do poder.

Sendo assim, pode-se afirmar que a psicanálise configura um campo do conhecimento que movimenta estas indagações e promove a transformação dessa rede de sentidos. Na medida em que atenta para o significado do discurso e tem por principal instrumento de análise a própria linguagem.

Trata-se de uma discussão em andamento, a partir do reconhecimento de que a sexualidade não é uma instância rígida e imutável, mas em constante transformação, tanto no aspecto social, a partir da permeabilidade dos discursos, como no aspecto individual, a partir do próprio processo de desenvolvimento emocional, afetivo e moral.

É de acordo com esses pressupostos que esta tese se orienta.

3. SEXO, GÊNERO E IDENTIDADE

Qual a expectativa e/ou significado que surge frente à designação: “um estudo com mulheres”? E o que se imagina acerca do tema envolvendo “casamento entre duas mulheres”? Certamente, a ideia sobre o “ser mulher” e o “ser homossexual” leva a uma série de pressupostos, pautados na experiência de vida e no cotidiano, mediante uma configuração subjetiva que se estabelece frente à primeira marca identitária que define o indivíduo para o mundo: o sexo biológico.

E o que se pensa quando se trata de uniões de indivíduos de mesmo sexo? Não é uma questão que se restringe apenas ao ato sexual em si entre duas pessoas de anatomias semelhantes. Para além do corpo, o que está em questão quando se fala em uma união entre mulheres, provavelmente não são as mesmas questões que operam quando se fala em uma união entre homens. Algumas pesquisas já indicam certas peculiaridades entre vínculos homoafetivos femininos e masculinos. Por exemplo, a constatação de que homens gays sofrem mais discriminação em espaços públicos se comparados às mulheres lésbicas e, por outro lado, de que mulheres lésbicas sofrem maior discriminação no contexto familiar e privado (Facchini, 2011). De onde surgem essas diferenças?

Partindo dessas indagações, pretende-se apontar algumas hipóteses, mais em caráter de reflexão do que conclusivo, seguindo uma linha de pensamento dialético, embasado em autoras como Judith Butler (2013), Joan Scott (2005) e Gayle Rubin (1993).

Se o interesse está em compreender como o preconceito interfere na relação homoafetiva feminina, é crucial explorar a construção do conceito de gênero e entender as circunstâncias sociais que o permearam.

A seguir será apresentada essa construção teórica, que foi se consolidando ao longo do século XX e pôde fortalecer a luta por emancipação das mulheres, iniciando um processo de questionamento acerca das normas sociais e favorecendo o desenvolvimento de leituras mais complexas a respeito da compreensão de gênero.

3.1 A produção do conceito de gênero e seu significado na emancipação feminina

No final do século XIX a pauta feminista estava em buscar igualdade de direitos políticos, como por exemplo, o direito ao voto; econômicos, como o direito à herança e

sociais (Pedro, 2005). A antropóloga americana Margareth Mead, no início do século XX percebeu que havia uma justificativa artificial nas sociedades para a divisão dos papéis sexuais, baseada arbitrariamente na diferença sexual, limitando a atuação das mulheres na esfera pública e social (Porchat, 2011). Mead (1935/2000) demonstra o quanto essa construção nada tinha de “natural”, já que havia diferenças em sua estruturação em cada sociedade, sugerindo, portanto que essa desigualdade entre os sexos tratava-se de uma construção cultural. Segundo Porchat (2011), a consideração de Margareth Mead fez com que posteriormente se utilizasse o termo “gênero”, separando a identidade do sexo biológico enquanto seu determinante. As formulações de Mead ofereceram uma importante contribuição acerca das hipóteses do patriarcado universal, que proclamava a superioridade dos homens sobre as mulheres.

Joan Scott (2005) traça uma análise a partir da Revolução Francesa e observa que a igualdade de direitos políticos e jurídicos incluiu apenas homens, as mulheres foram vetadas a partir da premissa de que as tarefas domésticas – a que foram pré-destinadas – as impediriam de atuar na vida pública. Ainda assim, segundo a autora, a ideologia propagada pela Revolução Francesa teve um importante papel no despertar dos excluídos, como por exemplo, as mulheres, que começaram a se organizar na luta pela igualdade, configurando um incipiente feminismo que foi se fortalecendo e trazendo conquistas para a vida pública dessas. Este momento é considerado como a primeira onda do movimento feminista.

Na década de 1940, outras requisições foram surgindo, sobretudo pelo contexto do fim da segunda guerra mundial. Durante a guerra muitas mulheres foram trabalhar fora de casa, substituindo a mão de obra dos homens que foram para a guerra. Quando então, esses homens retornaram aos seus lares, as mulheres largaram seus postos de trabalho e voltaram para a vida doméstica entediante de outrora, porém já não aceitavam mais a condição de restringir a vida aos cuidados com o lar. As mulheres lutaram pelo direito sobre o próprio corpo, contra a subjugação do homem e por uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas no casamento. A pauta, portanto, muda e na metade da década de 40 teve início a segunda onda do movimento feminista.

A união das mulheres motivou também a criação de grupos de reflexão, formado apenas por mulheres, cujo objetivo estava em dividir experiências e encontrar um sentido para as vivências de opressão. Estes encontros indicavam, assim como Simone de Beauvoir havia

afirmado, que a cultura dominada pelos homens torna as mulheres submissas e com baixa autoestima. Ainda que esta perspectiva tenha sido criticada dentro do próprio movimento, por ser considerada “separatista” e reforçar uma lógica binária, Butler (2013) ponderou que esse processo foi necessário nos primórdios da teoria feminista, pois era fundamental trazer visibilidade para as mulheres, diante de um contexto onde não havia nenhuma ou quase nenhuma representatividade social.

Conforme as mulheres foram ganhando espaço político e social, foi surgindo também a necessidade de reavaliar a própria categoria “mulheres”, frente à pluralidade de condições, contextos e reivindicações. O movimento se depara então com um problema de ordem política, já que não existe uma “identidade comum” a todas as mulheres e unificar um grupo tão diversificado poderia significar a exclusão de outras minorias.

Nesse contexto, diversas teóricas apresentam discussões que fomentam questionamentos acerca das normas que estruturam a sociedade a partir de uma lógica binária, que perpetua hierarquias de gênero e engessam identidades.

Nesse sentido, destaca-se a obra de Judith Butler, fundamentada de acordo com a noção dialética de Hegel, isto é, entende e analisa os fatos enquanto processos em constante movimento, num eterno devir, pois essa compreensão rechaça a ideia de uma verdade absoluta. E é justamente o apego cego a essa verdade o que perpetua ideologias de opressão.

Segundo Butler (2013), a teoria do patriarcado universal foi uma tentativa de fortalecer a representatividade das reivindicações do feminismo. Por outro lado, esta ideia é insuficiente para compreender a existência de contextos culturais diversos onde ocorrem mecanismos diferentes de opressão de gênero, na medida em que dá um tom de “experiência comum” da opressão vivenciada pelas mulheres. Por fim, a discussão sobre a tese do patriarcado universal dá lugar a uma perspectiva interseccional, que legitima e coloca em evidência outros fatores somados à subordinação feminina, como etnia, orientação sexual, classe social etc.

Se na segunda onda do movimento feminista - localizada após o fim da segunda guerra mundial – havia uma intensa reivindicação sobre liberdade sexual, direito ao corpo e ao prazer, e contra as ideias veiculadas pela mentalidade do patriarcado; nesse período já começa a despontar um espírito subversivo que iria culminar na revolução sexual dos anos 60.

No início dessa mesma década, o psicanalista americano Robert Stoller, a partir de seu trabalho com transexuais, sugere que o sexo biológico não é determinante da identidade sexual escolhida, oferecendo assim uma importante contribuição, não só à psicanálise, mas aos estudos de gênero. Começa-se a se falar pela primeira vez em “identidade de gênero”, indicando que o sexo biológico não é uma instância determinante do gênero, como se pressupunha (Porchat, 2011). Stoller (1993), inserido nesta rede de sentidos, afirma que tanto a masculinidade como a feminilidade é pautada por convicções:

Além do fundamento biológico, a pessoa obtém estas convicções a partir das atitudes dos pais, especialmente na infância, sendo estas atitudes mais ou menos semelhantes àquelas mantidas pela sociedade como um todo, filtradas pelas personalidades idiossincráticas dos pais. Portanto, tais convicções não são verdades eternas: elas se modificam quando as sociedades se modificam (p. 28).

A partir dos anos 70 a teoria feminista se dedica a problematizar as concepções binárias de identidade, atravessadas pelo gênero, e como essa concepção tinha influência sobre as relações pessoais, os valores e as experiências, diante de processos de resignificação que desprivilegiavam as mulheres (Toledo, 2013).

Nessa mesma década, nos Estados Unidos, a venda de pílulas anticoncepcionais é liberada, contribuindo ainda mais para o controle da mulher sobre o próprio corpo e sexualidade. Com o advento da pílula e outras tecnologias reprodutivas, o modo de vivenciar a sexualidade foi se transformando, constituindo o que Giddens (1992) definiu como “sexualidade plástica”. Plástica porque traz a ideia de flexível, de sexo não necessariamente relacionado à reprodução, ampliando a liberdade de trocar experiências sem que haja qualquer associação com uma possível parentalidade. O autor pontua ainda o quanto a sexualidade ganhou espaço na vida de homens e mulheres nas sociedades ocidentais intensamente nas últimas décadas. A “emergência” da homossexualidade também tem relação com essa atmosfera “plástica”.

De acordo com Facchini (2011) o movimento pelos direitos homossexuais teve início nas décadas de 60 e 70, e já no início da década de 70 existiam inúmeros movimentos sociais de estudantes, negros, mulheres e homossexuais reivindicando por direitos. Para o autor, entre 1978 e 1983 as propostas de transformação para extinguir as hierarquias sociais - especialmente aquelas associadas ao sexismo e ao machismo - definiram a primeira onda do movimento homossexual, que foi bastante influenciado por um discurso anti-autoritário, decorrente do horror causado pela ditadura militar que vigorava no país.

A feminista americana Adrienne Rich (2010) afirma que os anos 80 marcaram um período de intenso debate acerca das relações entre feminismo(s) e lesbianismo(s), enriquecendo uma construção teórica que questionou a relação entre sexualidade, gênero e orientação sexual. Nessa década, a teoria feminista reforçou ainda mais o incipiente questionamento sobre a categoria de sujeito feminino enquanto uma entidade estável e evidente e o discurso que rejeitava a ideia de sexo como entidade determinada biologicamente se intensificou. As feministas se preocuparam em diferenciar sexo de gênero, criticando e questionando os papéis pré-definidos das mulheres como nos moldes das décadas de 60 e 70.

A intenção dessas autoras era reforçar a ideia de que diferenças entre os comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidas pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura, aprofundando ainda mais o debate já iniciado por Margareth Mead no início do século XX. Simultaneamente ao início da terceira onda do movimento feminista, o movimento homossexual vai se consolidando e ganhando força na década de 90.

O início da organização política lésbica foi marcado, em 1980, pela criação do primeiro grupo exclusivamente lésbico no Brasil, com a cisão do grupo SOMOS de São Paulo, o primeiro grupo de afirmação gay do Brasil (Mesquita, 2009). A autora define que com o advento da AIDS teve início a segunda onda do movimento homossexual, em que as propostas de liberação sexual passam a serem revistas e o termo opção sexual é substituído por “orientação sexual”. Os grupos lésbicos ganham força com a organização dos Seminários Nacionais de Lésbicas (SENALES), a partir de 1996. Esse momento, segundo a autora, marca a terceira onda, cujo propósito estava em dar uma “visibilidade positiva” às minorias sexuais.

Ainda que sexo e gênero já fossem compreendidos enquanto entidades diferentes, interligadas em algum grau, muitas autoras se preocuparam em entender qual seria essa ligação. O intuito estava em romper com a antiga ideologia que compreendia o sexo biológico enquanto instância determinante da identidade de gênero, já que essa compreensão estava estreitamente atrelada à heteronormatividade e, portanto, aos mecanismos de opressão das minorias sexuais.

De acordo com Salih (2002), no momento em que o movimento feminista se questiona sobre o “sujeito feminino”, enquanto uma categoria estável, na década de 80, Butler

igualmente se atenta a questionar essa estabilidade conceitual. Deixando de lado teorizações obsoletas a respeito do “sujeito feminino”, Butler lança luz sobre os processos discursivos que operam nas convicções subjetivas e limitadoras em ação na formação das individualidades, especialmente influenciada por Foucault e sua teoria da sexualidade (Pedro, 2005). Butler (2013) baseia sua obra na compreensão da formação do sujeito influenciada, sobretudo, pelo pensamento feminista, psicanalítico e pós-estruturalista, pressuposto teórico que atenta para os significados criados pelo discurso, a partir de uma leitura crítica e ressignificadora, com um propósito político.

De acordo com Louro (2014), a obra de Butler teve também grande influência de Austin e Derrida, a partir da teoria dos atos de fala: “que distingue entre os enunciados constataativos, aqueles que descrevem um fato, uma situação, e os performativos, aqueles que, ao serem proclamados, produzem, isto é, fazem acontecer aquilo que proclamam” (2014, *online*). Pedro (2005) alega que Butler estaria assim questionando a lógica “Stolleriana” de que sexo está para a natureza, assim como o gênero para a cultura. Butler traz para o debate a compreensão de sexo enquanto instância identitária simultânea à construção cultural.

Outra autora de reconhecida importância no campo dos estudos de gênero é Joan Scott, com influência também sobre as formulações de Butler e vice-versa. Ela defende que o gênero é constituído pelas relações sociais, e estas relações estariam baseadas nas diferenças entre os sexos, determinadas por sua vez, no interior de relações de poder (Pedro, 2005). Assim como Butler, Scott (2005) também é considerada uma pós-estruturalista. Sob esta ótica e perspectiva, Butler formula a noção de performatividade de gênero.

É importante elucidar a diferença entre *performatividade*, tal como Butler propõe, e *performance*, já que sua obra foi inicialmente mal interpretada sobre esses termos. Conforme Salih (2002) a ideia de performance indica haver um ator, ou um “agente” na configuração de gênero, algo relacionado com uma intenção representativa. Já a ideia de performatividade propõe que a identidade de gênero é discursivamente produzida, ou seja, comportamentos, roupas, gestos, interesses etc., estão profundamente entrelaçados ao que o indivíduo interpreta enquanto característica específica de cada gênero. Butler (2013) demonstra que essa performatividade está sempre ocorrendo, já que não é possível existir enquanto sujeito social sem estar alocado em um ou outro gênero. Performatividade é algo que ocorre dentro e fora

do indivíduo, na medida em que o olhar do outro também precisa reconhecê-lo enquanto masculino ou feminino (a partir dessa rede de símbolos categoricamente construídos).

Segundo Butler (2013):

Os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos, não haveria gênero algum, pois não há nenhuma ‘essência’ que o gênero expresse ou exteriorize, nem tampouco um ideal objetivo ao qual aspire e porque o gênero não é um dado de realidade. Assim, o gênero é uma construção que oculta normalmente sua gênese; o acordo coletivo tácito de exercer, produzir e sustentar gêneros distintos e polarizados como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade dessas produções – e pelas punições que penalizam a recusa a acreditar neles; a construção ‘obriga’ nossa crença em sua necessidade e naturalidade. As possibilidades históricas materializadas por meio dos vários estilos corporais nada mais são do que ficções culturais punitivamente reguladas, alternadamente incorporadas e desviadas sob coação. (p.199).

Nesse sentido, a autora lança uma indagação a respeito da ilusão de escolha que nos permeia, isto é, a partir da definição do sexo biológico os indivíduos são cercados de prerrogativas e circunstâncias que os modelam de acordo com pressupostos culturais, ligados a uma gama de arbitrariedades.

Se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais, regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (Butler, 2013, p. 20).

A compreensão de gênero enquanto instância performativa lança uma crítica vigorosa e fundamental sobre a organização social entre os sexos e desconstrói um sistema de dominação justificado pela supremacia masculina. Nesse sentido, a contribuição de Butler, tanto para o feminismo como para as minorias sexuais, é excepcional, pois tende a libertar as amarras tecidas sob a luz de uma pretensa “natureza”, que não cede espaço para questionamentos, e dá lugar à autonomia individual de escolher ou querer ser e o poder desejar, descolados de um determinismo limitador.

A seguir apresentaremos a teoria queer, que foi fortemente influenciada pelas ideias de Butler acerca da performatividade de gênero, contendo uma ideologia que procura romper completamente com a lógica heterocêntrica. Essa teoria surge enquanto um questionamento e

uma reflexão corajosa sobre a complexidade da sexualidade e sua volatilidade quando liberta de repressões e imposições.

3.2 Queer: a teoria e o movimento

A teoria queer surgiu no contexto da década de 90, quando a Aids foi disseminada e ficou conhecida como “a praga gay”, gerando ainda mais violência sobre homossexuais por parte de alguns defensores da cultura hétero (Salih, 2002). Os movimentos pela visibilidade positiva e contra a discriminação foram talvez os principais disparadores de sua consolidação teórica. Basicamente, a teoria queer defende que a identidade é marcada por instabilidade e indeterminação no campo da sexualidade e gênero.

É interessante, primeiramente, entender a escolha da palavra “queer” para representar a teoria a qual se refere. Popularmente, o queer está associado a uma nomeação pejorativa para se referir às diversidades sexuais, conforme Louro (2001):

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. (Louro, 2001, p.546)

Trata-se, portanto, de uma tentativa de ressignificar uma categorização de teor negativo, que visa ofender e reprimir as práticas sexuais dissidentes da norma, em consonância com a ideologia fundante da teoria, que trata do impacto do discurso sobre a cultura. A denominada “marcha das vadias” parece cumprir com o mesmo propósito, evidenciando seu caráter político. Ao passo que descreve a indeterminação e a instabilidade das identidades sexuais e identidades de gênero, ela inaugura um novo modo de entender as questões de gênero, sexo e identidade. Neste sentido, Butler (2013) defende que:

A perda das normas de gênero teria o efeito de fazer proliferarem as configurações de gênero, desestabilizar as identidades substantivas e despojar as narrativas naturalizantes da heterossexualidade compulsória de seus protagonistas centrais: os ‘homens’ e as ‘mulheres’. (p.211)

Para a autora somos reféns de uma estrutura inteligível de gênero, que é a concepção *a priori* de que sexo biológico, desejo e identidade de gênero seguem uma lógica

heteronormativa, ou seja, o que escapa a essa prerrogativa é recebido socialmente como algo fora do esperado e torna-se aberto para preconceitos e constrangimentos. Também neste sentido, Adrienne Rich (2010), em artigo publicado originalmente em 1980, introduz uma crítica ao que ela chamou de “heterossexualidade compulsória”, questionando a suposição de que a maioria das mulheres é naturalmente heterossexual, argumentando que esta sexualidade é socialmente imposta e reforçada por um conjunto de restrições sociais com finalidade normatizadora. Em consonância, Rubin (1993) já reiterava a importância de se questionar às normas a fim de poder se libertar destas:

A evolução cultural nos fornece a oportunidade de tomar o controle dos meios de sexualidade, reprodução e socialização, e de tomar decisões conscientes para libertar a vida sexual humana das relações arcaicas que a deformam (...) uma revolução feminista profunda libertaria mais do que as mulheres. Ela libertaria formas de expressão sexual, e libertaria a personalidade humana da camisa de força do gênero. (p.20)

A contribuição de teóricas como Gayle Rubin, Judith Butler, Joan Scott, entre outras feministas contemporâneas, tem sido no sentido de questionar a estruturação social binária, a partir de uma construção teórica que denuncia a naturalização das questões de gênero e de sexualidade, as quais limitam a formação autêntica das identidades.

Esses questionamentos pretendem legitimar e dar visibilidade às outras possibilidades de subjetivação que não se enquadram na lógica heteronormativa, com a finalidade de romper com imposições sociais que perpetuam um sistema de dominação/opressão baseado em valores machistas e sexistas.

4. FAMÍLIA, CONJUGALIDADE LÉSBICA (HOMOAFETIVA FEMININA) E PSICANÁLISE

4.1 Família de origem e transmissão psíquica

O grupo familiar, desde os primórdios da Psicanálise, é entendido como a base da construção da subjetividade de seus membros. A família, enquanto instituição é um espaço que protege e abriga, que delimita o “dentro” do “fora”, dando sentidos de pertencimento aqueles que fazem parte dela (Correa, 2013).

Antes de nossa chegada ao mundo, um grupo nos precede, e, como a imagem das bonecas russas, alberga em si outros grupos superpostos (espaço da transmissão geracional). As funções primordiais do grupo familiar são as de compartilhar um espaço comum e perpetuar a vida além das mudanças e mortes individuais, acolhendo as modificações, rupturas e perdas decorrentes do processo vital dos membros que o integram. (Correa, 2013, p.27).

A imagem das bonecas russas é bem apropriada para descrever o processo de transmissão psíquica geracional, conceito criado por Kaës (2011) que, não apenas enfatiza a importância da família de origem e a cadeia geracional na constituição psíquica do indivíduo, como propõe uma nova metapsicologia para o entendimento do inconsciente. Simbolicamente, temos um “molde” familiar, uma força que interfere na constituição dos “recém-chegados” naquele grupo. E, mais do que a realidade possa contrariar essa pretensa “semelhança” com o passado, existirá uma expectativa, desde a concepção, desde a descoberta do sexo do bebê, desde a escolha de seu nome, a expectativa de chegar ao mundo mais uma “bonequinha” como todas as antecessoras.

Para compreendermos as questões subjetivas relacionadas à homofobia, é importante uma análise sobre o papel da família e como esta pode reproduzir as normas sociais e/ou criar formas de enfrentamento.

4.2 A transmissão da vergonha

A homossexualidade esteve (e ainda está) atrelada a um comportamento considerado vergonhoso e recriminado severamente pelas famílias com homossexuais, sendo amplamente tratado como um tabu. Um enredo muito propício para envolver os indivíduos dissidentes da heteronormatividade em um emaranhado transgeracional difícil de ser rompido e transformado.

Correa (2000) traça uma interessante relação entre cultura e constituição psíquica, enfatizando o quanto a herança está atrelada aos valores normativos localizados num tempo histórico e social específicos:

(...) o casal parental serve como porta-voz de crenças, ideais e proibições que fazem parte de um discurso social amplo, ao qual também estão assujeitados. A mãe e o pai serão os primeiros a veicular inconscientemente significações culturais introjetadas em um determinado contexto histórico; por exemplo, as modalidades de alimentação do recém-nascido, o período do desmame, o controle dos esfíncteres e a permissividade ou controle diante do mundo. A libidinização corporal, a educação sexual e as expectativas identificatórias são significativamente marcadas pelos ideais e pelas proibições culturais, assim como a definição de determinados papéis para as meninas e meninos e da atividade ou passividade das atitudes em função do gênero. (Correa, 2000, p.58).

De acordo com Eiguer (1998), a transmissão vem consagrar a ordem estabelecida e contribui para idealizações. O autor frisa a importância em se observar “o lugar dos desejos imaginários de cada um dos pais, inspirados na representação de seus antepassados e sobre sua disponibilidade quanto à criança, que encontra neles um modelo de identificação”. (p. 21).

Bigliani (2011) discutindo acerca do sentimento de vergonha e como ele foi compreendido pela psicanálise, enfatiza primeiramente seu caráter social que “inclui predominantemente o olhar do outro” (p.35). Continuando, aponta a pouca atenção dada ao termo pela Psicanálise no passado. Talvez porque colocando sob um viés interpessoal, os referenciais intrapsíquicos não tenham levado em consideração. Poucos psicanalistas no passado se detiveram a vergonha de modo a associá-la indistintamente à culpa ou como defesa diante do exibicionismo. Para o autor acima, “a vergonha emergiria primeiro como sinal de um processo de diferenciação frente às exigências e modelos parentais, e mais tarde frente à tentativa de afastamento daqueles modelos e exigências, já incorporados no ideal do eu” (p. 37).

Para Moguillansky (2011), a vergonha é a penosa emoção resultante da tomada de consciência da inadequação do Eu diante do ideal, frente a desejos tidos como profanos; e ela se incrementa quando há risco de que essa inadequação se faça pública. (p.147-148).

Nos casos de indivíduos com uma orientação homossexual, o sentido de pertencimento quanto à família de origem tende a ficar fragilizado, retirando do sujeito um suporte emocional fundamental. Diante dessa vivência e, dependendo da constituição subjetiva,

observam-se tentativas ou estratégias para tentar amenizar a angústia. Há a possibilidade de negar a identidade gay/lésbica, perpetuando a orientação sexual enquanto motivo de vergonha a ser escondida a todo custo, inclusive constituindo famílias heterossexuais, com filhos, dando continuidade ao legado recebido. Outra possibilidade, conforme observou Cancissu (2007), é a constituição de uma *família de escolha*, enquanto um recurso para driblar a sensação de exclusão e marginalização frente à família de origem. A família de escolha é composta por amigos, parceiros e ex-parceiros, alguns membros da família de origem também podem fazer parte dessa rede social. Toledo (2008) considera a possibilidade de transformação não só individual, mas também no âmbito familiar, conforme seus dados de pesquisa apontaram.

A busca por um lugar de pertencimento envolve, invariavelmente, um movimento de elaboração do luto por um ideal de eu, suscitado na heteronormatividade e a conquista desse espaço de pertencimento pode favorecer a ruptura e a transformação da herança da vergonha. Seja pela família de escolha, seja pela família de origem.

4.3. Vincularidade sob o referencial da Psicanálise

Tendo como referência os principais autores contemporâneos da psicanálise vincular, discorrer-se-á sobre a acepção do conceito de vínculo sob uma perspectiva psicanalítica. Entre eles, destacamos Spivakow (2005, 2011), Moguillansky & Nussbaum (2011), os quais oferecem uma leitura contextualizada da inclusão do vínculo enquanto ferramenta de análise psicanalítica, em contraponto ao modelo freudiano de ênfase no individual.

Moguillansky e Nussbaum (2011) propõem uma expansão de alguns conceitos da psicanálise freudiana clássica, sob a premissa de que a teoria mostra-se insuficiente para abarcar questões centrais na compreensão da dinâmica conjugal. Defendem, sobretudo, que durante o processo de amadurecimento são instituídas novas bases narcisistas, que irão influenciar na constituição do casal, abandonando a ideia de objeto único, tal qual Freud havia formulado para explicar a determinação inconsciente da escolha amorosa.

Spivacow (2005, 2011), assim como Moguillansky & Nussbaum (2011), expande alguns pontos da teoria freudiana como, por exemplo, o conceito de transferência. O autor inaugura a noção de transferência intra-casal, conceito chave para compreender em grande parte as motivações inconscientes de cada um do casal e ilustra a influência do intersubjetivo na dinâmica relacional.

Para o psicanalista, a compreensão do aspecto intersubjetivo é fundamental na psicanálise de casal. Pois, a partir da investigação dos elementos conscientes e inconscientes em cada um e como estes elementos afetarão o outro, é possível chegar ao cerne do conflito e tentar interromper a retroação circular provocada (consciente e inconscientemente) pelo outro. Neste aspecto, demonstra a importância do trabalho vincular, na medida em que expõe que o funcionamento construído na relação de duas pessoas, não se determina prioritariamente na singularidade.

Conforme Moguillansky (2008), a noção de vínculo surgiu na teoria a partir da necessidade de pensar o sujeito do inconsciente como o sujeito da herança, sobretudo pela importância que o aspecto intersubjetivo começou a ter. De acordo com o psicanalista, essa construção teórica se pautou na tentativa de explicar o sofrimento psíquico a partir de seus vínculos anteriores, em especial aqueles ligados à sua trama familiar. Moguillansky (2008) lança luz sobre o sentimento de pertencer, enquanto aspecto fundamental para se compreender as relações sociais que se desenvolvem posteriormente ao núcleo familiar.

O autor apresenta uma distinção entre pessoa e personagem, e sugere que o vínculo “distribui lugares que se significam reciprocamente”. A partir da premissa de que o vínculo também é uma estrutura inconsciente, sugere que “a produção consciente é a relação entre um sujeito e outro ou outros, que organiza lugares desde os quais cada um suplementa sua subjetividade e é modificado.” (Moguillansky, 2008, p.6). Desse modo, afirma: “enquanto estou em um vínculo, eu como pessoa, me encontro em um conflito entre o personagem que me delegam encarnar, que imagino me atribuem e aquele que pressuponho ser.” (Moguillansky, 2008, p.7).

Ou seja, estar em um vínculo implica sempre o conflito entre as dissonâncias de sentido que podem surgir acerca do lugar que se atribui e que se é atribuído. O conjunto criado pelos sujeitos estabelece, assim, lugares inconscientes que apresentam outras fontes de sentido, e outras fontes de significações que modificam a subjetividade e assim, transformados nessa relação enquanto sujeitos, podem ser compreendidos enquanto “sujeitos do vínculo”, define o autor.

A partir dessas contribuições, esta tese propõe uma análise seguindo os aportes teóricos da psicanálise vincular em interface com a união conjugal lésbica, enfocando

os diferentes modos de subjetivação frente à heteronormatividade e a transmissão familiar.

A seguir serão apresentadas algumas pesquisas pertinentes a respeito da constituição subjetiva frente à imposição heteronormativa e suas ressonâncias na vincularidade lésbica.

5. A EXPERIÊNCIA SUBJETIVA E A CONJUGALIDADE LÉSBICA NA CONTEMPORANEIDADE: ALGUMAS PESQUISAS

A psicanalista mexicana Marina Castañeda, a partir de seu levantamento bibliográfico ilustra e pondera em seu livro “A experiência homossexual” (2007) algumas especificidades que devem ser levadas em consideração na compreensão das uniões entre mulheres. A autora traz considerações sobre a condição financeira, as habilidades historicamente tidas como masculinas ou femininas e o processo de socialização de mulheres enquanto instâncias em ação na dinâmica conjugal homossexual.

Segundo pesquisa divulgada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (2009), as mulheres em toda a América Latina, recebem menos do que os homens de mesma idade e nível de instrução. No Brasil o salário das mulheres é inferior ao dos homens em cerca de 30% (Atal, Ñopo e Winder, 2009). Com esta realidade, é importante considerar que a condição financeira pode ser um elemento a mais de estresse conjugal para estes pares.

De acordo com Castañeda (2007), outro aspecto a se considerar são as habilidades domésticas provenientes do processo de socialização de homens e mulheres. Ou seja, o casal precisa ajustar estas funções e tarefas que tradicionalmente eram preenchidas pelos homens, como por exemplo, consertos domésticos, mecânicos etc. enquanto fatores que fazem parte do cotidiano e geram ainda algumas dificuldades, conclui. Para a autora, o casal feminino tende a valorizar mais a intimidade, a comunicação afetiva e a cooperação, se comparadas aos casais heterossexuais e homossexuais masculinos. Reitera que os limites interpessoais podem ser mais vagos, tendendo a um fusionamento.

O fato das mulheres ainda serem socializadas desde muito cedo, para o cuidado com o outro, como nas brincadeiras de “casinha”, “escolinha”, etc., há um incentivo muito maior à empatia do que sobre os meninos (Castañeda, 2007). Neste sentido, a união entre duas mulheres pode reproduzir uma simbiose vivida na relação com a própria figura materna, constituindo uma relação com um caráter regressivo, onde uma é mais maternal e a outra se coloca no papel de mais criança.

Outro fator apontado por Castañeda (2007) é a vivência da sexualidade nos casais lésbicos. A partir de pesquisas americanas, a psicanalista aponta que o desejo feminino ainda é menor se comparado ao dos homens, o que pode ter relação com o modo de socialização e

repressão, que são potencialmente diferentes para cada sexo, somado a isso, a homossexualidade ser considerada uma vergonha, formando um contexto duplamente desfavorável para a experiência plena do desejo – podendo gerar conflitos desde a iniciativa pelo ato sexual até o alcance do orgasmo.

Num estudo citado por Castañeda, de 1995, a relação lésbica duraria em média cinco anos, o menor tempo se comparado aos outros relacionamentos. Entendemos que estas relações estão em processo de transformação, visto que aos poucos a socialização de meninos e meninas vem sendo questionada e também pela força com que o movimento lésbico vem trazendo visibilidade a esses casais.

Em pesquisa realizada com mulheres lésbicas no interior do estado de São Paulo, Toledo (2013) indica que o meio familiar ainda é o principal veículo de violência homofóbica contra elas e atribui isso ao fato de que, não se observa, de modo marcante, a presença de mulheres lésbicas nos espaços públicos (tal como os homens gays, que atualmente têm maior visibilidade). De acordo com a autora esse fato se relaciona com a presença de uma cultura ainda muito marcada pelos estereótipos de gênero:

A família, como guardiã das normativas de gênero e sexualidade se torna um potencial espaço de controle, dominação e opressão. E o fato de terem nascido de biocorpo feminino e, por isso, serem entendidas e criadas como pertencentes ao gênero feminino, faz eco nos regimes de vulnerabilidades a que as participantes estão submetidas. Alguns modos de subjetivação que interpelam as pessoas de biocorpo feminino cotidianamente com o propósito de feminilização de seus corpos produzem efeitos psicológicos significativos na manutenção de sua subjugação. (Toledo, 2013, p.407)

Toledo (2013) atenta ainda para o período da adolescência enquanto mais problemático, pela dependência financeira, tornando difícil o afastamento desses jovens de um ambiente hostil, como pode ser nas famílias mais conservadoras. Contudo, ela também observa em seu estudo uma atitude de resistência, significativa, por parte dessas mulheres. Justamente por valorizar os vínculos familiares, acabam insistindo na desconstrução da homofobia na família, principalmente dos seus pais e, muitas vezes, conseguem transformar o modo como estes encaram o “erotismo dissidente”. Outro aspecto considerado é o tipo de socialização que recebem da família e o quanto esta pode influenciar na superação dos preconceitos na vida adulta, independente de serem homens ou mulheres, nesse caso.

É possível que os dissidentes sexuais de biocorpos masculinos ou femininos, quando preparados para existir no território da masculinidade (não se submeter a

humilhações, ter potência de argumentação com o outro e de imposição dos desejos e da opinião, e até agir com certa agressividade) acabem por se tornar mais preparados para lidar e resistir aos abusos nas relações sociais interpessoais ou íntimas, como na família. No entanto, quando desincentivadas essas expressões ditas masculinas e obrigadas a existir apenas no território da feminilidade, aderindo a subjetividades produzidas para o sobrepujamento de seus desejos, as pessoas dissidentes parecem se deprimir e aceitarem resignadamente a situação de discriminação em que vivem diariamente. (Toledo, 2013, p. 408).

Porém, a autora vislumbra uma transformação social em curso, a partir das políticas de visibilidade cada vez mais atuantes. Ela observa que:

(...) pessoas que viveram suas juventudes dentro do armário e jovens que começam a experimentar o erotismo dissidente buscam, cada vez mais, o direito à expressão afetiva e erótica em público (assim como fazem os que vivenciam a heterossexualidade). (Toledo, 2013, p.408).

Entretanto, reitera a autora, essas formas de expressão acabam, em contrapartida, suscitando uma reação homofóbica social tão violenta como a que muitas vezes ocorre no âmbito familiar e, diante disso, alerta para a responsabilidade de cada um enquanto parte de um todo que pode perpetuar ou transformar essa triste realidade.

(...) não podemos fechar os olhos para o “nós” – somos todos responsáveis pelas atrocidades humanas, somos responsáveis pelas misérias do mundo... pelos insultos na rua, pela segregação, humilhação e violências que todas as participantes da pesquisa sofreram. Pois quando não fazemos nada, quando não nos posicionamos, quando nos calamos diante da dor do outro, estamos corroborando com todas as opressões, as subjugações e as exclusões. E mesmo que afirmemos que a responsabilidade seja de todos, ao menos as famílias de pessoas dissidentes deveriam se mobilizar em relação ao sofrimento de seus membros, ao invés de tolerá-los, visto que as pessoas, em geral, não apresentam solidariedade para com elas. Isto porque a homofobia atinge a todos, prejudica nossas relações com pessoas, com amigos e filhos, conosco mesmos em relação à nossa expressão de desejo, de estéticas, de performatividades, de identidade e modos de existência – independente da forma como vivenciamos nosso erotismo. (p. 409).

Numa pesquisa anterior, a mesma autora constatou que estereótipos e estigmas acerca da lesbianidade tem potencial de afetar, de várias formas, a constituição subjetiva de mulheres que não seguem a heteronormatividade (Toledo, 2008). Entre os estereótipos cita alguns e lança críticas acerca da perspectiva que denominou como “peniscêntrica”, isto é, a ideia de que o prazer sexual necessariamente está ligado ao pênis e à penetração:

(...) o que lésbicas fazem na cama não é “sexo de verdade”; lésbicas são mulheres que se frustraram com homens; formam casais românticos assexuados – dizem de uma deslegitimação e suposta incompletude da vivência das lesbianidades, o que seria legitimado com a presença do sujeito biologicamente do sexo masculino. Isso retrata que a inteligibilidade das sexualidades, no discurso hegemônico, necessita do imperativo masculino. Feminino e mulher só expressa sexualidade na relação objetificante com o masculino e homem, e, no máximo, na experiência da

maternidade, apanágio feminino, como consequência natural desta relação primeira.(p.212)

A partir de seus dados vai desconstruindo cada um desses estereótipos, demonstrando que a realidade observada se mostra muito controversa a esses elementos, seja por não corresponderem aos fatos observados, seja pela constatação de que não são exclusivos de relacionamentos lésbicos. Nas palavras da autora: “Em relação às suas narrativas de histórias de vida, estas mais desconstruíram a suposta hegemonia dos processos de estigmatização das lesbianidades do que relataram esses discursos específicos como normas.” (Toledo, 2008, p.213).

Nesse sentido, a autora conclui que é preciso fazer uma elaboração pelo que chamou de “luto pela heterossexualidade”, enquanto modelo que se vende como “ideal”, pois observou entre suas entrevistadas que na elaboração desse luto, a mulher se distancia dos estereótipos pautados pela heteronormatividade e assim pode viver sua sexualidade de forma criativa. No entanto, Toledo (2008) conclui que, em suas entrevistadas, ainda que pudessem desconstruir os processos de estigmatização, estavam em parte fixadas a alguns binarismos e papéis de gênero.

Um dado interessante de sua pesquisa se refere às diferenças geracionais implicadas nos modos de viver o homoerotismo. Toledo (2008) aponta que as mulheres em torno de 18 a 25 anos apresentavam um discurso mais flexível em relação às normas sociais quando comparadas com as mulheres de 40 anos ou mais, ainda que cristalizações do discurso hegemônico tenham permeado o discurso de todas as participantes. O que segundo a autora, é devido às mudanças estruturais na sociedade atual, no que se refere às liberdades sexuais:

Ampliando um pouco esta análise, pode-se sugerir que, devido às maiores dificuldades de vivenciar a lesbianidade há vinte anos, período em que as entrevistadas com mais de 40 anos estavam iniciando a descoberta de seus desejos homoeróticos, comparando com o momento atual em que as possibilidades são maiores, essas podem se sentir contempladas com subjetivações que anteriormente elas sequer imaginavam poder viver. As mais jovens, que passaram por menor opressão e invisibilidade, ao contrário, podem perceber com mais clareza as “limitações atuais”, criando processos de subjetivação mais transformadores e emancipatórios. (p.216)

Sobre a violência conjugal lésbica, um levantamento realizado por Santos (2012) a partir de pesquisas internacionais, demonstra que a maioria das pesquisas conclui que a incidência de conflitos violentos não difere entre casais do mesmo sexo e de sexos diferentes.

O que se observa é um conjunto de fatores de risco, dos quais incluem hierarquias, stress, dependência econômica e o abuso de álcool e outras drogas.

Porém, existem peculiaridades que se observam nas relações conjugais entre mulheres, como o contexto heteronormativo e homofóbico, enquanto instâncias que reforçam a opressão e intensificam a vulnerabilidade dessas mulheres. Além dos aspectos de cunho discriminatório, seus contingentes como o isolamento, a falta de redes sociais de apoio, o preconceito internalizado, as situações que provocam um outing⁷, configuram situações de stress que atingem o casal e podem favorecer o contexto de risco para que a violência ocorra.

Outra problemática acerca da questão é a invisibilidade dessa violência, pois estão implicados fatores culturais, como a falsa ideia de que a figura da mulher não condiz com a de agressora, num sistema dicotômico pautado pelos papéis de gênero. Nesse sentido, há uma dificuldade ainda maior para se apurar os dados sobre a violência no âmbito conjugal lésbico. As estatísticas apontam uma variação entre 12% a 46% de uniões marcadas pela violência (inclusive a variância significativa de dados entre as pesquisas comprova a validade dessa afirmação).

Entre os tipos de violência mais comumente praticados, destaca-se, em ordem decrescente: a destruição de propriedade, espancamento, perseguição e violência sexual. Conforme Santos (2012), o tema da violência conjugal lésbica é ainda pouco desenvolvido a nível global e configura um triplo tabu, pelo fato de serem mulheres, lésbicas e vítimas da violência.

Sobre a questão do preconceito social frente às homossexualidades, um artigo publicado em 2015, referente a uma pesquisa americana sugere que a homofobia poderia estar “morrendo” nos Estados Unidos. Diante de algumas conquistas por direitos iguais, como a criminalização dos atos de ódio contra pessoas por conta da orientação sexual, somado a uma série de medidas de reconhecimento legal acerca das relações homoafetivas.

O autor do estudo, Herek (2015) pontua que realmente se observam alguns avanços. A maioria das corporações tem proibido qualquer tipo de discriminação referente à orientação sexual e muitas delas vêm apoiando os funcionários gays, lésbicas, bissexuais e transexuais.

⁷ Descrito pela autora como a revelação não consentida da orientação sexual a terceiros.

As empresas têm encarado as diversidades sexuais enquanto aliadas na força de trabalho, pois ampliam a capacidade criativa e aumentam a qualidade do serviço. Nesse sentido, grandes corporações têm sido aliadas sobre a legislação que permite a discriminação a partir de argumentos religiosos, por exemplo.

O autor afirma que a opinião pública tem se transformado favoravelmente contra a discriminação em um período curto de tempo. Uma pesquisa de opinião divulgada no mesmo ano (2015) indica que 60% dos americanos se mostraram favoráveis ao reconhecimento legal da conjugalidade homoafetiva, sendo que a pesquisa, realizada 10 anos antes pelo mesmo instituto, revelou uma porcentagem de 59% que se opunha ao casamento entre pares do mesmo sexo, enquanto apenas 37% apoiavam. Na primeira pesquisa, realizada em 1995, o índice de rejeição era de 68% e apenas 27% dos americanos apoiavam. Mas, o autor pondera que a hostilidade individual veiculada contra indivíduos não heterossexuais continua muito presente, através dos discursos e atitudes nos meios religiosos, políticos, corporativos e familiares.

Essa constatação vai ao encontro com observações de muitos pesquisadores, como se observou, por exemplo, nas considerações de Toledo (2008; 2013), isto é, frente ao avanço da visibilidade, surge uma contrarreação social, que, embora em menor escala social, é bastante intensa, vide movimentos de grupos neonazistas, como os skinheads ou figuras políticas que incitam explicitamente a violência contra homossexuais, como o polêmico deputado Jair Bolsonaro (com 6% das intenções de voto para eleição presidencial, segundo pesquisa do Datafolha¹).

Frente a muitos avanços e posturas de resistência homofóbica por uma parcela menor (mas extremamente atuante) da sociedade, ressalta-se a importância de combater de modo incisivo discursos de intolerância, sejam veiculados por violência e hostilidade ou pela convivência social que ainda suporta essas posturas. Infelizmente, a vida de muitas pessoas é ceifada, seja pela morte física (assassinatos motivados pela homofobia e suicídios), seja pela morte social, causada pela humilhação e desmoralização de indivíduos pelo único fato de se relacionarem ou terem atração sexual por outros do mesmo sexo.²

¹ Pesquisa divulgada no Jornal Folha de S. Paulo, em 28/02/2016

² Esse reflexão foi trazida pelo personagem de Tom Hanks, no filme Filadélfia, estrelado pelo ator em 1993.

Vale atentar para os modos com que essa violência atravessa a vida de homens e mulheres homossexuais. Pois, como se verificou, a família exerce maior repressão e hostilidade contra as mulheres, se no âmbito público têm menor visibilidade, no âmbito privado são severamente recriminadas. A menor exposição pública de casais lésbicos pode estar associada a uma conjunção de fatores que remetem ao fato de serem mulheres como: os modos de socialização femininos; as vulnerabilidades físicas que intimidam mais as mulheres do que os homens; além de muitas vezes serem consideradas simplesmente “amigas”, o que também é uma forma de não reconhecer esses casais.

Este capítulo se propôs a apresentar algumas pesquisas atuais sobre as experiências afetivas e subjetivas de mulheres lésbicas, a fim de subsidiar a reflexão que será feita a partir dos dados coletados nesta pesquisa e promover um diálogo que enriqueça a construção teórica do tema deste estudo.

6. OBJETIVOS

6.1 Geral

Investigar o processo de constituição subjetiva e do estabelecimento e ruptura do vínculo conjugal em casais lésbicos.

6.2 Específicos

- Analisar a influência dos padrões heteronormativos e da homofobia social na perspectiva da experiência pessoal, conjugal e na ruptura relacional.
- Verificar a interferência da família de origem sobre a vivência da homoafetividade.

7. DELINEAMENTO DA PESQUISA

7.1 Fundamentação metodológica

De acordo com os objetivos desta tese, optou-se pelo método clínico-qualitativo (Turato, 2008), respaldado pelo modelo de investigação da psicanálise.

Esse aporte metodológico permitirá compreender em profundidade o significado da vivência do preconceito homofóbico no contexto do relacionamento conjugal lésbico. Atentar-se-á para os conteúdos latentes, associações livres, bem como aspectos associados à transferência e contratransferência, na relação entre entrevistada e pesquisadora.

É importante ressaltar que este estudo não se propõe a trazer dados definitivos ou estatísticos, mesmo porque o método empregado não se presta a isso. Contudo, pretende-se contribuir para uma compreensão mais aprofundada sobre a dinâmica conjugal na homoafetividade, levantar discussões e fomentar a reflexão acerca de um tema que desponta no cotidiano.

7.2 Participantes

A pesquisa foi realizada com cinco mulheres, com idades entre 31 e 58 anos. Foram convidadas a participar mulheres que tinham passado por uma ruptura conjugal numa relação homoafetiva. De todas as entrevistadas, apenas duas oficializaram a união em cartório.

No momento da entrevista, residiam em São Paulo. Todas possuíam ensino superior, trabalhavam e possuíam boa condição econômica. Nenhuma teve filhos.

7.3 Procedimentos

As participantes foram recrutadas a partir da indicação de amigos, profissionais da área da saúde (como ginecologistas, psicólogos etc.) e pela rede de e-mail da pós-graduação da USP, que foi de grande auxílio na busca por sujeitos em pesquisa anterior, além de contatos da rede social da pesquisadora.

O contato com as possíveis participantes foi feito por e-mail, onde foi apresentado o propósito da pesquisa, os instrumentos a serem utilizados para a coleta de dados e o tempo previsto de duração. Deixou-se claro também o compromisso em manter a identidade da

entrevistada em absoluto sigilo. As entrevistas foram realizadas em local sugerido pelas participantes.

7.4 Instrumentos

Foi elaborado um roteiro para entrevista semidirigida (Fontanella, Campos, Turato, 2006), considerada um dos instrumentos principais na coleta de dados em pesquisas qualitativas. De acordo com os autores, este modelo de entrevista funciona como um “guia temático”, isto é, um roteiro elaborado com questões sobre temas relevantes para a pesquisa, com um caráter mais abrangente, permitindo que o entrevistado transite com maior liberdade sobre os temas propostos pelo pesquisador.

A assimetria da entrevista não-dirigida torna possível aos entrevistados configurar o campo da pesquisa de acordo com sua particular estrutura psicológica, modulando-a em conformidade com o que lhes acontece e não em conformidade com um questionário previamente organizado e fechado que lhes tenha sido mostrado. (Fontanella, Campos, Turato, 2006).

As perguntas foram elaboradas, portanto, com o intuito de facilitar a livre-associação de ideias das participantes, de modo que a entrevista semi-dirigida permite que o pesquisador retome algum ponto que não foi falado ou pedir para que este explique melhor sua resposta caso não tenha sido suficiente para os objetivos da investigação ou não tenha sido expressa de modo claro ao entrevistador.

Estas perguntas refletem naturalmente os objetivos específicos da pesquisa que tinham sido definidos, sempre em correspondência com as hipóteses inicialmente formuladas. Não se espera que o tema e seus subtemas sejam sempre propostos a diferentes entrevistados da mesma maneira. As perguntas e o modo como são expressas variarão obviamente de acordo com características pessoais de cada informante. (Fontanella, Campos, Turato, 2006).

Seguindo essas premissas, foram selecionados os tópicos de investigação a serem abordados na pesquisa a partir do roteiro abaixo:

1. Dados de identificação (idade, profissão, nível de escolaridade, tempo de relacionamento/término) e informações sobre a família de origem.
2. Considerações a respeito da dinâmica conjugal; constituição e manutenção da dinâmica relacional do par;
3. Opinião sobre a capacidade de interferência do preconceito sobre a relação amorosa.

4. Considerações sobre a relação com a família da parceira e com a própria família de origem.
5. Qual parceiro tomou a iniciativa da separação e qual o principal motivo.
6. Perspectivas futuras sobre novo relacionamento.

Além do roteiro de entrevista, foi pedido a cada participante que realizasse o genograma a partir de representação gráfica, para tal foi oferecido lápis e folha A4. Essa técnica foi utilizada pela pesquisadora enquanto instrumento facilitador e complementar, tanto para iniciar o contato com a entrevistada como para obter informações importantes sobre a história familiar e as relações afetivas entre seus membros. Portanto, será incluído na análise como material complementar às entrevistas quando houver necessidade. Os dados obtidos nos auxiliarão na compreensão do posicionamento individual frente a atitudes de preconceito e também sobre a condução e ruptura da vida conjugal.

7.5 Aspectos éticos

O estudo da população investigada apresenta alguns obstáculos, na medida em que se trata de um grupo minoritário, o que poderia implicar numa dificuldade maior em conseguir participantes, além de suscitar possíveis “desconfianças” para falar com o pesquisador. De acordo com Toledo (2008), essa desconfiança é compreensível, dado que os primeiros artigos publicados envolvendo esse tipo de temática buscava “comprovar” os prejuízos, com uma tendência (não tão) velada a reforçar a heteronormatividade. Além dessa trajetória científica que não beneficia o trabalho do pesquisador, há um amplo histórico de abusos e injustiças contra homossexuais e, mais recentemente, todas as polêmicas de crivo jurídico, político e religioso que atravessam a conjugalidade homoafetiva.

A pesquisa é particularmente delicada, pois, além das questões referentes à identidade homossexual, com os implicantes já citados, trata-se também de um tema doloroso, a separação amorosa. Desse modo, levando em consideração a possível vulnerabilidade e desconfiança das participantes frente à pesquisadora, buscou-se promover um espaço em que as entrevistadas se sentissem confortáveis, respeitando os limites de cada uma.

Sendo o assunto passível de mobilizar aspectos emocionais, foi oferecido e garantido atendimento psicológico gratuito às entrevistadas caso necessitassem, ficando a cargo da

pesquisadora os procedimentos de encaminhamento. Nenhuma participante solicitou auxílio após a entrevista.

Por fim, foi assegurado o sigilo rigoroso da identidade das participantes, os dados coletados estão sob a responsabilidade da pesquisadora, que os utilizará em futuras publicações, sempre resguardando a identidade das participantes.

Todas essas informações constam no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 1), que foram lidos e assinados pelas participantes antes do início da entrevista.

Cabe ressaltar ainda que o projeto desta pesquisa foi avaliado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos, vinculado ao IPUSP, e foi devidamente aprovado (anexo 2).

7.6 Forma de análise dos dados

As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Com esse material, foi realizada uma avaliação de conteúdo, com categorias criadas a partir da importância e da prevalência dos temas observados/coletados, como sugere Turato (2008), para análises de pesquisas qualitativas.

A análise também é feita lançando mão de impressões da pesquisadora sobre a relação com a(s) entrevistada(s), aspectos transferenciais e contratransferenciais, desde o primeiro contato até a realização da mesma.

Por fim, para realizar a análise dos conteúdos verbais e não verbais, baseou-se no raciocínio clínico, fundamentado pela teoria psicanalítica. De acordo com Turato (2008), uma atitude clínica “significa que olhos e ouvidos qualificados se aproximam para compreender existencialmente os sofrimentos que acometem o outro.” (p. 239). No caso da atitude clínica estar aplicada à pesquisa clínica-qualitativa, o intuito do pesquisador é unir a sensibilidade profissional aos conhecimentos teóricos respaldados pela metodologia de investigação, a fim de alcançar uma compreensão científica do fenômeno em pauta, com base no discurso dos indivíduos estudados.

Foram definidas as seguintes categorias de análise:

1. Família de origem, heranças e constituição subjetiva.

2. A descoberta do desejo homoerótico, as primeiras experiências sexuais e o processo de autoafirmação lésbica com suas ressonâncias nas relações familiares.
3. Vinculação amorosa e conjugalidade.
4. Principais conflitos, separação e influências do preconceito sobre a relação conjugal.

8. RESULTADOS

8.1 Apresentação das entrevistadas

Todos os nomes que constam nesta tese são fictícios. Os nomes das ex-cônjuges também são fictícios e iniciam com a mesma letra do nome escolhido para a entrevistada, por exemplo, Vera foi casada com Vanessa, Bianca com Beatriz, e assim por diante, a fim de facilitar a compreensão do leitor.

Embora todas as participantes no momento da entrevista residissem em São Paulo, muitas vezes citaram outras cidades que fizeram parte de sua história; a fim de preservar ainda mais suas identidades, alteramos também estes dados, escolhendo cidades com características urbanas similares, por exemplo, levando em conta a região do país, o tamanho da cidade, e outros elementos socioculturais que permitissem uma análise condizente com a realidade de cada uma.

8.2 Análises individuais

Vera

Vera parecia estar muito disposta em contribuir e estabeleceu bom diálogo com a pesquisadora. Essa entrevista chamou especial atenção pelo grau de discriminação que ela relatou ter vivido dentro da família, após afirmar-se lésbica. Outra peculiaridade em relação às outras entrevistadas é o modo como ela se refere aos homossexuais, utilizando termos pejorativos como “*bichinha*”, “*sapatão*”, etc.

Vera é a filha mais velha de três irmãs, sendo que a mais nova também é “*gay*” (sic). Atualmente é a única de sua família nuclear em São Paulo, o restante está morando em Belém, cidade onde a família já havia morado anteriormente. Ela estava com três anos quando foram para lá pela primeira vez, em decorrência da transferência da empresa em que o pai trabalhava. Cinco anos depois, a família voltou para São Paulo, moraram na capital por mais dezesseis anos, e então resolveram retornar para a capital paraense, os pais e a irmã caçula, que na época estava com doze anos. A irmã do meio, na ocasião, já estava morando lá fazia um ano, era casada e tinha um filho.

A respeito dos pais, ela comenta que havia um distanciamento com essas figuras e percebia uma relação conjugal com pouca afetividade:

Mas eles (pais) assim, eu não sei muito, não posso nem falar, nunca foi uma relação afetiva de a gente ver “nossa como eles se amam”, nunca vimos nada, nenhuma cena de carinho. Eu lembro deles brigarem muito por minha causa, eu era meio difícil, as brigas...eu apanhava depois, era sempre culpa minha (risos).

Sobre os avós maternos, afirma que “eram antigos”, religiosos e viviam impregnados por valores machistas e moralistas.

Meu avô morreu faz muitos anos, eu tinha 11 anos, a minha avó eu convivo até hoje, é a pessoa mais esperta da família inteira, eu adoro a minha avó, muito legal, gosto muito deles... mas eram antigos, tipo, meu avô quando morreu, minha avó achou outra aliança nas coisas dele, então sabe Jesus o que ele não aprontou, mas eu não sei muitos detalhes (...)eu sei que meu avô era do jogo, eles tinham um cassino, depois que foi proibido eles mantiveram o cassino por um tempo, mas eu sei que já ganhou muita coisa e perdeu por causa do jogo, minha avó sempre trabalhando pra pagar as contas. Mas assim, é tudo na base da fofoca, ninguém fala nada.

A família é permeada por intolerâncias, com pressupostos rígidos acerca do que é permitido e aceitável e do que não é. Temos como principal ícone desta transmissão o avô

materno, que carrega consigo uma somatória de qualidades que lhe garantem um lugar no topo de um sistema que privilegia homens, brancos e heterossexuais, a partir de uma perspectiva ao mesmo tempo sexista, racista e heteronormativa.

“Meu avô eu lembro quando ainda não tinha controle de televisão, aparecia um negro ele levantava pra mudar de canal, então era assim, mas ninguém fala”.

Segundo ela, não há alguém na família que questione esses padrões, pelo contrário, acabam se tornando cúmplices e reprodutores da opressão a partir de mecanismos de julgamento, como a “*fofoca*”, enfatizada por ela enquanto sistema de comunicação muito presente na família da mãe. A fofoca fornece um lugar de poder e controle por aquele que fala. O modo como sua sexualidade foi exposta na família tem também esse viés: “Por exemplo, quando souberam que eu era gay: fofoca”, diz Vera.

Contudo, destaca a figura da avó enquanto exceção e lembra com carinho o modo como esta respeitou sua privacidade, desde quando teve a primeira desconfiança sobre a homossexualidade da neta:

Eu vejo muito a minha avó, gosto muito dela, pelo menos uma vez por mês eu vou lá vê-la, diz que ela foi a primeira pessoa na família a sacar que eu era gay, ela diz que tinha uma vizinha que era lésbica e que ela usava uma bandana, eu não lembro de ter usado bandana alguma vez na minha vida, mas o povo fala que um dia eu cheguei lá com a tal da bandana e então ela “hum, sapatão” e antes de eu falar qualquer coisa a minha avó já tinha sacado, guardou pra ela, não falou pra ninguém, uma fofa, eu amo a minha avó, é a mais legal...

Relata que teve e tem bem menos contato com a família paterna. Conta que seu avô trabalhava como caminhoneiro e afirma que era “*mais xucrão*” (sic), enquanto a avó gostava muito de cozinhar para todos da família. Apesar de ter menos contato, ela afirma que gosta muito deles.

Conta que a homossexualidade era considerada “falta de caráter” desse lado da família. O tio, irmão mais novo do pai, assumiu a homossexualidade, embora os comentários fossem bastante categóricos, “se fala mais sobre isso e sempre foi muito mal falado”.

Abaixo ela exemplifica os comentários que ouvia a respeito do tio:

“não é só gay, isso é desvio de caráter, então sempre foi muito mal falado.”

Havia, portanto, uma grande vigilância familiar em torno desse tema.

Vera, por sua vez, acolhe afetivamente e admira os membros homossexuais que aos poucos foi conhecendo na família, como é o caso da tia avó (irmã do avô paterno) que ela conheceu no velório do avô. “Eu amei a tia Sonia, tem uma história que rola na família, fofoca também, essa minha tia aqui [casada com o irmão do pai de Vera] teve um caso com a tia Sonia”.

Ou seja, Vera não faz nenhum julgamento de valor sobre “o caso”, deixando claro que não compactua com essa posição adotada pela família.

Sobre seu primeiro namoro, ela lembra que foi muito turbulento. Estava com 18 anos e se envolveu com uma menina que era menor de idade (15 anos), que mentiu dizendo que também tinha 18 anos. Afirma que essa namorada era “muito errada”, porque “mexia” com drogas. Uma vez a menina fugiu de casa e os pais foram na delegacia e ameaçaram acusá-la por “sedução de menor”, o que a deixou aflita. Ninguém da família sabia sobre seu namoro e muito menos que era com uma menina. Em busca de auxílio, ela contou a história para a tia, casada com seu tio materno. Não fica claro o motivo de ter escolhido essa tia, segundo ela apenas “calhou” de encontrar essa tia naquela ocasião.

(...) um dia eu tava trabalhando e calhou de eu encontrar essa minha tia aqui, esposa do meu tio e contei pra ela, bom, ela contou pra essa que contou pra essa que marcou um almoço na casa da minha mãe (...)

Apesar de pedir segredo, a tia decidiu contar para a família e foi agendado um “almoço” com essa finalidade. Lembra que seu pai “*surtou*” com a notícia:

Meu pai quase morreu, minhas irmãs ligando e eu tava no serviço eu não podia sair, era a única recepcionista do hotel, daí elas falavam “mas o pai vai morrer” e eu falei se morrer enterra, não posso fazer nada, paciência. E aí foi pesado, foi bem pesado, meu pai queria me internar pra fazer tratamento, achou que era problema de hormônio.

A reação da mãe e da irmã (então com 15 anos) foi ainda pior, pois foram tomadas medidas extremas de discriminação:

Eu, minha mãe e minha irmã do meio temos mais ou menos o mesmo tamanho e roupa de frio, casaco, a gente sempre usou as mesmas, tinha um armário pra todo mundo, elas passaram a trancar o armário porque diziam que eu ia sujar a roupa, foi bem pesado (...) aí minha mãe não me deixava mais ficar com a minha irmã, sabe, e eu sempre gostei muito dela, aí eu não podia brincar mais com ela.

Além disso, a mãe, que era professora de catecismo, impõe à filha a função de ir dar aula para os seminaristas, como uma forma de “pagar pelo pecado” cometido:

Minha mãe já foi professora de catecismo, nessa época (revelação) ela era professora, aí me fez ir dar aula para os padrecos, isso foi um episódio interessante. Ela me fez ir dar aula de inglês para os seminaristas e eu fui, de bom coração até e um dia, eu numa balada gay encontro um padreco lá (risos), eu nunca contei pros meus pais essa história...

Ou seja, Vera se dá conta e denúncia as incoerências e a hipocrisia desse discurso proferido pela mãe, de que a homossexualidade não teria espaço dentro de uma vida regrada e dedicada a “Deus”.

Houve, portanto, uma atitude hostil tão intensa por parte da família que Vera optou por desmentir.

eu falei “não tá dando pra mim eu vou desmentir”, aí eu desmenti, falei que era uma fase... meus amigos, todos viados, ligavam lá em casa, uns iam lá se passavam por meus namorados, foi uma época até engraçada... e meu pai é São Paulino eu falei bota a camisa do São Paulo, uma palhaçada

O “voltar para o armário” foi o recurso encontrado, no momento de vulnerabilidade, para resgatar as possibilidades anteriores de pertencimento ao grupo familiar, numa tentativa de diminuir seus prejuízos afetivos. Por outro lado, firma um pacto com seus amigos, sendo possível manter sua identidade e se proteger do isolamento e solidão num outro espaço de pertencimento.

Aproximadamente dois anos depois, Vera foi trabalhar em um navio de cruzeiro, onde relata uma situação interessante e que foi determinante para de fato assumir a homossexualidade:

Quando foi em 2001 eu fui trabalhar num navio e aconteceu um fato que foi bem determinante, no navio eu me apaixonei por uma romena e contei pra ela, que eu era gay, não que eu gostava dela e o que ela fez? Ela contou pra todos os romenos do navio, eu nem sabia o que ela tava falando e o navio inteiro ficou sabendo e não era uma época que pra mim era tão ok assim que todo mundo soubesse. E eu fiquei sabendo dessa história, um outro menino da Romênia me contou e eu fiquei bem chateada.

Parece que Vera, numa tentativa de elaboração, reproduz inconscientemente a experiência que teve com a tia, pois, escolhe alguém que ainda não tinha estabelecido uma relação de confiança para revelar seu segredo. Vale ressaltar que o navio é um lugar transitório e rotativo de pessoas de diferentes nacionalidades, sendo por isso um ambiente menos ameaçador.

Aí uma brasileira que tava comigo no navio falou “aproveita isso e enfrenta, daí quando você voltar pro Brasil você pode enfrentar os seus pais” e foi o que eu fiz, aí

quando vinham perguntar eu falava “é, sou” e foi muito bom, eu voltei pro Brasil no final de 2001 e no começo de 2002 eu saía e perguntavam aonde tá indo eu falava o nome do bar, que se você procurasse em qualquer lugar ia ver que era um bar gay. Porque eu sempre dizia que ia pra um bar da moda, daí depois disso eu comecei a falar “fui pra parada gay”...

Abaixo ela narra como os pais reagiram à sua assunção lésbica, neste segundo momento. Percebe-se que mantiveram uma postura retaliadora, como o trecho abaixo revela:

Fui indo, fui indo, até que eu comecei a namorar mais sério, a primeira namorada mais séria, aí no meio de 2002 eu saí de casa, aí eu falei: é isso que eu quero mesmo pra minha vida e saí de casa (...) Pra alugar um apartamento eu precisava de um fiador, eu pedi pro meu pai e ele falou “ah, eu faria pra qualquer um posso fazer por você também” e foi meu fiador, parou de pagar meu convênio na época, quando eu tinha convênio com meus pais ele parou de pagar...eu já me sustentava, já trabalhava e aí foi.

Apesar de não falar em “expulsão” de casa, fica claro que sua saída de casa foi motivada por manter e assumir um relacionamento homoafetivo.

Após então, se assumir de vez para a família, discorre sobre as diferentes posturas adotadas por seus membros a respeito da homossexualidade.

Refere, por exemplo, que a tia, (irmã mais nova da mãe) sugere que ela só “escolheu” gostar de mulheres por falta de experiências sexuais com homens. Além disso, a tia faz uso de um argumento que faz eco à subjugação étnica postulada pelo avô, atribuindo ao homem negro a ideia do senso comum de que este seria o detentor de um grande “pênis” e assim o objetifica. Abaixo ela reproduz o argumento da tia: “(...) *ela [tia] fala ‘é porque você ainda não deu pra um negão, na hora que você der você vai saber o que é bom’*”

Esse discurso é uma fala recorrente acerca da lesbianidade e envolve uma idealização do falo, enquanto atributo exclusivo do homem e imprescindível para a realização sexual feminina.

Apesar do preconceito e da heteronormatividade da família, aos poucos Vera foi conquistando seu espaço e aceitação na família, ainda que com algum estranhamento.

Minha prima casou agora recentemente e foi a primeira vez que eu fui com uma mulher nessa minha família (paterna), me trataram super bem e a ela também, meu tio cumprimentou ela assim (aperto de mão, ri), meio ah, você é o macho (risos), ele não sabia o que fazer, coitado, mas normal... Mas são super bonzinhos assim, foram super agradáveis “ah, que bom que vocês vieram (...) os outros assim, a gente se vê em festas, os meus primos aqui nem falam comigo geralmente. Esses aqui, eles são gêmeos, um é muito bichinha, tem 22 anos, mesmo, e ele sempre fica com a gente

(com Vera e irmã caçula), o meu tio (pai dele) não gosta, meu tio vem, interfere, mas ok eu não me importo, já me importei

Apenas muitos anos mais tarde seus pais conseguiram lidar melhor com sua orientação sexual. Vera lembra como foi mais fácil para a irmã mais nova se revelar lésbica e se ressentir com seu pai, que não teve a mesma tolerância com ela. “(...) aí que raiva que eu fiquei. No dia que ela contou, ela me mandou um whatsapp que meu pai mandou pra ela, nossa eu queria ligar pra xingar ele de raiva, não gostei..”.

Entrevistadora: E você acha que a sua história interferiu nesse modo dele aceitar a orientação da sua irmã?

Vera: Ah... é... não tinha... na família da minha mãe nunca teve (homossexuais assumidos), eu fui a primeira pessoa, então meio que foi uma abertura de caminho...

Percebe-se um processo lento e gradual de aceitação dos pais. Abaixo ela indica este processo e afirma que só então se reconciliou com seu pai:

agora que eu me casei, eu me casei com a minha namorada, a gente casou em fevereiro (2014), aí meu pai me mandou um whatsapp pra mim falando que abençoava o casamento... aí eu perdoei, mas naquela época eu fiquei com muita raiva.

Ou seja, apenas nessa nova relação foi possível se reconciliar com seu pai. Entretanto, em seu último relacionamento, o contexto inicial foi marcado por um clima bastante adverso. Tanto pela posição da família quanto pelas condições socioculturais de Belém, cidade onde foi morar em 2005.

Depois de um ano morando lá conta que começou a se sentir sozinha e infeliz, sendo um período bastante difícil. Sentiu que a discriminação e o preconceito eram mais acentuados nessa cidade do que em São Paulo. Por isso, teve dificuldades em conhecer outras pessoas, não havia bares específicos para o público *gay*, os grupos se recolhiam uns nas casas dos outros, de forma velada.

As pessoas não saem, sempre vão na casa umas das outras, não tem bar pra ir conhecer gente como em São Paulo, só que pra você conseguir ir na casa de alguém demora... e a gente se conheceu e eu tava numa fase, eu já tava em Belém há um ano e eu odeio, eu odiava morar lá, é um lugar muito difícil, muito complicado de morar lá... e a gente se conheceu e eu precisava de alguém, eu tinha voltado a morar com meus pais depois de ter saído de casa, e eu tava muito sozinha, daí eu pensei em dar uma chance pra alguém de lá e tal, daí a gente acabou ficando junto, acabou ficando junto por muito tempo (...) A gente se conheceu no dia que ela terminou uma relação lá, ela era casada com outra menina e não sei... sabe quando tem duas pessoas se afogando e querem se salvar... acho que era mais ou menos isso, não foi uma coisa avassaladora “nossa, a mulher da minha vida”, não... nunca foi. Era uma pessoa bacana, uma boa companhia.

O início do relacionamento é, portanto, marcado por um momento de vulnerabilidade afetiva, fazendo com que a parceria representasse uma “*boia de salvação*” para “*duas pessoas se afogando*” (sic).

eu não tinha muitos amigos em Belém, eu sou assim, eu não confio em ninguém, eu mudei muito, mudei de escola, de emprego, de cidade, então não sei se eu tenho problema com vínculo e eu não conseguia ter amigos em Belém, porque eram todos amigos dela de alguma forma, eu não tinha os meus, eram amigos dela, então não tinha ninguém... até tinha, mas eu não confiava em ninguém pra desabafar...

É interessante observar que Vera volta para si a responsabilidade por não conseguir “confiar em ninguém”.

Após quase um ano de namoro decidiram morar juntas. Vera explica que não gostava e não se sentia a vontade de levar a namorada na casa dos pais. Na casa dos sogros, embora fossem aceitas, também não tinham privacidade.

Com o passar do tempo, o casamento foi se tornando insatisfatório e Vera pensou em se separar. Recebeu uma proposta de trabalho em outra cidade no sul do país e cogitou desfazer o vínculo na ocasião, mas foi “surpreendida” por Vanessa, que “se ofereceu” para ir junto. As duas então se mudaram, mas diante da dificuldade de adaptação de Vanessa, decidiram voltar para Belém.

(...) chegou num nível que ela falou - eu não vou ficar mais, eu quero voltar. O pai dela morreu nessa época. Aí eu falei tá bom, vamos voltar (...) . Aí...eu já odiava o Norte antes, ter que voltar...aí pedi demissão do emprego que eu adorava e voltamos (...) e aí o negócio ficou feio, começou a ficar muito feio, a gente ficou dois anos e meio em Belém, aí, foi tão ruim...a gente foi morar numa casa, odeio morar em casa, do lado da casa dos meus pais, tudo errado...

O desejo de se separar quatro anos antes do divórcio traz um ponto importante para analisar a relação conjugal que se estabeleceu. Dessa situação, surge o questionamento: se estava infeliz o que fez com que mantivesse a união? Por que ela sentiu tanta dificuldade em desfazer o vínculo?

Entrevistadora: E a decisão de ir pra Santa Catarina, você já estava contando que ia separar e ela decide ir junto, como foi isso?

Vera: Ah eu não gostei muito não (risos) eu não tive coragem...

Entrevistadora: Coragem do que?

Vera: Achei meio feio, que ia ser feio da minha parte fazer isso, achei que não ia ser ético, sei lá... bundona, acho que eu fui bundona na época, acho que teria me poupado
muita
coisa.

Entrevistadora: Por que não seria ético?

Vera: “agora que você vai se dar bem me larga”, eu achei que não era certo fazer isso. Eu lembro que quando eu decidi voltar pra Belém, e isso foi pior ainda - largar meu emprego - eu pensei muito nisso “peguei ela em Belém, vou devolver ela em Belém”, não acho certo botar uma pessoa no avião e falar vai embora... xau, acabou, na minha cabeça é muito errado, é muito feio, então vamos junto, veio junto, vamos voltar junto e se tiver que terminar vamos terminar lá

Vera descreve, assim, uma posição de assujeitamento, aparentemente pautada por sentimentos de culpa e gratidão, possivelmente marcados pelo contexto inicial de constituição vincular, indicando uma autoestima ainda muito fragilizada, já que, as decisões tomadas não passavam pelo seu desejo e sim pela preocupação em “fazer o certo”, em ser “ética”.

Eu tava num lugar que eu odiava, comecei a ganhar bem menos do que eu ganhava...bom, daí no auge do desespero eu comecei a estudar pra concurso e estudando pra concurso eu vi a lei Maria da Penha e aí eu vi que muito do que eu passava a lei se aplicaria, eu não apanhei, mas todo o resto acontecia, assédio moral que fala.. ela xingava...e eu era bobona, eu só chorava.

No limite do esgotamento da relação, o ciúme ganha uma intensidade que permite a ela sentir raiva, uma raiva necessária para que ela pudesse se desvencilhar.

nossa, eu lembro agora, foi muito feio... quando a gente veio pra São Paulo teve várias oportunidades de terminar antes, foi indo, tava com passagem paga... nessa época tava passando big brother e tava péssimo, já não tava acontecendo mais nada (sexo) e aí, ela amava o bbb e aí a gente ia viajar no dia seguinte pra São Paulo e aí a gente ia ficar num amigo meu, ela ia voltar, eu ia arrumar um emprego e quando tivesse tudo certo ela viria, era esse o plano e a gente não sabia quanto tempo a gente ia ficar separada e aí eu lembro que nesse dia, a última noite em Belém eu falei “pô né, vamos namorar um pouquinho” e aí, (a resposta) “vamos acabar de ver bbb” e aí eu falei então você come a Priscila (do bbb) porque eu acabou, aí eu falei acabou e foi muito feio, tinha que ter terminado antes...

Vera lembra que, na ocasião da separação (formal em cartório), a mãe acompanhou as duas, e se ressentida, afinal, se tratava de um relacionamento abusivo e prejudicial a ela, enquanto a mãe se lamenta “que pena”.

A gente tinha feito uma união estável e daí tinha que ir no cartório revogar, aí uma vez eu fui pra Belém só pra gente ir junto revogar no cartório, aí a gente foi, minha mãe foi junto e minha mãe ainda falou “ah que pena né”. E eu nunca contei, isso eu tenho até hoje, eu não conto nada dos meus relacionamentos pra minha família

Em relação à convivência com o preconceito social, sua resposta está em coerência com seu relato prévio, ou seja, há o reconhecimento dessas dificuldades no contexto em que ela vive, há também clareza de que a aceitação é diferente de acordo com o lugar em que se vive, sendo São Paulo considerada uma cidade com maior grau de aceitação, ainda que com ressalvas, em comparação a outras cidades menores ou mais conservadoras, como foi o caso de Belém.

Primeiro ponto que se destaca é o incômodo frente ao constrangimento de romper com as expectativas sociais fortemente impregnadas pela heteronormatividade: “(...) quando a gente diz que é casada as pessoas partem do pressuposto que é com um homem, toda vez tem que falar, tem que fazer um *out*¹⁰...”

Além dessa situação, Vera comenta que há um receio muito grande em sair na rua enquanto casal:

Então é isso, a gente não pode andar de mãos dadas na rua porque tem medo de apanhar... aí eu pensei: quer saber eu não vou me importar; mas o problema é o medo de ser estuprada, porque tem o estupro corretivo e eu morro de medo... eu vivo aqui na região da Paulista, eu moro na Vila Mariana e mesmo por aqui a gente anda com medo, a gente só vai em bar gay.

O recurso de proteção diante da sensação de ameaça iminente é a vivência em guetos.

Por outro lado, existe a exclusão do casal em alguns eventos sociais, onde prevalece o “respeito” à religião: “(...) tem uma moça que trabalha com a gente que ela ia casar, o chefe dela é evangélico, a gente não foi...”

Outro ponto que observa é o afastamento das amizades mais antigas:

Das minhas amigas, quando eu me assumi, não tenho mais nenhuma. Todos meus amigos, são amigos da época que eu me assumi pra cá... aí as pessoas perguntam você casou né, o que seu marido faz? Isso é muito ruim...

Por fim, Vera se afirma “*heterofóbica*” e parece estar buscando dessa forma uma estratégia para dar vazão ao sentimento de desvalia provocado por discursos homofóbicos que lhe acompanharam por toda a vida.

¹⁰ Gíria equivalente a “sair do armário”, proveniente da expressão em inglês “*coming out of the closet*” ou simplesmente “*coming out*”.

(...) eu sou heterofóbica, não nego, só se a pessoa for muito legal assim, eu tolero, mas se não, não quero ter contato, não faço questão. Agora, levar em algum evento, eu vou agir normalmente, eu não vou pôr peso, as coisas tem o peso que eu dou, eu sempre penso isso, é minha esposa e pronto... não pode mais negar de botar no convenio médico, agora é obrigado. Agora, a gente foi no banco o gerente perguntou: - E seu marido? ...eu tento ser o mais natural possível. Mas tem coisa que não dá, ficou até mais tarde na rua, mesmo que na (rua) Augusta, não vamos andar de mão dada... eu não sei, talvez as meninas mais novas não sintam isso, mas eu já corri de skinhead na época da consolação aqui, tinham muitos gays, eu fui visitar amigo no hospital que apanhou...eu passei por isso, eu vivi essa época, então talvez eu tenha mais isso...

Ou seja, Vera descreve uma “luta” diária para enfrentar a heteronormatividade e até situações de discriminação mais ostensivas, tenta ser “o mais natural possível”, o que é conflituoso, pois a sociedade ainda não oferece respaldo para que a questão seja tratada com naturalidade. A falta de referências midiáticas que contemplem casais homoafetivos reforça essa perspectiva e também é algo que a marcou.

programação de tv, totalmente feita pro público heterossexual, não tem uma programação gay, no dia do Félix, do beijo do Félix, a gente gritava tanto, chorava de alegria...nossa, as pessoas não tem ideia do significado disso, é muito importante...a gente vê netflix, cinema, quando eu era mais nova não tinha isso, então você não se identifica com ninguém, não tem espelho, você não tem ninguém para ver e agora tem, tudo que é gay a gente prioriza...então o que a gente faz é isso, é conviver entre iguais, a gente só anda com gay.

Ou seja, a falta de referências midiáticas contribuiu, por muito tempo, com a sensação de exclusão e solidão ao longo da vida.

Apesar de tantas adversidades, foi possível perceber elementos de superação bastante significativos. O próprio revelar-se foi um intenso processo de superação. Vera, por fim, conquistou seu espaço, simbólica e literalmente. Na busca pela cidade onde morar, esteve engajada em alcançar um lugar em que se sentisse bem, foi para Santa Catarina, retornou a Belém e por fim optou por São Paulo. Apesar de a família nuclear estar em Belém, Vera se mantém em São Paulo, com uma independência que conquistou e autonomia para estar mais próxima das pessoas as quais se identifica, na cidade que lhe agrada.

Bianca

Bianca ficou sabendo da pesquisa através da divulgação feita por um colega da pós-graduação, através da rede de e-mail da USP. Ela então entrou em contato com a pesquisadora e foi agendada a entrevista em local próximo de sua casa. Ela chegou com um cachorrinho no colo, o qual fez parte de sua relação conjugal e naquele momento mantinha a guarda compartilhada com a ex-companheira, que chamaremos aqui de Bruna.

Bianca é a filha mais velha. Tem uma irmã três anos mais nova que ela, que também é lésbica. Os pais são casados e moram em Natal, sua cidade de origem.

Ao realizar o genograma, Bianca vai espontaneamente falando sobre a relação da família com a homossexualidade.

Bianca: Tem uma história curiosa aqui, Artur (irmão do pai) que é o mais velho, é gay, mas a minha avó nunca admitiu isso

Entrevistadora: Foi contado pra ela?

Bianca: Foi contado pra ela, ele reuniu a família, isso foi contado... e ela disse que não, não, não, não, você vai constituir família e assim aconteceu, ele casou, teve uma filha adotada e dois filhos biológicos

Entrevistadora: A família toda sabia, a esposa, os filhos?

Bianca: Eu acho que todos sabem no final das contas, você olha pra ele você sabe, não é uma coisa que seja tão discreta assim, mas institucionalizou-se a questão da normatividade heterossexual, então ninguém questionava mais isso.

Esse tio foi sua primeira referência *gay* na família.

Pelo lado da família materna, Bianca fala de um tio avô, irmão mais novo de sua avó, que morou a vida inteira com a mãe (bisavó de Bianca) e, só quando esta morreu ele foi dividir o apartamento com seu companheiro.

Depois de seis anos esse tio também morreu e surgiu o debate na família sobre a divisão de seus bens. Bianca destaca que seu avô, apesar de ser extremamente conservador, se preocupou em considerar o viúvo do tio nessa partilha, o que de certo modo a surpreendeu.

Quando Beto morreu, que faz uns seis anos mais ou menos, a família inteira obviamente veio demandar pelos direitos dele, os irmãos e aí deu uma confusão “sim, mas e o companheiro? Não vai ficar com nada? Não sei em que pé ficou essa história, eu sei que meu avô, que na minha cabeça é uma das pessoas mais homofóbicas que eu conhecia, não exatamente homofóbico mas extremamente

conservador, ele também questionou: não, mas o cara também tem um direito aí, ele também viveu nesse apartamento, constituiu coisas e tal.

Ou seja, apesar do conservadorismo familiar, houve o reconhecimento dessa união enquanto legítima.

Podemos observar o tom de vergonha da homossexualidade presente nos dois lados da família, embora com intensidades diferentes. Os tios, de duas gerações (o tio avô materno e o tio paterno), foram impedidos de viver plenamente suas relações afetivas por não se enquadrarem aos padrões, situação que manteve resquícios em sua família de origem.

Contudo, a geração de Bianca pôde romper em parte com esses padrões. Ela fala que os *gays* de sua geração foram morar em outras cidades e isso está bastante atrelado a uma busca por liberdade longe do núcleo familiar que mantém uma postura hostil com a homossexualidade.

Bianca: É engraçado que as três pessoas da família que são assumidamente *gays* não moram mais em Natal, minha irmã mora em Brasília, eu vim pra São Paulo e meu primo mora em Blumenau.

Entrevistadora: E por que você imagina que é assim?

Bianca: São as pessoas que não tiveram esse compromisso de casar e constituir família na cidade dos seus pais, eu acho que essas outras pessoas tiveram esse compromisso e assumiram eles.

Ou seja, ela interpreta a situação a partir de uma série de pressupostos acerca da vida conjugal heterossexual. Sobretudo sobre a hipótese de “aprisionamento” que esses vínculos poderiam gerar; essa “diáspora” a que se refere, estaria também associada à busca por um lugar de aceitação, distante do olhar castrador da família – o que de fato, se revela em seu discurso, como indica o trecho abaixo:

Mas eu acho que, enfim, novos horizontes, novas possibilidades, novas pessoas, sair desse ambiente da família é importante, por exemplo, pra mim é muito importante não estar do lado deles e só visitar uma ou duas vezes no ano, porque você, ok, estabelece que é família e tal, mas o resto do ano não precisa daquele compromisso sabe... eu não gosto de vários dos meus tios, principalmente os homens. Rafael (irmão mais novo da mãe) então eu não suporto, é um cara extremamente reça, tudo que eu tenho pavor numa pessoa essa pessoa é.

O discurso heteronormativo aparece também de modos mais sutis, como por exemplo, a tia (casada com o irmão do seu pai) que frisa a “aceitação” de Bianca *“do jeito que ela é”*.

A mulher do Fábio, ela..., isso me irritava um pouco, ela começou com um discurso “chama fulana pra passar aqui o natal, a gente te aceita do jeito que você é”. Ela

vinha com um discurso da gente te aceita como você é, que eu entendi assim, eu demarquei esse território aqui onde as coisas são aprovadas e tal, mas eu to criando a concessão pra você entrar nesse meu espaço, e aí, tá... obrigada, mas não...sabe assim, eu disfarçava, mudava de assunto, não queria, não queria minha vida, não queria pessoas próximas de mim afetivamente perto desse ambiente aqui.

Bianca relata que desde criança se questionava sobre os padrões heteronormativos.

Com três anos de idade eu lembro de ter visto um outdoor de um casal fazendo propaganda de qualquer coisa, sei lá, uma marca de macarrão e aí um casal, um homem e uma mulher, e eu lembro que eu olhava pra esse outdoor e fazia “e se fosse um homem com um homem”? Ou se fosse uma mulher com uma mulher, qual seria o problema?

É interessante que uma criança tão pequena já refira críticas ao sistema heteronormativo, que normalmente é internalizado de modo quase automático.

Sobre a dinâmica conjugal e parental dos pais ela descreve um padrão diferente das famílias nucleares tradicionais, em que no topo da hierarquia está o “patriarca” seguido da mulher. Em sua família, é a mãe que desempenha este papel de poder e autoridade. Na fala abaixo, isso é bem destacado:

Minha mãe sempre que ditava as regras, meu pai era muito mais flexível, sempre foi mais flexível com tudo. Só lembro de uma vez meu pai me repreendendo, eu tava no playground e era no segundo andar e eu passei do portão, então eu podia cair dali, aí acho que ele me viu e brigou comigo. Acho que foi o único momento da vida em que ele me repreendeu, era mais minha mãe assim.

Na relação conjugal e parental, o posicionamento do pai é de omissão e submissão. Constituiu-se uma dinâmica onde as mulheres da casa (a mãe e as filhas) o atacavam. A imagem fragilizada do pai, contudo, foi resignificada por Bianca na sua vida adulta.

Passou-se muito tempo rejeitando a figura do meu pai, porque minha mãe era a figura poderosa da casa e ela rejeitava muito o meu pai, porque ele precisava ter mais atitude, porque ele precisava fazer coisas que ele não fazia, ela esperava isso dele, enfim... hoje eu entendo que ele é apenas uma pessoa mais tranquila do que ela... hoje eu entendo muito mais meu pai, eu respeito muito mais ele.

Essa aproximação da figura paterna parece estar ligada a dois fatores, primeiramente a decepção com a mãe no momento em que se revela lésbica: “Imaginava eu que ela era uma

pessoa bem mais flexível. Descubro eu, muito mais velha, que o mais flexível era meu pai e minha mãe era muito mais conservadora do que eu achava que ela era”.

Outro fator tem relação com a posição que ela adota em sua vida conjugal. Relata que se desenvolveu um padrão igualmente hierárquico em seu casamento, no qual ela acabou reproduzindo uma postura submissa como seu pai, frente a uma parceira muito parecida com a sua mãe.

Voltando aos pais, ela afirma que era um casal que brigava muito e não presenciava cenas de carinho entre eles.

Primeira visão que eu tenho são as brigas, principalmente minha mãe brigando com ele, muito menos ele brigando com ela e aí por tabela eu brigando com ele, minha irmã brigando com ele, todo mundo brigava, eram três mulheres contra um homem, era mais ou menos isso.

É importante pontuar que o pai ficou órfão de pai quando tinha apenas 13 anos, foi criado pela sua mãe (avó de Bianca), que assim ocupou o lugar de autoridade e poder na família, estrutura que ele acabou reproduzindo em sua dinâmica conjugal.

Bianca conta que sua mãe sempre foi uma mulher bastante controladora.

Ficou sabendo que a filha estava namorando uma menina ao ouvir uma conversa no telefone e teve uma reação muito ruim, conforme Bianca descreve:

Foi super traumático, ela disse que não, que isso é uma fase, que vai passar, isso não tem nada a ver com você. Buscou amigas que deram esse relato pra ela, não, é uma fase, eu já passei por isso, depois tudo volta ao normal.

O discurso da mãe revela suas projeções narcísicas frustradas sobre a filha, “isso não tem nada a ver com você”, e implica uma visão heteronormativa, “depois tudo volta ao normal”.

Bianca acredita que a reação da mãe esteja ligada à questões mal resolvidas da própria sexualidade dela: “Em algum momento eu achei que ela terminou negando alguma coisa que era ali dela e terminou casando com meu pai, tendo uma relação”

Além disso, Bianca sente que decepcionou a mãe, sobretudo, por ter sido uma criança bastante identificada aos padrões de feminilidade. “(...) eu era a menina do papel de carta, eu brincava de boneca, eu adorava fazer casinha”.

A revelação foi, para ela, mais difícil do que para a irmã mais nova, que também é lésbica. Sendo a filha mais velha, precisou romper primeiro com a idealização da mãe, além disso, por ser uma criança identificada aos padrões de gênero (feminino), causou um impacto maior, já que não era algo esperado, como foi com sua irmã, que “sempre foi um menininho” (sic).

minha mãe já esperava pela minha irmã, já era uma concessão na cabeça dela, mas eu não, eu não podia, porque na lógica dela e como eu sou mais velha, ela descobriu primeiro comigo

A lógica a que Bianca se refere é baseada na noção de gênero inteligível, descrita por Butler (2013), como se a feminilidade não correspondesse à lesbianidade, a partir da premissa de que sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual são instâncias interligadas e compreendidas a partir da ótica heteronormativa.

O discurso da mãe revela ainda o quanto considera importante corresponder às expectativas sociais de heteronormatividade, independente da realização amorosa. “Nem todos os dias eu amo ele [o pai de Bianca], mas eu to com ele, eu to com ele porque é importante estar com ele.”

Bianca critica e questiona a fala de sua mãe, afinal, por que é importante estar com “ele”?

Assim, problema seu se você não ama o cara, não é um problema meu. Obviamente eu não refutei dessa maneira na hora, porque na hora você está super fragilizada, você tá... teu muro cai sabe... você não sabe nem responder, tudo o que você faz é acenar com a cabeça e fingir que tá acreditando naquilo que ela tá falando.

Bianca lembra que seu pai traiu sua mãe, mas, por conta dessa supervalorização do casamento e da dependência materna sobre a figura masculina, acabaram reatando. O que é interessante, frente à imagem de mulher independente e poderosa que assume na família, segundo relato da entrevistada.

Há uns dez anos eu acho, ela descobriu que meu pai tava traindo ela com uma mulher, e foi um momento de separação, meu pai saiu de casa e aí ela voltou atrás, chamou ele de volta pra casa.

A irmã da mãe também foi traída pelo marido, descobriu que ele tinha outra família no interior e, se separou, mas assim como a mãe de Bianca, também reataram depois de um tempo: “É mais um caso assim, ela sabe de tudo que ele fez, mas não admitiu estar sem ele.”

É interessante observar que o vínculo amoroso que Bianca estabelece com a companheira, também traz muito claramente indícios de uma dinâmica de infidelidade.

O começo da relação é marcado por uma triangulação amorosa composta por Bianca, Bruna e a namorada desta na época, relação que Bianca desconhecia. Quando descobriu se separou e seis meses depois Bruna terminou o namoro e procurou Bianca.

eu conheci ela, aí a gente começou a namorar, mas aí eu descobri que ela tava em outro relacionamento e eu era...isso foi o começo da relação, e eu era a pessoa que ela tava tentando alguma coisa nova. E aí quando eu descobri que eu era a outra da relação eu terminei e passei uns 6 meses sozinha, aí depois a gente voltou, aí ela terminou com a outra, que era daqui de SP e ficou comigo

O namoro começou em 2001, Bianca conta que a ex-mulher também era de Natal, mas já tinha morado em São Paulo por muitos anos, em 2009 retornou para a capital paulista e Bianca decidiu se mudar também.

Sobre a decisão de morarem juntas, Bianca diz que com aproximadamente três anos de namoro, começa uma mudança gradual, sem planejamento, e aparentemente por conveniência, mais do que um projeto de casamento consolidado entre as duas.

(...) minha ex comprou uma casa na beira mar, puta casa, linda, você sai do condomínio tá na areia da praia, e comprou pra mãe dela, só que aí como era uma casa muito grande ela passou a viver lá também e aí eu ia dormir lá, ia dormir lá uma noite, duas noites... não foi uma coisa assim combinada “Ah, vamos se mudar, vamos morar junto”, foi gradualmente acontecendo e minha mãe foi percebendo que cada vez menos eu ficava em casa, aí teve uma hora que eu peguei as roupas falei assim, ó mãe, eu vou, to morando mais lá do que aqui, então vou levar minhas roupas, e aí foi...

Bianca assume essa mudança, levando suas roupas e livros. Esse processo trouxe dificuldades para ela, relata que teve dificuldade em se apropriar daquela nova casa, já que não foi um espaço de construção conjunta. Conta também que a sua mãe relutou muito para permitir que ela se mudasse e fazia “chantagens emocionais”. O pai não se manifestou sobre isso, afirma que “foi tranquilo”.

Depois de seis anos de relação, Bruna conseguiu um emprego em São Paulo e resolveram mudar para a cidade. Bianca ainda não tinha se firmado na cidade, enquanto a

esposa já estava com emprego fixo. Notamos que, embora Bianca tenha reiterado o interesse anterior em mudar para São Paulo, foi apenas um agente passivo na decisão da parceira.

Essa relação de passividade se intensificou na nova cidade, enquanto Bruna tinha um emprego e era bem sucedida, Bianca ficou responsável pelas questões da casa, o que foi fonte de conflitos. É importante salientar que esta mudança alterou a dinâmica do casal, pois em Natal, era a mãe de Bruna que ficava responsável pelos afazeres e responsabilidades com a casa.

A dependência financeira de Bianca, fez com que se estabelecesse uma relação de proteção, que se destacava mais até do que a relação amorosa.

Inclusive as questões que surgiram para Bianca frente à separação envolveu muito mais a angústia de perder toda a segurança estrutural que a relação proporcionava (casa, dinheiro, conforto), do que a perda da companheira.

Outro aspecto de sofrimento foi a sensação de ser preterida, já que o início da relação foi marcado pelo lugar de “objeto eleito”, numa situação muito parecida com o fim, onde Bianca passa a ser o “objeto renegado”.

Segundo ela, o relacionamento foi minguando no momento em que o desinteresse sexual se cristalizou entre as duas:

Eu percebi, ela também percebeu, que a relação já não estava mais a mesma, já era uma relação de amizade, não era mais uma relação afetiva: completo desinteresse por sexo, principalmente da minha parte, eu não queria mais saber e aí em algum momento, acho que em 2010, eu descobri que ela tava tendo um caso com uma mulher, fazia alguns meses já, descobri isso com um sms, desses que chegam no automático e você vê...e aí terminei descobrindo assim, tal, foi uma confusão...

Contudo, Bianca reconhece que Bruna estava propondo um afastamento, que na época não se deu conta:

Ela falava coisas do tipo, isso porque ela já tava tendo relacionamento com uma mulher, ela falava coisas do tipo “você devia ter um apartamento só pra você” e aí eu “Porque um apartamento só pra mim, a gente não tá junta?” aí ela “não, você devia ter um espaço só seu” eu “mas peraí, o que você tá querendo dizer com isso?...ela começou a dar sinais de que alguma coisa tava completamente fora de lugar, e eu não tava entendendo exatamente o que ela queria dizer, não sabia se...definitivamente não passava pela minha cabeça que ela já estava em um outro relacionamento, eu achava que ela queria um pouco mais de distância... e aí eu assim, puts, não tá nos meus planos, realmente não tava.

Aparentemente, Bianca, apesar de reconhecer o problema, não tomaria a iniciativa de romper a relação, sobretudo por ter desenvolvido uma relação de dependência com a parceira.

eu confesso pra você que eu tava numa situação confortável, porque era uma pessoa que, de um jeito ou de outro, como ela sempre ganhou muito mais que eu, ela mantinha um conforto que, enfim, eu nunca tive na vida, e, eu assim, eu não me dedicava muito a ela, não tava muito mais no clima e ela percebeu isso e como ela é bem mais velha do que eu, acho que ela sentiu o relógio batendo contra sabe...po, eu to com alguém que não tá nem aí pra mim, no final das contas...e eu acho que ela tomou a decisão certa no final das contas (...) fez isso de todas as formas erradas possíveis, mas eu acho que foi uma decisão muito acertada. (...) hoje eu acho que foi muito bom..., não da maneira como foi, mas por ter a separação, porque acho que eu não ia ter coragem...

O contexto de dependência somado à traição fez com que a separação fosse sentida muito intensamente. Contudo, ao sair da situação cômoda que a relação lhe garantia, se mobilizou para reconquistar sua vida social e retomou atividades de seu interesse que ficaram esquecidas durante o relacionamento.

Bianca não traz em seu relato questões diretamente relacionadas ao preconceito ou à discriminação. Quando questionada se, em sua opinião, o preconceito homofóbico interferiu na sua relação, ela afirma que nunca teve problemas e que isso se dá por conviver bem com sua orientação. Porém entende que pode prejudicar quando a parceira não tem a mesma aceitação:

Bianca: Eu acho que prejudica sim, por exemplo, no caso da Bruna especificamente e no caso da minha primeira (namorada) também, eu acho que foram duas coisas que prejudicaram, o preconceito internalizado de ambas, principalmente no caso da minha primeira namorada estável, como ela tinha muito preconceito, muita vergonha, inclusive no mesmo relacionamento da gente, ela chegou a namorar com um cara, porque ela achava que não, tava tudo errado, meu negócio é com homem... isso prejudicava muito, nunca podia mostrar afetividade em público e com a Bruna também, impossível andar de mãos dadas na rua e eu sempre fui uma pessoa muito tranquila com isso, na minha cabeça nunca foi um problema, pelo contrário, eu acho legal andar se exibindo com alguém, eu acho legal...

Entrevistadora: E isso era conversado entre vocês?

Bianca: Sim, eu falava isso pra ela, mas ela dizia que “é o meu jeito, não to a fim de ficar mostrando pro mundo” e eu dizia “mas não tem problema nenhum, todos os casais heteros fazem isso” e ela “não to a fim, pronto”. E eu acho que isso era um problema, nunca curti esse tipo de preconceito que ela tinha dentro dela.

Já em relação ao preconceito social, embora sinta que é algo ainda muito presente, afirma que não interferiu na relação, pois mantém distância de pessoas preconceituosas.

Eu não acho que chega a atrapalhar não. Porque assim, o preconceito que vem de fora você elimina, sabe, vive teu mundo e sai de perto de mim porque pessoas como

você não me interessam ao meu círculo, então, enfim, essas pessoas eu nunca dei atenção a elas.

O discurso de Bianca sugere que, para ela, o preconceito atrapalha a relação quando é algo sentido dentro do casal, por uma das parceiras, como foi em seu último relacionamento. Quando o preconceito “vem de fora” é algo que pode ser administrado pelo casal, sem que isso cause maiores conflitos.

Camila

Houve um pouco mais de dificuldade para o agendamento da entrevista com Camila, pois na época seu avô paterno estava no hospital, em estágio terminal. Após três semanas ela entrou em contato com a pesquisadora, dizendo que estava disponível. No e-mail, ela pediu para que a entrevista não fosse feita em um lugar público. O que chamou a atenção, pois não foi algo solicitado pelas outras participantes.

O pedido de Camila estava relacionado ao medo de se expor em público, já que falar sobre a separação ainda era muito doloroso para ela, pois as lembranças estavam muito presentes.

Realmente, Camila aparentou maior fragilidade emocional, em relação às outras participantes. Mesmo no desenho do genograma, ela demonstrou bastante insegurança e fez várias perguntas sobre como fazer o desenho:

Em relação a direito e esquerdo, materno, paterno? Aí eu faço o que, escrevo só o primeiro nome? Precisa identificar quem é morto, quem não é? ... como é que eu puxo aqui...ah, assim né...comecei errado (...) tá começando a sair torto, tudo bem?

Era notável sua preocupação em representar a família “*corretamente*”. A dificuldade da pesquisadora esteve em conciliar a postura “neutra” com a sensação de que precisava “ajudar”, envolvida possivelmente numa trama transferencial com a entrevistada.

Quando termina ela pergunta “*dá pra entender?*”. Ao olhar o desenho, realmente não estava muito claro: todos estavam representados em forma de quadrado, apenas com as iniciais, dificultando a distinção entre homens e mulheres.

Entrevistadora: Ah... a única coisa é que você colocou...

Camila: Tudo quadradinho? Tinha que identificar o que é macho e o que (risos) o que é macho e o que é fêmea é ótimo...

Para resolver a “indiferenciação”, a pesquisadora sugeriu que colocasse um círculo para representar as mulheres, ao que ela colocou um círculo dentro do quadrado. Aliás, o aspecto da indiferenciação é algo muito presente em todo seu relato. Para além da representação do mapa familiar, o discurso também nega as diferenças, sobretudo a respeito da homossexualidade, na qual ela frisa várias vezes “*é igual, não tem diferença*”. Repete

também muitas vezes que em sua família é algo muito “natural”. Embora muitas vezes seu discurso contradissesse essa “naturalidade toda”.

Por exemplo, mesmo em perguntas mais abrangentes (como no trecho abaixo), a resposta acabava se direcionando e se limitando à questão da homossexualidade, deixando a desejar outros dados da história familiar. A impressão é de que Camila não caminhava livremente sobre os assuntos, estava vigilante, receosa e defendida.

Entrevistadora: O que você sabe deles (avós)? Enquanto casal? Como pais, que padrões se preocuparam em passar?

Camila: Eles são... eram bem tradicionais, minha vó é bem tradicional, matriarcona, fazendeira de cacau, bem aquela coisa, até hoje matriarca, na verdade minha avó é a única que não fala sobre isso comigo, ela que fala que eu tenho amigas, mas todo o resto da família, dos dois lados é extremamente tranquilo, todo mundo sempre tratou minha ex, minha atual namorada na maior naturalidade, dos dois lados.

Sabe-se que um argumento “clássico” contra a homossexualidade é justamente de que é algo antinatural, principalmente por conta da impossibilidade de procriação. Nesse sentido, é preciso haver o “macho” e a “fêmea” – esse pressuposto (ainda presente na sociedade atual) parte da premissa de que ter filhos é a principal finalidade de um casal. Desse modo, uma pesquisa que pretende investigar casais lésbicos pode ter suscitado a sensação de discriminação/segregação e assim gerado a defesa.

A frequência com que repete ser natural e tranquilo sugere justamente o oposto. Talvez a pesquisa tenha despertado algum incômodo, no sentido de ir contra “a corrente” de sua idealização. Essa ênfase poderia atuar como uma espécie de crítica, não de todo consciente, sobre o recorte escolhido para esta pesquisa.

Sobre o desabrochar da sexualidade, ela afirma que não foi vivido com maiores angústias:

Eu sempre soube que eu ia dar vazão ao meu desejo, não tive nenhum problema ser homem ou ser mulher, prefiro mulheres mas não tenho nada contra os homens (...) pra mim foi tranquilo, foi natural, tanto fazia ser homem ou ser mulher

É interessante essa fala, que destoa completamente da experiência das outras entrevistadas, que nem cogitavam a lesbianidade antes de qualquer desejo homoerótico.

Por outro lado, Camila comenta intrigada: *“engraçado que teve umas pessoas que sempre souberam”*.

Muitas vezes, há uma especulação social sobre a homossexualidade, é possível observar que isso acontece na experiência de muitos homens e mulheres, independente da orientação sexual da vida adulta. A suspeita sobre a inclinação sexual por um ou outro sexo, normalmente se baseia em interpretações de comportamentos infantis, considerados femininos ou masculinos. Indicando, o quanto ainda é premente a expectativa social pautada na inteligibilidade de gênero (Butler, 2013) e pouco ou nada têm a ver com a sexualidade do indivíduo.

Outro aspecto muito particular deste caso é que foi a mãe de Camila que “se revelou” para a filha e não o contrário:

Logo depois que se separaram (os pais) ela teve um relacionamento de uns quatro anos com uma mulher e pra gente foi tão natural, apesar de eu já ter uns 15, 16 anos, só depois eu me toquei do que acontecia, tipo, minha mãe está com uma mulher, pra mim minha mãe estava com alguém, era extremamente natural.

Contudo, o trecho indica que não foi possível ter um diálogo aberto com a mãe sobre sua nova relação. Coube a Camila descobrir sozinha quem era “esse alguém”, revelando que era uma questão difícil para a mãe lidar, tanto que nem pôde conversar com a filha sobre sua nova relação. O silêncio em torno do assunto, portanto, vai justamente contra a ideia de naturalidade.

Quando Camila estava com dez anos, a mãe a levou numa psicóloga, pois desconfiava que a filha fosse lésbica, mas não revelou isso a ela. Disse apenas que estava preocupada por causa das brigas entre Camila e o irmão. Mas depois de adulta, a mãe conta sobre sua desconfiança e afirma que queria que Camila “*tivesse naturalidade pra lidar com isso*”.

(...) na época ela dizia que era porque eu brigava muito com meu irmão mais velho e tal, mas depois de muito tempo, recentemente ela veio me dizer, que é porque ela achava que eu era gay e queria que eu tivesse a naturalidade pra lidar com isso.

Ou seja, a mãe delega a uma pessoa “de fora” da família a função de “cuidar” das questões em torno da sexualidade da filha.

(...) mas assim, eu não me lembro de nenhuma conversa, não tinha nenhum desejo, nada, eu não sei se é porque eu era meio moleque, eu gostava de empinar pipa, jogar futebol, mas também brincava de boneca, essa coisa fluida que eu não acho que tem que... por ser uma criança de dez anos, enfim, mas ao mesmo tempo acho legal que ela tenha tido essa visão pra eu não ter receios de nada, foi um processo muito natural tudo pra mim.

Percebe-se que a iniciativa da mãe em levar a filha na psicóloga deixou Camila ambivalente, afinal, o que fez a mãe pensar que ela fosse lésbica, aos dez anos de idade? Foram as brincadeiras? Foi seu jeito meio “moleque”? Se não havia diferença entre homem e mulher, gays e heteros, etc., a posição da mãe acaba se contradizendo, pois indica que percebeu uma “diferença” na filha, que não foi baseada na observação de seu desejo, mas talvez em estereótipos de gênero.

Interessante que aproximadamente cinco anos depois, a mãe desvela a própria homossexualidade, o que nos faz questionar: a mãe queria que a filha lidasse com naturalidade com qual homossexualidade, a sua ou a dela? De todo modo, fica evidente que havia uma grande dificuldade da mãe em abordar esse assunto.

A homossexualidade está muito presente no discurso da mãe, como aponta Camila, porém, parece uma dinâmica muito mais compensatória do que genuína.

Talvez a sexualidade de um modo geral seja um assunto difícil de ser abordado, Camila não consegue falar da relação dos pais enquanto casal. De qualquer modo, faltam informações sobre eles. Seu relato permite apenas algumas suposições.

Entrevistadora: e sua família, pai, mãe e irmãos, como eram? Você disse que se separaram, como foi isso?

Camila: eles se separaram quando eu tinha 15 anos mais ou menos, mas são super unidos, por exemplo, meu pai passou o dia dos pais, não... o dia das mães, ele é casado, mas acabou passando o dia dos p...das mães com a gente, tá sempre com a gente no natal, a família dele é daqui de São Paulo, aquele meu avô que tava internado, faleceu agora há pouco, minha mãe veio, eles são super amigos, e eles são super tranquilos em relação a isso.

A partir de situações atípicas narradas por Camila, a respeito de seus pais, como por exemplo, o fato dele estar em outro casamento e passar o dia das mães na casa da ex-mulher (mãe de Camila). Surgem alguns questionamentos: Será que houve uma relação de casal entre os dois? Ou a homossexualidade da mãe era aberta a ele e puderam desenvolver um vínculo de cumplicidade e amizade?

Ao mesmo tempo, existe uma ansiedade muito notória da mãe sobre a sexualidade de Camila. No exemplo a seguir, demonstra não dar conta de esperar pelo momento que a filha decide revelar a ela, precisa que a filha “fale logo!”, além de anunciar para a família antes

do

consentimento dela. Ainda assim, parece que Camila não se permite entrar em contato com a invasão da mãe:

Eu cheguei lá e minha mãe... (risos), foi muito engraçado porque a primeira vez que eu voltei, eu vim prá cá em outubro e só estive lá em junho do ano seguinte, aí minha mãe do nada virou pra mim e falou assim “fala logo pra mim, você não gosta de pinto né?”, [Camila:] “Calma mãe, não é que eu não goste...”, mas aí eu contei que tinha namorada, falei “ah, mas não fala nada pra ninguém ainda”, tinha acabado de começar com Cláudia, que foi com quem eu fiquei bastante tempo. Ai no dia seguinte veio ela “ah, eu já contei pro seu irmão, já contei pro seu pai”, aí, tá, tudo bem, foi natural, não teve uma conversa assim, com meu pai não teve nada... Aí ela foi contando pras minhas tias e pra todo mundo e não teve uma conversa assim como todo mundo, talvez justamente por ser tão natural, não sei, não sai do armário, acho que eu nunca tive dentro na verdade, mais ou menos por aí...

Contudo existe muita ambivalência no relato de Camila. Por um lado ela pede que a mãe não conte ainda para as pessoas da família, revelando que não era algo tão simples como tenta demonstrar. Ela “não saiu do armário” e sim foi “arrancada do armário” pela mãe, por conta de expectativas e projeções depositadas sobre ela. Talvez a realização de uma sexualidade que não pôde ser plenamente vivida pela mãe?

A avó materna, por sua vez, expressava grande dificuldade em lidar com a homossexualidade, fato este que provavelmente influenciou no modo de lidar com a própria sexualidade e com a da filha (mãe de Camila). A irmã dessa avó era casada com outra mulher, mas a avó nunca aceitou bem essa relação e a presença da cunhada nas festas de família. Abaixo Camila reproduz o discurso da avó nessas ocasiões: “(...) num sei por que Cristina tá trazendo Joana no evento da família”, tipo, 40 anos depois entendeu, então... mas não me afeta, eu acho que é de uma geração diferente, eu entendo”.

Existe uma atitude de “tolerância” (ou seria uma negação?) para lidar com expressões do preconceito dentro da família, como por exemplo, o modo como se refere à tia (ex-mulher do tio paterno), que sempre “chorava” quando via Camila:

(...) até que meus primos falaram “para de chorar se não ela nunca mais vem aqui em casa”, tipo, mas na verdade aquele choro mais querendo proteger, uma coisa mais do tipo assim: “ai, é tão difícil a vida de quem é gay”, e eu “tia, não é difícil, eu sou feliz”, nunca foi uma coisa de reprovação, apesar de ter um fundinho de reprovação, era mais aquela coisa de ah, mas a sociedade é muito...mas é super tranquila.

Camila consegue perceber a reprovação, mas justifica a tia, dizendo que esta queria “protegê-la”. A impressão que transmite é que tenta amenizar uma situação desconfortável, pela angústia que o conflito lhe causa.

(...) ela adora minha atual namorada e ela diz “a sua história me fez crescer muito, eu vi que não é assim, as pessoas podem ser feliz sendo gays” e eu falei “é igual, não tem diferença”, mas assim, foi um episódio que nunca me incomodou, eu achava graça, tipo, se ela tá chorando o problema é dela.

De um modo geral, parece que Camila tenta convencer de que sua vida é tranquila e que as atitudes sutis e às vezes, não tão sutis, de preconceito não lhe atingem. Transmite a impressão de que ela não poderia ter ou transparecer algum conflito, hesitação ou receio, pois, depois de tanto “empenho” da mãe, ela não poderia decepcioná-la. Resta a ela a única opção de ser muito bem resolvida com sua (homo)sexualidade. O próprio relato da tia revela o quanto a homossexualidade ainda é vista com muito preconceito dentro dessa família, apesar de ser constantemente negado pela entrevistada e muito provavelmente por sua mãe.

Interessante que Camila se relaciona, de fato, com uma mulher pela primeira vez quando sai da casa da mãe, o que pode ser um dado de análise frente a tantas interferências maternas sobre sua vida afetiva e sexual. No primeiro semestre da faculdade Camila conheceu Cláudia e começaram a namorar. Namoraram por seis anos e então, começaram a pensar em morar juntas. Abaixo ela conta como foi esse processo.

(...) foi aquela coisa, a gente namorou a faculdade inteira, dos quatro anos de faculdade a gente namorou 3 anos e meio, a gente se formou, aí tem aquele primeiro ano que você nunca sabe o que vai fazer, então ela continuava na casa dos pais (...) eu me mudei pra um apartamento e era assim, o apartamento da galera, era quem era de fora e tinha um apartamento, sempre foi o apartamento da festa e aí a gente terminou a faculdade, aquele ano que você não sabe muito o que vai fazer, quando começou o 2º ano que a gente se formou, aí a gente teve essa ruptura, a gente se separou, ficou uns 3, 4 meses separadas, ela quis se separar, dizia que não estava feliz, etc., etc., eu maluca, chorava, devo ter perdido uns 20 quilos, não comia, aquela coisa bem dramática e aí depois ela resolveu voltar, a gente voltou e aí ela pegou um emprego que ela viajava, como eu falei ela foi morar em Salvador, mas aí ela não tava aguentando e como ela não tava aguentando, ela quis vir pra SP, falou não, então finalmente vamos morar junto, porque por mim a gente já poderia, mas era aquela coisa, ela não se sustentava, eu também dependia um pouco, então a gente casou quando as duas podiam se bancar, ela resolveu vir pra cá de volta e a gente poderia se bancar.

A questão financeira esteve bastante presente na decisão de morarem juntas, sobretudo pela não aceitação da relação pela família de Cláudia.

(...) ela tinha um problema muito sério com a família dela em relação a ser gay, então ela dizia que ela só podia realmente sair de casa quando ela pudesse se bancar e não precisar mais voltar e aí quando ela veio a gente foi morar junto e moramos até se separar definitivamente.

Camila fica numa posição mais de espectadora na relação, onde as coisas acontecem pela vontade ou não da companheira, enquanto Camila não fala de seu desejo.

“(...) ela nunca quis (festa) muito por conta da família dela não aceitar muito bem, apesar de quando a gente foi morar junto eu já tinha um relacionamento melhor com a família dela”.

A decisão de não fazer uma festa parece ter frustrado um pouco as expectativas de Camila.

(...) a gente foi só morar junto, ela nunca quis muito (festa) por conta da família dela não aceitar muito bem, apesar de quando a gente foi morar junto eu já tinha um relacionamento melhor com a família dela, sempre foi “amiga”, não era uma coisa aberta como na minha família, a ponto de quando a gente se separou definitivamente agora há pouco, a família dela meio que comemorou... “minha filha vai virar hetero”, não, ela é mais gay que eu...

A posição da família de Cláudia incomodava bastante Camila, que não era reconhecida e ainda recebia o peso e a culpa pela homossexualidade renegada da parceira.

É visível seu envolvimento e ânimo com o casamento, em contraponto à postura “discreta” de Cláudia, conforme expõe no trecho a seguir:

(...) quando a gente foi morar junto eu pensei finalmente é a realização da gente, eu tinha a expectativa de ter um casamento, de ter uma vida, de passar o resto da minha vida com ela (...) eu adorava ser casada, fora talvez os últimos dois anos antes da gente se separar que começou a não ficar bem, eu gostava, gostava da rotina.

O casamento durou oito anos, permaneceram bem, portanto, por seis anos. Camila afirma que, diante das diferenças de ritmo e percurso profissional pós-faculdade, o casamento começou a se desestabilizar. “(...) até que ela arranhou um trabalho fixo onde ela está até hoje e eu acho que isso mudou um pouco o rumo, do tipo, parecia que ela era aquela que trabalhava mais sério e eu era a dona de casa”.

Ou seja, a nova dinâmica do casal fez com que Camila se sentisse desvalorizada e não reconhecida, remetendo a uma divisão desigual das tarefas domésticas.

(...) apesar de que eu sempre trabalhei, aquela coisa, eu trabalhava menos dias por mês mas ganhava a mesma coisa, mas aí de repente começou a ter uma separação em relação a isso, ela também começou a não fazer tantas coisas domésticas em casa, que era uma coisa do tipo “ah você fica em casa e eu trabalho fora...” e isso começou a minar um pouco o relacionamento (...) isso era uma coisa que me chateava muito, tinha que chegar em casa e o jantar estar sempre pronto, a roupa lavada...

Camila descreve uma dinâmica hierárquica muito visível, e a insatisfação profissional e falta de rendimentos trouxe insegurança e vulnerabilidade, estabelecendo assim uma postura de submissão na relação. A situação se agravou quando Camila desenvolveu um problema no ombro que limitava seus movimentos:

(...) era muito difícil eu pendurar roupa, tirar da máquina, eu não conseguia às vezes levantar um copo, então foi uma época muito ruim, e ela não fazia isso e eu continuava fazendo mesmo com a dor, então isso foi meio que minando (...) parecia que ela não... eu tentava mudar de todos os jeitos, mudar atitudes, mas ela não, foi mais ou menos isso...

A partir de todo o seu relato, observamos que o problema no ombro era muito emblemático de seu contexto emocional, pois a impressão que ela transmite é de que a relação estava só “em suas costas”. ”(...) eu fazia todas as coisas em casa e parecia que eu não fazia nada...”.

Apesar do casal não estar muito bem, já nos dois últimos anos da relação, não há indícios de que o casal discutia e procurava soluções para a crise, o que Camila demonstra é que havia a queixa, o questionamento, mas não uma conversa efetiva sobre os problemas da relação. “(...) a conversa da separação surgiu no dia que ela falou que ia sair de casa, mas já é uma coisa que a gente vinha conversando, eu falava ‘meu, a gente num tá bem, o que a gente vai fazer?’”

Ou seja, Camila novamente mantém uma postura mais passiva, voltando a pergunta para Cláudia, esperando um posicionamento desta, mas sem sugerir de fato alguma proposta que possa dar conta dos conflitos conjugais que estavam passando.

Foi um processo muito doloroso de separação, suscitando em Camila um profundo sentimento de abandono e rejeição:

(...) eu já chorava antes porque eu sabia que a gente estava se separando, eu sabia que ela não queria mais e que tava ali ainda, porque gostava de mim, não acho que não gostava, mas tinha uma coisa, ela não tinha coragem de dar o passo, de não saber o que fazer, mas era muito patente que ela não queria estar mais comigo, resumindo.

Pelo relato de Camila, parece que foi angustiante sentir o afastamento da parceira sem entender muito bem o que estava acontecendo. Pelo modo como transcorreu a relação das duas junto à família de Cláudia, ou seja, pela negação deste relacionamento, percebe-se que havia também uma dificuldade da parceira em lidar com conflitos. O modo como “surge” a conversa da separação, quando Cláudia fala em sair de casa, lembra o modo como ela também lidou com a dificuldade da família em aceitar a homossexualidade, saindo de casa e não resolvendo a questão, que perdurou ao longo de todo o relacionamento.

Abaixo Camila traz um exemplo de como o casal era considerado pela família de Cláudia, que negava explicitamente a relação amorosa das duas:

(...) quando a gente mudou pra aquele apartamento que eu falei que era legal, tinham dois quartos grandes, duas camas de casal, eles falavam “esse é o quarto de Camila e esse é o quarto de Cláudia”. Não! Né, nosso quarto é aquele, então eu frequentava a família dela, mas era sempre a amiga e a mãe dela falava na mesa, “não, quando Cláudia arranjar um marido e tiver os filhos...” na minha frente, entendeu. Mas Cláudia nunca se posicionou em relação a isso, como eu falei, ela foi se posicionar agora que a gente se separou.

Quando Camila deixa de se submeter à condição de Cláudia e de sua família, de “fingir” serem apenas amigas, é quando sente que “realmente” estavam se separando, conforme revela no trecho abaixo:

(...) pra mim a grande coisa “estamos realmente nos separando”, uma banda espanhola que a gente sempre gostou, que a gente sempre falava, desde o começo do nosso namoro, que era o sonho da gente ver essa banda tocar, essa banda nunca veio pro Brasil, só que essa banda foi fazer um show na Argentina, em junho de 2012 e ela queria porque queria ir ver o show e eu legal, vamos, é a realização de um sonho, apesar que a gente tava numa fase péssima, a irmã tava morando em Buenos Aires na época e a mãe também estava lá visitando a essa filha, e ela quis porque quis que a gente fosse pra ficar hospedadas na casa da irmã e irmos todas juntas pro show e pra mim aquilo foi muito...nada contra dividir, ficar na casa da irmã, dividir as coisas com a mãe e com a irmã, mas ali era o nosso show, e por coincidência o show era 2 ou 3 dias da data que a gente sempre comemorou o nosso aniversário, aquilo era uma coisa “nossa, finalmente a gente vai conseguir realizar isso”, ela “não, não, não, porque você quer excluir minha mãe, não sei qual a diferença da gente ir com a minha mãe e a minha irmã”, eu não fui pra Buenos Aires, ela foi sozinha com a mãe e a irmã, e pra mim aquilo foi realmente a gente está se separando, a gente podia ir naquela noite sozinhas no show e ir pra um hotel depois, ir jantar, mas não, ela queria fazer as coisas com a mãe, parece besteira mas é uma coisa muito pontual e a gente se separou em dezembro...em novembro ela saiu de casa e um mês depois a gente decidiu realmente se separar. Enfim, era o show da banda da nossa vida e a gente ia sentar na mesma mesa que a mãe a irmã que iam fingir que a gente não era um casal. No final, por mais que melhorou o relacionamento, elas iam na minha casa, tinha uma convivência, eu não era a mulher de Cláudia...

A não aceitação da relação conjugal das duas, somada ao fato de Cláudia se manter conivente com a negação da família, teve, portanto, um forte impacto na história das duas e de fato foi um fator determinante na separação. Inclusive o modo como a família de Cláudia “reagiu” à separação parece adequada e consonante ao fato de nunca terem concebido a relação das duas enquanto um casal. “Depois que a gente se separou a mãe dela me chamou pra ir lá no churrasco da semana seguinte, as duas chorando ainda e “mas não, vem né” pô, uma merda (ri), desculpa...”

Apesar de Camila realçar que “nunca sofreu preconceito”, fica nítido o quanto as atitudes familiares da parceira geraram desgaste no casal e angústia ainda após a separação, quando se nega claramente que existiram enquanto um par.

Priscila

Priscila recebeu a pesquisadora em sua casa, foi muito acolhedora e é uma pessoa bastante comunicativa. Parecia animada com a pesquisa e demonstrou interesse pelo assunto. Vale ressaltar que Priscila é psicóloga e é extremamente atuante nas causas acerca das diversidades sexuais, o que favoreceu muito o diálogo.

Seu relato começa pela família da mãe. Descreve esse lado da família como extremamente moralista, com valores católicos bastante rígidos e com uma condição financeira pouco favorável. A primeira pessoa que apresenta é sua avó, enfatiza o moralismo presente e o modo como isso se passou para a geração da sua mãe.

minha avó era uma pessoa muito pudica, sabe, valores muito rígidos, e a minha mãe idem, mas ao mesmo tempo ela tem abertura pra um lado artístico, minha mãe é psicóloga também, então eu acho que ela tem uma abertura muito maior, a geração anterior a dela era bem rígida.

O tio, irmão mais velho da mãe, por outro lado, corresponde às normas e padrões delegados pela geração anterior à sua, sem espaço para transformação. “O mais velho casou e teve dois filhos meninos e é médico, é um cara super careta, assim, esquisito máster, que tem inclusive um filho gay, mas eles ignoram o fato dele ser gay...”

Este primo que Priscila se refere, é uma pessoa próxima a ela, da qual se aproximou ainda mais depois que ambos assumiram a homossexualidade um para o outro, “desde então criamos uma cumplicidade em relação a isso”, conta.

O irmão mais novo da mãe morou com a avó de Priscila a vida inteira e apenas recentemente, apresentou uma namorada.

Esse outro é uma coisa meio Durval discos³ sabe, ele nunca casou, mora até hoje com a minha avó, eu não sabia se ele era assexuado ou se ele era gay inrustido, nunca apresentou uma namorada, recentemente, ele deve ter 50 anos, ele chegou com uma namorada, mas morou a vida toda com os pais (...) ele aparece com essa namorada justamente num momento que minha avó não tá mais lá, minha avó tá com Alzheimer agora e de repente ele pode ter uma namorada.

Priscila se lembra do trauma que a mãe sofreu por conta destes padrões morais rígidos:

³ Filme que retrata a vida de um homem que tem em média 40 anos e mora com a mãe, única pessoa com quem estabelece uma relação afetiva

A minha mãe, quando conheceu meu pai ela engravidou, não sei quanto tempo depois, mas enfim, eram namorados e minha avó a expulsou de casa porque ela tava grávida, tinha 19 anos e depois se entenderam tal, mas teve esse momento aí, super moralista.

Parece que, numa família de moral muito conservadora como a família de origem de Priscila, a gravidez antes do casamento era tão vergonhosa no passado quanto o tabu frente à homossexualidade em sua geração.

A mãe de Priscila, desde a infância da filha, teve conflitos em relação às questões ligadas à identidade de gênero e uma preocupação ligada à homossexualidade.

Desde o jeito que ela queria me vestir e eu detestava usar roupa de menina e brincar de boneca, ela ficava super mal com isso, até valores muito machistas, meu irmão ele não lavava a louça, essas divisões eram bem marcadas, e sempre trouxe esses valores muito fortes, de que menina não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, não pode sentar de perna aberta, sei lá, brincadeiras...

Há uma grande dificuldade em compreender e respeitar as escolhas identitárias da filha, causando um grande conflito que prejudicou a relação das duas.

Priscila conta que a família do pai também segue padrões machistas, mas são mais intelectualizados e mantêm um status social decorrente da boa condição econômica. Seu avô, considerado o patriarca, um intelectual muito respeitado na família, abusava sexualmente dos netos, algo que permaneceu em segredo por muito tempo. Ela só tomou consciência aos 18 anos, quando rememorou o próprio abuso que sofreu.

Quando eu comecei a vivenciar a sexualidade de uma maneira mais aberta, voltou essa história e aí eu confrontei meus pais, né, porque a gente continuou convivendo com ele, e aí eles me contaram um pouco como foi... porque eu não lembrava, essa história aconteceu eu era muito pequena, tinha quatro ou cinco anos, e a versão deles é que eles confrontaram meu avô, minha mãe tinha uma relação super esquisita com ele, eu lembro disso, de uma hora pra outra a gente parou de ir pro sítio, que era o lugar que a gente convivia mais e quando ia pra casa dele falava pra gente não ficar sozinha com ele, não sei que, mas a coisa ficou muito velada

Estes não ditos parecem reverberar em outras histórias, como por exemplo, o receio de um incesto entre Priscila e o primo, temido pela mãe.

Esse meu primo, que é filho do irmão do meu pai, é meu melhor amigo, a gente tem mais ou menos a mesma idade e a coisa da minha mãe também passava por aí, a gente tinha uma relação muito próxima, mas ela tinha uma encanação assim, que a gente não podia ficar muito junto, não sei que, e eu acho que ela tinha medo que a gente fosse transar, projetava nele uma história que não era com ele, tinha a ver com meu avô, porque ele tinha uma relação de abuso com esse primo

Quando a história do abuso vem à tona, ela inicia uma conversa com os outros netos (também vítimas do abuso) e mobiliza toda a família.

Quando eu conversei isso com o meu primo que eu fiquei mais puta com a história e aí eu fui falar com meus pais e aí eu estive na Noruega com a minha irmã e a gente teve uma conversa um dia antes de eu ir embora, de voltar pro Brasil e ela, depois de seis meses voltou pro Brasil a nossa conversa fez ela lembrar das histórias (de abuso) dela, e ela fez a mesma coisa que eu, foi questionar meus pais, era natal, e então foi um natal que todo mundo ficou falando pelos cantos sobre isso

Priscila transmite a impressão de que realmente, nesse momento, houve uma ruptura, a ruptura do segredo, desmistificando a imagem quase “imaculada” que a família pretendia manter.

Meu avô era esse cara, porque era homem, o patriarca, tinha toda essa coisa de poupar e de manter o status da família, “como que a gente vai expor uma situação dessas” e minha avó também submissa, eu duvido que ela não tenha ficado sabendo dessas situações, também porque depois eu descobri que ele tinha um apartamento que ele comia as mulheres.

Ou seja, quando adulta, Priscila se depara com a família “real”. Ela apresenta os irmãos do pai a partir desse contraponto.

meu tio, um dos irmãos do meu pai, o mais novo, tem transtorno bipolar e eu acho que isso um pouco também já quebrou um pouco dessa coisa de que somos maravilhosos (...) meu outro tio era psicólogo, um cara meio porra louca assim, ele era totalmente o oposto dessas coisas, sei lá, era um cara completamente fora dos padrões, diferente do meu pai que é médico, que casou tudo direitinho, meu tio teve duas, três mulheres, ele era notívago...

Ou seja, toda a história encoberta na família, sob a premissa de “manter as aparências”, influenciou seu modo de perceber e lidar com os irmãos do pai, no sentido de ter uma admiração por eles, que representam a “quebra do protocolo”, e assim, a possibilidade de viver com liberdade. É possível que tenha uma relação de identificação, já que também foi preciso que ela rompesse as expectativas para poder se apropriar de sua subjetividade e conquistar sua liberdade no mundo.

Eu sempre questioneei muito os padrões e aí lá pelas tantas, quando eu tinha uns 13, 14 anos, por aí, bom, eu sempre tive uma relação muito complicada com a minha mãe nesses embates, porque ela queria que eu fosse uma criança que eu não queria ser e isso começou cada vez mais a ganhar uma concretude assim que ela começava a trazer umas coisas muito esquisitas nas brigas que a gente tinha, de que eu queria parecer menino, eu tinha o cabelão comprido (...) e ela que cortava meu cabelo, eu quis cortar o cabelo curto e ela criou todo um caso, de que eu queria parecer a Cassia Eller.

A comparação com Cássia Eller tem um teor pejorativo, pois era uma artista que não seguia os padrões de gênero e era assumidamente lésbica, aspectos repudiados pela mãe de Priscila.

Quando estava com 15 anos Priscila se apaixonou por uma menina, e só então começou a entender que o receio da mãe estava para além da estética do “cabelo curto”, mas fortemente marcado pelo tabu da homossexualidade.

Quando eu tinha 15 anos eu conheci uma menina que era lésbica, me apaixonei por ela, sem entender o que tava acontecendo, sem saber que eu tinha me apaixonado, no meio dessas coisas com a minha mãe e aí foi caindo uma ficha e aí eu fiquei com essa menina, a gente se beijou e tudo, aí eu comecei a viver a história com essa menina, foi super esquisito.

Já estava devidamente imputada a ideia de que a homossexualidade era algo ruim, imoral e vergonhoso, o que marca o modo como ela vive essas primeiras experiências sexuais.

Eu tive um estranhamento do tipo “nossa, o que eu to fazendo?” “e agora, o que eu vou dizer lá em casa?”, fiquei apavorada, mas ao mesmo tempo era tão forte que não era “ah, não posso fazer” sabe, foi bem conflituoso internamente, mas era muito mais forte do que eu, então eu fui vivendo, depois disso eu cheguei a namorar um menino, eu tive uns três namorados antes disso.

Não fica claro se esses namoros foram para fugir da reprovação materna ou algo vivido de modo mais genuíno por ela, de qualquer modo, não parecem ter sido relações muito significativas.

Fala que sua primeira relação lésbica foi na faculdade, quando já não morava mais com os pais e nem na mesma cidade deles.

Quando eu vim pra SP pra fazer faculdade, logo no início eu comecei a namorar uma menina que era da faculdade e aí uma vez eu tava conversando pelo telefone com a minha mãe e falei, aí ela falou “eu não quero saber, não tenho condições de lidar com isso, não quero saber”.

Frente ao sofrimento da filha, a mãe então tenta se aproximar, embora com grande dificuldade.

Quando a gente terminou eu fiquei super mal, fui pra Taubaté e aí ela (mãe) perguntou o que tava acontecendo e eu falei “ah, você não quer saber” aí ela “não, mas eu quero sim, eu quero cuidar de você” e aí contei pra ela, e era tudo bem difícil assim (...) depois eu comecei de fato um namoro assim mais longo, fiquei com ela dois anos. Eu levei ela pra casa dos meus pais, ainda era uma coisa bem distante, não podia encostar nela sabe, minha mãe não queria muito ouvir falar, e eu percebi que tinha um esforço muito grande pra tentar lidar de uma maneira bacana.

O pai, por outro lado, ofereceu apoio à filha, mesmo antes dela se assumir, provavelmente se dando conta do teor das acusações da mãe.

Meu pai nessa história, eu lembro que antes dessa conversa, que de fato eu me assumi pra minha mãe, ele tava me levando pro cursinho e aí ele falou “sua mãe me falou da briga que vocês tiveram e eu acho que não tem nada a ver ela ficar te falando essas coisas porque é uma fase de experimentação mesmo”, sempre foi muito bacana (...) foi muito bom receber esse apoio (...) por mais que ele não estivesse feliz com isso ele nunca iria me confrontar, já minha mãe é totalmente histérica, ela pira e projeta tudo.

Atualmente, já é possível conviver sem tantos conflitos, os pais conseguiram “sair do armário”, segundo ela. “Aos poucos eu fui conversando e lidando com a história de uma maneira cada vez mais próxima, porque os pais também têm um tempo pra sair do armário, e minha mãe levou bem uns dez anos pra de fato lidar bem com essa história”.

O tempo para “sair do armário” é um processo de elaboração de um luto por um ideal de heteronormatividade e implica no desenvolvimento da capacidade de perceber e aceitar a filha enquanto sujeito, e não mais enquanto objeto de realização narcísica.

Em relação aos irmãos, Priscila descreve a postura de cada um diante de sua homossexualidade e frisa a dificuldade com o irmão mais velho.

A primeira que eu falei foi minha irmã mais velha (a segunda filha, que mora na Austrália), que é com quem eu tenho mais afinidade, a primeira oportunidade que eu tive a gente conversou e ela super aceitou, numa ótima assim, queridíssima, super apoio, a h. que é uma mulher assim, que vive bem dentro desses padrões machistas, mas super aceitou também, sempre me acolheu muito e o Tadeu (mais velho) foi o único que me chamou pra uma conversa, ele é dez ou 11 anos mais velho que eu, ele sempre achou que era meu pai, queria mandar em mim, meu irmão é mais machista que meu pai e a minha mãe juntos.

Interessante observar que Priscila não fala em homofobia, mas sim em machismo, o que não deixa de ser, pois envolve igualmente questões de repressão da sexualidade da mulher, implicadas nesse discurso, além da pretensa hierarquia do irmão sobre ela. Sendo assim, Priscila optou por não conversar com seu irmão, como fez com suas irmãs, ele ficou sabendo através da mãe e chamou Priscila para “uma conversa”, onde disse o seguinte para ela: “Eu soube... vc há de convir que não é normal, eu também tenho meu melhor amigo que eu amo mas eu não preciso transar com ele e você não vai ser feliz...”

A comparação entre o amor “de amigo” reflete o grau de imaturidade do irmão que, não consegue criar empatia, seu argumento está pautado em sua perspectiva de mundo.

Entrevistadora: E a relação de vocês mudou?

Priscila: Nossa relação mudou bastante nos últimos 15 anos por mil motivos, tá meio misturado, mas pra mim esse foi um dos fatores que fez a gente se afastar (...) quando você vai ficando adulto e cada um vai concretizando mais sua identidade, seus espaços e tal, a coisa vai ficando meio óbvia de que não faz sentido, a gente se ama tudo, mas realmente não temos a menor afinidade.

Na família extensa Priscila contou com o apoio do irmão de seu pai, que já morreu, e do outro irmão, com quem fala abertamente sobre o assunto e não tem nenhum problema quanto a isso, afirma. Percebe-se também uma forte aliança entre os primos, que são também seus amigos. A mãe sempre teve uma postura extremamente preconceituosa. Priscila lembra que tinha uma vizinha que, depois de se separar do marido, começou a se relacionar com mulheres, algo que foi recriminado de modo bastante categórico. Foi a primeira referência lésbica de Priscila.

Minha mãe viu a menina e começou a falar sobre isso e falar sobre lésbicas, que isso não era saudável, que elas nunca são felizes, que elas se agriem, que não têm uma satisfação sexual, falando umas coisas muito bizarras assim (...) eu me lembro da minha reação ser muito assim “meu, qual o problema?” Eu pequenininha sabe, eu lembro de ter pensado isso, “ah, tudo bem”.

Interessante que o irmão repete o mesmo argumento que a mãe utiliza nessa ocasião, de que “lésbicas não são felizes”. Outro ponto que nos chamou a atenção é a necessidade da mãe em repreender, de modo ostensivo, a homossexualidade feminina (não se percebe a mesma ênfase quanto à homossexualidade masculina), como se fosse algo imputado à filha e que deveria ser fortemente reprimido.

Priscila reconhece que a mãe mudou muito nos últimos anos e tem consciência de sua participação nesse processo. Sua última namorada, com quem foi casada, pôde, inclusive, estabelecer um vínculo de proximidade com sua mãe.

Aos poucos ela (mãe) foi aceitando e a gente começou a ter mais proximidade perto deles (dos pais), então um relacionamento bom, e a Patrícia era muito mulherzinha, então ela tinha uma cumplicidade com a minha mãe, nessa coisa do feminino, que a minha mãe nunca conseguiu ter muito comigo, então, elas se curtiram muito assim, sabe. No final já tomava banho no ofurô junto, uma coisa muito numa boa, sei lá, até hoje ela manda beijo de dia das mães pra minha mãe, muito tranquilo, muito próximo.

O início do namoro com Patrícia se deu aproximadamente dois anos depois que Priscila tinha se graduado, estava com 25 anos. A relação durou cinco anos, um ano de namoro, depois moraram juntas numa casa com outras pessoas e após um ano foram morar só as duas. A decisão por morar na mesma casa foi muito mais por conta das circunstâncias do que por uma escolha efetiva do casal.

A gente começou a namorar, e aí ela morava com um amigo, eu morava com meus primos, depois de um ano de namoro ela já estava super insatisfeita lá na casa que ela morava, era um apartamento pequeno e aí uma das pessoas que morava comigo saiu, então ela e o amigo vieram morar nessa casa, que morava uma galera assim, e a gente ficou morando um ano lá todo mundo, depois a casa se desfez e fomos morar só nós duas, então a gente ficou junta cinco anos, moramos juntas 4, mas só nós duas, 3 anos.

Priscila revela que tinha o desejo e a vontade de levar uma vida a dois, mas não era algo correspondido por sua companheira.

Eu acho que eu tinha muito essa vontade, sempre quis viver em dupla sabe, só que ela tinha um pouco de resistência em relação a isso, é, em relação a várias coisas, mas ela não manifestava muito a vontade, o tédio, a alegria de estar fazendo isso (...) ela não conseguia se disponibilizar pra uma relação, muito embora tenha topado e escolhido morar junto.

A relação de modo geral não foi satisfatória para Priscila, que tentava sempre se aproximar e não era correspondida.

Eu sempre fiz um movimento assim de querer conhecer, de estar mais próxima das referências dela, mas ela dizia que não tinha referências, que não queria (...) era ruim, mas eu entendia que eram dificuldades dela, mas era ruim, eu queria poder ter isso assim, porque pra mim era estar próxima da vida dela de alguma forma.

Além de não ter contato com a família da parceira, a própria dinâmica conjugal deixava a desejar em termos de proximidade e intimidade. Abaixo Priscila comenta sobre a divisão das tarefas domésticas e, de certo modo, é uma descrição que se assemelha em algum grau às relações presentes nas famílias patriarcais tradicionais, onde o homem se mantinha distante, inacessível, além de não participar dos afazeres domésticos.

Foi uma relação bem difícil assim, a gente em princípio dividia bastante as coisas, até do ponto de vista financeiro, de quem trabalhava (...) os cuidados com a casa. Aos poucos eu fui assumindo os cuidados com a casa, porque eu tenho isso e porque ela não gostava de fazer muito essas coisas e como eu disse, essa dificuldade que ela tinha de confiar, de se envolver com a história e comprar uma relação sempre foi difícil ao longo da relação inteira (...) sei lá, eu quis adotar uma cachorra, que ela queria mas não queria, mas eu que tomei essa iniciativa e ela topou isso e a gente adotou e aí eu tinha mais o papel de cuidar da cachorra.

Ou seja, parece que a constituição conjugal estava pautada a partir dos diferentes papéis assumidos por cada uma, onde ela se identificava com uma postura mais maternal e cuidadora, enquanto tinha a frustração por sentir que Patrícia não correspondia.

Eu sempre tive a sensação de que tinha alguma coisa errada, sabe, eu de certa forma assumi um papel ali de cuidar dela, eu identificava uma coisa muito boa, muito positiva, amorosa nela, e eu entrei numas de querer mostrar isso pra ela, sabe, e ela ficava o tempo inteiro me testando, “eu vou ser o mais filha da puta que eu puder pra ver se você me ama de verdade” e isso nunca acabou, foi assim até o fim.

Seu relato indica que a dinâmica conjugal se constituiu sobre uma base de insegurança e carência afetiva. Enquanto Patrícia se fazia de vítima, Priscila sentia necessidade de “salvá-la” e assumiu a tarefa de fazê-la se sentir amada, como se quisesse compensar algo que faltou também para si mesma (como ser reconhecida pela mãe?).

Eu sempre fui a pessoa mais cuidadosa, mais amorosa, ela é uma pessoa muito difícil, acho que tinha uma coisa cultural um pouco também, de uma malandragem carioca, mas ao mesmo tempo uma coisa dela, difícil de confiar, difícil de se vincular com as pessoas e...ah, bom, tinha isso também, ela mentia, eu acho que ela mentia compulsivamente e eu descobri isso quando a gente tinha um ano e pouco de relação, entendi que aquilo era uma dificuldade dela e tentei topar ajudá-la nisso, ela nunca assumiu a história, ela me enrolava sabe, uma pessoa totalmente manipuladora e perversa, e aí ela me enrolava e eu achava que tava ficando louca...

O fato de Priscila achar que “estava ficando louca” sugere que se tratava de uma relação abusiva, da qual ela tentava sempre transformar, sem sucesso. “Ela me enrolava, ela conseguia assim fazer parecer que eu tava ficando maluca”.

Patrícia parece ter criado uma máscara que impedia a proximidade que Priscila almejava. Era claro e intenso o mecanismo de defesa da parceira, a partir de um falso self, que atravessava também a experiência sexual, conforme observa Priscila.

E aí tinha uma questão que também passava pelo sexo que era super ruim (...) tinha uma coisa dela de não estar inteira, eu sentia que era uma coisa meio performática e aí eu travava também, não conseguia me sentir à vontade.

A vivência da sexualidade do casal foi vivida de forma muito angustiante para Priscila, pois ela demonstrava maior interesse em ter contato físico, proximidade e a parceira, por sua vez, identificava isso e acabava manipulando Priscila por esta via (sexual).

Eu tinha uma necessidade grande de chegar perto, de reafirmar o amor, com contato físico, com sexo, enfim e ela sempre de usar isso como uma moeda de troca, sabe, de me controlar por aí, eu queria, ela não queria, era super complicado, e aí eu comecei a ficar com a auto estima super baixa.

Este padrão desenvolvido foi minando a relação conjugal e, apesar de perceber que a relação estava fadada ao fracasso, houve uma dificuldade grande para se separar. Priscila conta que levou aproximadamente um ano até conseguir de fato romper a relação. O gatilho para a ação foi ter interesse por outras pessoas. Esse “encorajamento” para a separação demonstra, implicitamente, que a relação preenchia um espaço que, só pôde ser liberado, quando preenchido por outra pessoa. Desse modo, parece que Priscila então “permitiu” se desiludir, para enfim, terminar a relação.

Não conseguia mais apostar na relação, comecei a me interessar por outras pessoas e comecei a pegar cada vez mais as mentiras dela e aí teve uma ocasião em que eu fui viajar, nessa época eu tava viajando muito por conta do trabalho e aí eu tive um encantamento por uma menina que era meio uma referência bibliográfica assim, e eu acabei tendo uma aproximação e rolou uma história numa dessas viagens e aí eu tive certeza que eu precisava me separar (...) tem um antes e depois dessa relação, desse rompimento do jeito que aconteceu e num crescimento pessoal...eu consegui uma mudança de paradigma na minha maneira de me relacionar inclusive, de sair desse lugar de quem fica mendigando amor e de quem sempre aposta independente de qualquer coisa.

Sobre a sua percepção acerca dos modos como o preconceito pode atravessar a relação amorosa, ela discorre da seguinte maneira:

Não tenho a menor dúvida de que interfere, é...com certeza interfere porque...bom, em maior ou menor grau, quanto mais a pessoa sofre preconceito e discriminação dentro da família, no seu trabalho, no meio social ali, mais difícil é a vida dela como um todo e enfim, as questões de segurança, auto-estima, isso obviamente afeta a relação de qualquer pessoa.

Traz também exemplos da vida cotidiana:

Tem as questões práticas, né, você pensa duas vezes se você vai beijar a pessoa num local público, isso, pra você mesmo já é uma coisa super difícil, você pensar nos efeitos que isso pode ter numa relação...é...sei lá, se as pessoas não conversam muito sobre isso, eu e Rafa (nova companheira) conversamos muito sobre isso e acho que somos pessoas esclarecidas o suficiente pra fazer isso interferir o mínimo possível, mas imaginando pessoas que não conversam, de repente vocês estão lá e você tá super a fim de dar um beijo e aí você não sente a pessoa ali junto com você e de repente não tem nada a ver com a relação, a pessoa fica travada no ambiente, se as pessoas não conseguem conversar sobre isso, isso atravessa totalmente.

Além desses fatores, Priscila traz também uma análise sobre interferências indiretas, como as escolhas amorosas, os padrões desenvolvidos e a necessidade premente de uma compensação por não corresponder ao desejado pela família.

O quanto acaba escolhendo esse ou aquele modelo pra escapar da discriminação, pra tentar corresponder com a expectativa da família que, no fim das contas, sei lá, entra um processo de compensação super, agora também falando como psicóloga, eu acho que rola um processo de compensação super forte, eu observo isso em mim e em 99,9% de pessoas.

Neste sentido, ela exemplifica:

Eu tenho que ser o melhor que eu puder no resto da minha vida, pra dizer “tá vendo, pelo menos eu... eu sou gay mas eu sou bacana”, entendeu, eu sou bem sucedida ou eu sou a melhor filha ou sei lá...eu vejo isso muito assim, em mim e nas pessoas, e isso inclusive pode interferir nas escolhas que você vai fazer em relação aos parceiros, em relação aos modelos de relação, se eu vou casar ou não...em geral as pessoas se cobram muito em relação aos estudos ou à profissão, sei lá eu conheço muitas pessoas... tem essa coisa também de, você rompe com um padrão mas fica repetindo um modelo de casamento heterossexual, interessante... e aí tem preconceito dentro da própria comunidade LGBT do tipo “ah, eu sou gay, mas não

sou afeminado” e aí tem preconceito com outros gays que são afeminados, sei lá, não sei exatamente se isso tem a ver com o processo de compensação mas eu vejo muito isso, eu atendi umas três ou quatro pessoas que todas elas tinham isso e eu identifico muito isso em mim, de ter uma cobrança muito forte em relação às outras coisas da vida, de corresponder com as expectativas em outros lugares.

Priscila traz uma análise muito interessante, onde articula sua própria vivência com suas observações enquanto psicóloga. Fica claro em seu discurso o quanto diversos aspectos relacionados à heteronormatividade, às imposições sociais e familiares, têm o poder de interferir nas escolhas individuais, que por sua vez estão imbricadas nos diversos posicionamentos dentro da relação amorosa, o que, pode-se observar, foi muito marcante em sua experiência.

Lucia

Lucia é uma mulher moderna, culta e atuante na militância lésbica. A assunção pública da homossexualidade aconteceu há oito anos.

Desde o início, Lucia demonstrou estar interessada na pesquisa. Mas por outro lado também trouxe uma expectativa tendenciosa. “Eu falei que eu vinha falar com você, falei que ia tentar convencer você que seja casamento hetero ou seja homo só duas razões fazem com que a coisa vá mal”.

Ela estava se referindo a dificuldades financeiras e/ou sexuais. Sobre isso, poderíamos tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, dado o recorte da pesquisa, parece que a entrevistada tem a intenção de transmitir a ideia de que não há diferença entre as relações homo e hetero, demonstrando seu incômodo frente a isso. Outro ponto que vale ser ressaltado é a simplificação das relações amorosas, já que desconsidera outras nuances que o contato intersubjetivo traz. Limita esses contratos a questões muito práticas e concretas, se afastando ou se protegendo de uma investigação que considere fatores relacionados à subjetividade e à intersubjetividade. Atribuir a causa da separação a fatores como esses, lhe protege de encarar as próprias deficiências pessoais, isto é, o fracasso da relação é colocado enquanto algo que está “fora” e, portanto, pode ser controlado.

É possível pensar também na influência dos modelos de casamento nas gerações anteriores, onde o casamento era realizado a partir do retorno financeiro que este pudesse oferecer. No entanto, o casamento da mãe não parece corroborar essa lógica, afinal, Lucia não fala de dificuldades financeiras, por exemplo, e sim do desejo da mãe em constituir uma “vida de casal”, que passaria pelo diálogo e proximidade emocional. “Ela reclamava que ele era um sujeito muito difícil e que ele conversava muito pouco. Ele era muito ligado à família dele e ela tentava conversar, ter uma vida de casal mesmo e parece que ele não ajudava muito”.

Ou seja, a mãe buscava um parceiro com quem pudesse conversar e ter proximidade afetiva, e permaneceu um clima de ressentimento e mágoa dessa relação, comenta. O casamento foi, conforme a tradição judaica da época, “arranjado”. “A família achou esse sujeito aí e esse sujeito casou com ela e aí eu nasci (risos)”.

O modo como se refere ao pai reflete seu distanciamento afetivo desta figura, um posicionamento condizente também com o modo como a mãe lidava com essa relação: “Ela falava num tom muito de ressentimento, de muita mágoa do casamento.”

Seus pais foram casados apenas por dois anos, quando se separaram Lucia estava com apenas sete meses de idade. O pai então foi embora e depois disso teve apenas três encontros com a filha ao longo da vida.

Meu pai casou três vezes, ele casou na Europa, antes de casar com minha mãe, e teve filhos lá. Eu não sei quantos filhos ele teve, aí quando ele veio ao Brasil ele casou com a minha mãe e aí eu nasci, depois eles se separaram e ele casou novamente e teve mais três filhos.

Ou seja, Lucia aparentemente fica “perdida” entre duas famílias que o pai constituiu (antes e depois de seu nascimento), seu meio irmão mais velho nem sabia que tinha uma meia irmã no Brasil. Se conheceram por acaso, “numa conversa” (sic) e descobriram que eram irmãos. “Esse meu irmão que eu fui conhecer muitos anos mais tarde, ele nem sabia que meu pai tinha sido casado antes, e levou o maior susto”.

Abaixo ela fala sobre os sentimentos causados pela ausência do pai:

Eu me sentia rejeitada porque ele não me procurava, fiz vários tipos de terapia para resolver essa questão da rejeição paterna, da figura paterna né... Isso na minha vida foi bastante problemático, atualmente já não é tanto, mas na infância e na juventude isso foi muito complicado.

Lucia revela que a ausência do pai foi muito difícil na infância e na adolescência. Afirma que se sentiu rejeitada por ele e, de certa forma parece culpar a mãe, indiretamente, pelo pai ter ido embora. “Ele (pai) ficou muito traumatizado porque foi ela (mãe) que deixou ele e ele ficou muito traumatizado com a separação aí ele não quis mais contato”.

Apesar da relação com os pais não ter sido como ela gostaria, Lucia afirma que se sentiu compensada pelo carinho que recebeu dos avós maternos. E aqui vale atentar para um ponto interessante, pois essa convivência afetiva despertou uma relação de rivalidade e competição com a mãe.

Sempre percebi que havia uma dificuldade na questão da exposição, da demonstração do afeto deles com os filhos, mas com os netos a coisa rolou. Eles tinham uma relação bem problemática entre os três, minha mãe se ressentia muito com os pais, dava pra perceber, era uma coisa muito clara. Os dois tinham uma paixão por mim, principalmente o meu avô porque eu tenho o nome da mãe dele,

Lucia era o nome da minha bisavó, então ele tinha loucura por mim, eu era a neta predileta, era paparicada... Minha mãe tinha até um certo ciúme.

Lucia transparece uma satisfação com o ciúme da mãe, diante do afeto que consegue despertar nos avós e a mãe não. É possível que essa satisfação seja uma forma de canalizar a raiva que sentia da mãe, por esta ter lhe tirado da convivência com seu pai.

Os avós maternos, portanto foram suas principais referências afetivas. Contudo, quando estava com cinco anos, sua mãe decidiu ir para Israel, pra tentar uma vida nova lá, fazendo com que Lucia, passasse por mais uma situação de ruptura e instabilidade.

Eu morei quatro anos em Israel, eu morei naquelas comunidades, são kibutz¹², que são fazendas no estilo comunista, onde você não lida com dinheiro, são grandes fazendas, na verdade as crianças são separadas dos pais, a gente não é educada pelos pais, a gente é educado por professores e a gente mora em alojamento com crianças da nossa idade.

Segundo ela, essa experiência a tornou mais agressiva, e por conta disso afirma que teve dificuldades de adaptação quando retornou ao Brasil, aos nove anos.

Eu me tornei uma criança muito agressiva, porque em Israel as crianças são agressivas, é um país que vive permanentemente em guerra, então as crianças são educadas, são preparadas para perder os pais de uma hora pra outra, então não tem muita colher de chá, é uma coisa meio brava, então neste aspecto foi muito bom...

Neste ponto, vale a pergunta: por que Lucia precisaria dispor de tanta agressividade? Seria a necessidade de se defender em um mundo que se mostrou hostil desde muito cedo? É como se tivesse desenvolvido uma estratégia de sobrevivência psíquica: estar preparada para perder, a qualquer momento? Por outro lado, quando ela afirma que as crianças são preparadas para perder a qualquer momento, não estaria se referindo a uma perda já concretizada, como foi a perda do pai?

Após uma interrupção por conta de uma ligação que recebera, ela comenta, “É enrolada a família, você achou que era simples?”.

Talvez revele uma tentativa de “quebrar o gelo”, diante de um assunto que a deixa “enrolada” e, talvez insegura, diante do possível julgamento da pesquisadora.

¹² Criados em 1910 na sociedade israelense, os kibutz são agrupamentos em que funcionam comunidades com atividades agrícolas e a economia funciona por meio de oficinas de trabalho com diversas especialidades. Nas escolas, os alunos passam por cem horas de ensino anuais em que aprendem técnicas de agricultura, entre outras matérias. (Felipe Araújo, fonte <http://www.infoescola.com/sociedade/kibutz/>)

No trecho abaixo, fica claro que há uma “idealização” da figura do psicólogo, como alguém capaz de “desvelar” o que não se apresenta de modo manifesto:

A Ruth (prima) sabe que eu sou lésbica, porque nós também nos encontramos acidentalmente numa cidadezinha e eu tava com a minha companheira com quem eu fui casada por dez anos, não apresentei como companheira, mas ela sacou, ela é psicóloga, né?

O fato de não apresentar a companheira ainda parece ser algo corriqueiro para Lucia, que não demonstra incômodo quanto a isso, o que diferiu bastante do relato das outras participantes, que se demonstraram extremamente sensíveis a qualquer forma de imposição social neste sentido.

Por fazer parte de uma geração anterior à das outras entrevistadas, é possível que esse posicionamento represente os resquícios culturais de um período de extrema invisibilidade lésbica. Tanto que ela passou muitos anos se relacionando com homens sem sentir nenhuma realização sexual, pois parece que não era possível a ela conceber outra forma de relacionar-se.

Na adolescência eu tive namorados, na idade adulta também eu tive namorados, mas eu sentia que tinha alguma coisa que não batia e eu não conseguia entender direito o que que era, sabe (...). Eu olhava pras mulheres de uma forma diferente, mas eu... Não passava na minha cabeça, sabe... E, eu quase casei três vezes, desisti. Eu tive relacionamentos sexuais com os homens, mas eu nunca tive prazer sexual com os homens, nunca. E já tardiamente, com 29 anos, eu conheci minha primeira namorada em Natal.

Além do tabu da homossexualidade, também operava uma poderosa repressão sexual naquela época (meados da década de 70), proveniente de uma cultura machista que condena o prazer da mulher. Somente aos 29 anos, conseguiu entrar em contato com sua homossexualidade e teve sua primeira experiência sexual com outra mulher, numa viagem que fez. “Eu fiquei bem assim sabe, eu voltei, nossa, eu voltei bem... E agora? (risos) 29 quase 30 anos”.

É interessante que identificar o desejo e se permitir viver a experiência, mobilizou nela a busca por novos espaços sociais de aceitação, para além do escritório de advocacia onde trabalhava.

Eu falei com minha terapeuta sobre isso e ainda bem porque no começo eu não conseguia falar com os meus amigos sobre isso, sabe, e eu na época já trabalhava com direito, porque eu sou advogada e é um meio muito conservador, muito repressor né, mas eu tive uma sacada boa porque como eu me sentia muito reprimida

nesse meio, ao mesmo tempo em que eu fiquei no direito, durante 30 anos e meio, eu fui procurando outras áreas onde a questão da homossexualidade era mais tranquila, então eu fui fazer teatro, na escola de teatro tinha muitos gays, muitas lésbicas, então dava pra falar sobre o assunto. Então isso foi muito bom e a coisa foi andando né...

Lucia então se relacionou por quatro anos com uma mulher. Na época morava com sua mãe e alguém contou a ela sobre esse namoro. Lembra que a mãe reagiu muito mal e afirma que não esperava uma conduta tão radical de não aceitação por parte da mãe.

Eu não consegui entender a reação dela, porque a minha mãe era uma pessoa muito culta, muito culta ... A impressão que eu tenho é que ela tinha problemas, na questão da sexualidade dela, ela não conseguiu resolver.

Curioso que no trecho abaixo Lucia se refere a uma descoberta da mãe, um ato falho, que talvez indique uma percepção, ainda que num nível inconsciente, de que a mãe entrou em contato com a própria homossexualidade frente a revelação da filha:

A partir dessa descoberta nela nos últimos dez anos que a gente conviveu, foram dez anos muito ruins sabe, ela não aceitava a homossexualidade, ela não queria conversar sobre isso. E eu finquei o pé sabe, ela reagiu mal, ela me bateu, me xingou, teve uma reação horrorosa, eu fiquei quieta mas também não voltei atrás, eu falei não, eu não vou me relacionar com homens, eu não gosto, não quero.

Lucia assumiu publicamente que era lésbica há oito anos, aos 50 anos de idade e iniciou uma vida de militância. A partir do que lhe foi perguntado:

Entrevistadora: E isso te trouxe alguma repercussão ruim ou não? Como foi?

Lucia: Olha, eu me arrependo de não ter feito isso antes, foi um alívio sabe, publicamente. Com os amigos os mais próximos sabiam, no meu trabalho, na advocacia, também as pessoas sabiam, mas não comentavam. Eu nunca escondi, mas eu também não dava abertura para as pessoas falarem... o resto da família acho que sabe por causa dessa publicidade toda, mas ninguém toca no assunto até hoje

A assunção pública da homossexualidade se deu durante seu relacionamento com Letícia. Percebe-se que toda a história do casal é permeada por questões políticas, como por exemplo, a decisão de oficializar a união. Além disso, vale apontar que a oficialização do casamento coincide com o momento em que Lucia assume publicamente a homossexualidade, com quatro anos de namoro. “A gente começou a namorar em 2004 e... em 2008 nós fizemos a escritura de União Estável, de convivência homoafetiva, que na época se chamava convivência homoafetiva. Mas a gente não morava junta...”

Foi indagado a ela quais eram as motivações para oficializar a união (já que não foram morar juntas, como faz a maioria dos casais) e se nota que a oficialização cumpria um propósito político e também prático, como por exemplo, a questão da herança.

Eu não tenho herdeiros necessários, não tenho nem descendentes nem ascendentes, então eu achei que pra minha garantia e pra dela seria bom se nós tivéssemos um documento sabe. E politicamente também achei interessante, a gente sempre trabalhou com as minorias, sempre defendemos a ideia de que essa questão da documentação tinha que ser estendida às minorias.

Lucia descreve o casamento como estável, mas tinha bastante receio de que a relação acabasse caso dividissem a mesma casa.

A gente tinha uma vida bem definida, cada um tinha seu espaço, a gente se dava muito bem, assim cada uma morando no seu canto, entendeu, e quando nós fomos morar juntas a gente se separou (risos). De 2004 a 2013 moramos separadas.

Relata que em sua família, apenas o casamento do irmão mais novo da mãe “deu certo” e que não teve bons “modelos” de casamento. “Meu modelo de casamento na família não é grande coisa sabe, porque os casamentos não deram muito certo.”

A mãe viveu o casamento com muito sofrimento, durante e depois, já que a separação lhe trouxe um estigma social, numa época em que ser uma mulher separada era algo socialmente recriminado.

Eu fico analisando tudo isso, ela separou do meu pai, ela tinha 27 anos, aí ela teve, que eu tivesse conhecido, mais uns dois namorados e ela não quis casar e... ela tinha a questão da afetividade dela muito truncada

Ambas (mãe e filha) moraram juntas por dez anos, (até a morte da mãe), e a relação era muito ruim, afirma. Sobre tudo depois que contaram para sua mãe que ela estava namorando uma mulher. Quando sua mãe morreu, ela seguiu morando sozinha na casa.

A experiência de coabitação com sua parceira é avaliada a partir desse contexto e nunca foi algo desejado realmente por ela. “Era estranho pra mim sabe, por que a maior parte da minha vida eu morei com a minha mãe e com a minha mãe era uma relação horrível os últimos dez anos foram horríveis, eu não tinha boa referência, sabe?”.

A decisão de dividir a mesma casa se devia às dificuldades financeiras do casal, a intenção era de reduzir gastos. O casal no início do relacionamento abriu o próprio negócio e

o empreendimento passava por dificuldades. Desse modo optaram por se mudar para outro bairro e dividir a casa, estavam juntas há nove anos:

Em 2013 eu mudei e a Letícia também mudou e aí que a gente se separou, a gente se separou de fato, de fato em junho de 2014 e assinamos a separação formalmente agora dia 10 de abril (2015) nós assinamos o documento de separação.

Chama atenção o modo como ela descreve a mudança: “eu me mudei” e “ela também mudou”, como se de fato não fosse um projeto em comum do casal, não houve um “nós” em sua fala.

Lucia descreve o processo que culminou na separação, refere que a situação financeira estava cada vez pior e foi algo que gerou conflitos cada vez mais intensos entre o casal.

Quando a coisa começou a ir mal, as duas ficaram financeiramente complicadas, aí criou uma tensão muito grande, aí interferiu no relacionamento sexual, no relacionamento afetivo, a gente passou a brigar... A Letícia é uma pessoa muito inteligente e muito capaz, mas ela é muito ruim em ganhar dinheiro e isso me irritava, me irrita muito isso, eu tentei reverter em algumas coisas, ajudar ela, mas não ia pra frente, daí comecei a me encher um pouco disso.

Neste ponto, vale lembrar a colocação inicial de que, para ela, apenas o sexo e o dinheiro comprometem uma relação amorosa, o que faz sentido a partir da história do casal. Percebe-se, pelo trecho abaixo que problemas sexuais precederam os problemas financeiros, “A questão sexual com a Letícia, mesmo antes desses conflitos a coisa foi rareando, tanto é que nos últimos quase dois anos a gente não tinha uma relação de sexo”.

Ou seja, a falta de sexo não foi o motivo da separação, pois há dois anos o casal “sobrevivia” a isso, mas foi algo que se somou a uma conjunção de fatores estressores, que levaram à mudança repentina na dinâmica do casal.

A respeito de como percebe e avalia a presença do preconceito sobre a relação, ela discorre sobre algumas situações que lhe foram mais marcantes:

Eu passei por situações que me revoltaram algumas vezes, uma delas eu quase fui parar numa delegacia de polícia aqui em São Paulo porque um sujeito começou a gritar de uma forma bastante agressiva, “sapatão”, no meio da rua aí eu respondi pra ele, comecei a gritar com ele, estava saindo do carro pra dar um cacete no cara, entendeu, aí a Letícia me segurou.

Por outro lado, lembra-se de episódios que não causaram estresse no casal.

Agora as outras situações não foram constrangedoras, foram engraçadas, por exemplo, às vezes a gente chegava no hotel e os sujeitos olhavam assim, falava

cama de casal? Cama de solteiro? Sabe? Mas pra mim não era, eu sempre tive uma postura de naturalidade com relação à minha homossexualidade. A Letícia muito mais, a Letícia dá treinamento pra hotéis, ela dá treinamento sobre como lidar com um casal gay, ela dá aula disso, entendeu, então a gente se divertia, a gente dava risada, ah falava com pessoal do hotel, olha não é assim, vocês têm que, sabe, eu sou companheira dela, chamava o gerente, “Olha, você tem que... é cliente... a gente tá pagando, tem que encarar, tem que dar um treinamento, a Letícia dá treinamento, ela pode dar aula pra você”, meio que tirava sarro, sabe.

Nos dois exemplos podemos notar que havia uma parceria e uma cumplicidade frente a situações de preconceito. O que condiz com o modo como ela descreve a relação de um modo geral:

Eu tinha um relacionamento muito bom com a Letícia, a gente tem uma cabeça muito parecida, tivemos uma educação muito parecida, apesar dela não ser judia, a questão dos valores que a família dela passou pra ela eram muito parecidos com os meus, as duas sempre moraram em São Paulo, a gente tinha um nível cultural igual, enfim, a gente tinha vários pontos em comum, algumas coisas não algumas coisas ela gostava mais eu menos, mas no geral a gente combinava muito, lugares para viajar, viajamos muito...

Por outro lado, Lucia se lembra de outras relações onde o fator que mais prejudicou o convívio do casal, em relação ao preconceito foi o “*armariamento*” das companheiras, além da interferência familiar:

Eu senti que o preconceito atravessava a relação em duas experiências de afetividade que eu tive, com duas mulheres e atravessava porque eram pessoas que não eram assumidas, eram pessoas armariadas, que a gente fala, completamente dentro do armário, fora a questão de não serem assumidas, eu senti que a família era muito preconceituosa, mas quando a família não é e a pessoa é assumida, não tem nada, mesmo o casal sofrendo preconceito, o preconceito que o casal sofre, eu e a Letícia eventualmente sofremos, não afeta a relação, não afeta pela postura que você tem.

Ou seja, para Lucia, o preconceito não é uma instância, por si só, capaz de abalar a relação. Mas pode se tornar um problema, quando o casal não está em sintonia.

9. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

9.1 Família de origem, heranças e constituição subjetiva

Neste tópico, as relações familiares que atravessaram as três gerações serão abordadas, na riqueza dos detalhes, a partir do relato das entrevistadas. Em consonância com os objetivos, atentaremos para as relações de gênero, às imposições heteronormativas e a transmissão da vergonha. Interessa-nos, portanto, avaliar de que modo esses padrões familiares interagem na constituição subjetiva e nas relações intersubjetivas dessas mulheres. A maioria delas, com exceção de Lúcia, nasceu na década de 80, sendo seus pais de uma geração que vivenciou mudanças culturais significativas, decorrentes da revolução sexual dos anos 60 e 70. Essa contextualização é fundamental para uma melhor compreensão acerca das heranças e legados que permeiam o discurso de cada uma delas.

Todas as entrevistadas consideram suas famílias conservadoras/tradicionais, e a maioria enfatiza esses aspectos na família nuclear de seus pais. Os avós são descritos como transmissores de uma moral sexual rígida, com valores mediados por imposições de gênero, configurando uma dinâmica familiar invariavelmente marcada por hierarquias de poder.

No caso de Bianca, Camila e Lucia, as mulheres assumiram o lugar de “patriarcas”, na ausência da figura masculina. Em suas famílias, é a mulher que representa a figura de autoridade e controle, embora essa autoridade haja em favor das imposições sobre as condutas de gênero e da moral sexual impostas sobre as mulheres, ou seja, as “matriarcas” assumem o lugar dos homens e reproduzem os ditames patriarcais.

Neste sentido, nota-se uma disparidade entre a permissividade com que se lidava com os desvios masculinos em termos de moral e a retaliação sobre as condutas femininas que fugiam ao esperado socialmente, como a gravidez antes do casamento e a separação.

O avô de Vera, por exemplo, teve várias amantes, perdeu dinheiro no “jogo”, desligava a televisão se aparecesse um negro, ou seja, mantinha condutas abusivas e autoritárias sem que isso fosse questionado pela família.

No caso de Priscila, além do uso do poder, seu avô estabeleceu uma relação abusiva com a família, de um modo ainda mais devastador, pois submeteu os netos, enquanto meros

objetos, à sua realização sexual. Este fato ficou devidamente escondido e mantido em segredo, como se “nada tivesse acontecido”.

De acordo com Araujo (2002), “O abuso sexual infantil é uma forma de violência que envolve poder, coação e/ou sedução. É uma violência que envolve duas desigualdades básicas: de gênero e geração”. (Araujo, 2002)

Segundo esta autora, o silêncio familiar constitui um “pacto inconsciente com o agressor ou em nome de uma pseudo-harmonia familiar. Nas famílias incestuosas a lei de preservação do segredo familiar prevalece sobre a lei moral e social.” (Araujo, 2002, p.8).

Em sua pesquisa, Araujo (2002) aponta dois aspectos que se destacaram nas famílias abusivas: a questão de gênero e o fator econômico.

A dominação masculina e a submissão feminina, cristalizadas, naturalizam a produção e repetição de comportamentos abusivos por parte do homem detentor do poder de pai, provedor material e chefe da família. Ao se colocarem na condição de inferioridade, as próprias mulheres delegam poderes a seus maridos, companheiros e pais. E é nesse lugar que eles reproduzem comportamentos abusivos. (Araujo, 2002, p.9).

A submissão feminina fica bastante evidente, a partir dos relatos de constrangimento e retaliação sobre as mulheres que romperam com as normas e expectativas sociais.

A mãe de Camila, embora tenha subvertido os padrões, a partir da relação homoafetiva que estabeleceu após a separação, aparentemente não sofreu retaliações sociais e familiares tão severas. Ainda assim não foi algo isento de conflitos.

Vera foi a única que não mencionou nenhuma situação de constrangimento ou tabu familiar. Mas, observa-se uma dinâmica familiar muito envolta de segredos, como por exemplo, o padrão das fofocas familiares, bem como o não encorajamento de uma comunicação mais próxima com as filhas por parte do casal parental.

Sobre a conjugalidade dos pais, nenhuma entrevistada descreve uma relação satisfatória, seja pelas brigas, como destaca Vera e Bianca, seja pela separação, no caso de Lucia e Camila, Priscila não aborda o relacionamento dos pais enquanto casal.

Bianca apresenta uma perspectiva crítica acerca do casamento tradicional e percebe-se em seu discurso, que não se inclui neste padrão, ainda que tenha se casado. É interessante

perceber o quanto a ideia de casamento está atrelada à de aprisionamento para ela, que procurou fugir deste padrão.

Percebe-se que nossas entrevistadas romperam com muitos *imperativos femininos* (Lacombe, 2010), que operavam na esfera social e familiar, já que optaram por não constituir uma família convencional heterossexual, assumiram uma identidade lésbica e não se referem à maternidade enquanto projeto central de suas vidas.

9.2 A descoberta do desejo homoerótico, as primeiras experiências sexuais e o processo de autoafirmação lésbica com suas ressonâncias nas relações familiares.

Este tópico pretende discorrer sobre a percepção do desejo homoerótico e como se estabeleceu essa vivência para cada entrevistada, suas primeiras experiências e a trajetória até a autoafirmação, levando em consideração o contexto familiar de cada uma e como este foi mobilizado.

O aspecto que se destacou na fala de quatro das cinco entrevistadas, foi o modo conflituoso frente aos desejos homoeróticos, expresso por sentimentos de culpa, negação e vergonha.

Vera, por exemplo, ao se sentir enamorada por outra menina, aos 10 anos, relata que “sabia que estava errada”, pelo fato de olhar a menina no vestiário e se sentir atraída por ela. A afirmação indica que naquele momento, embora não soubesse muito bem o que acontecia, estava introjetada a crença familiar de que a homossexualidade era “errada” e estava associada à “falta de caráter”.

Dentre todas, parece que Vera foi a mais prejudicada pelos imperativos morais da família. É como se já estivesse instaurada uma prerrogativa de que a homossexualidade envolvia falta de decência e deveria ser condenada. Sua primeira experiência amorosa foi potencialmente traumática, pois vem acompanhada de uma série de aspectos que a colocaram numa situação de vulnerabilidade, que envolvem a idade da namorada (menor de idade) e as condutas “ilícitas” desta última, como o envolvimento com drogas, “era uma menina muito errada”, afirma. Sofreu ameaças dos pais dessa menina, correu o risco de ser presa, ou ao menos teve muito medo disso.

Bianca não relata sentimentos ambivalentes a respeito da homossexualidade em si, mas sim conflitos ligados à quebra das expectativas maternas sobre ela, sobretudo por ter sido uma menina com vários atributos femininos. O momento em que a mãe descobriu seu namoro com uma menina foi descrito por ela como “traumático”, ou seja, se sobressai em seu discurso o conflito direto com a figura materna, muito mais do que com seu desejo, como foi o caso de Vera.

Priscila e Camila descrevem uma situação diferente, pois as mães já demonstravam uma “desconfiança” quanto à homossexualidade delas. Essa pressuposição materna foi algo que trouxe incômodo para ambas, que se sentiram “rotuladas” a partir de estereótipos de gênero, embora isso apareça de modo muito sutil no relato de Camila.

Contudo, as semelhanças se encerram neste ponto, pois as atitudes maternas foram diametralmente opostas. A mãe de Priscila ridicularizava e recriava de modo generalizado todas as mulheres lésbicas e impunha à filha enquadres de gênero, gerando conflitos desde muito antes de Priscila identificar qualquer homoerotismo em si. Por outro lado, a mãe de Camila se preocupou em promover um espaço onde a filha se sentisse bem com a sua suposta homossexualidade, no caso, a psicoterapia.

Lucia somente aos 29 anos teve sua primeira experiência sexual satisfatória. Suas relações anteriores, com homens, nunca foram prazerosas. Vale lembrar que sua juventude transcorreu num contexto sócio-cultural de extrema invisibilidade lésbica. O despertar do homoerotismo trouxe igualmente conflitos, segundo ela “foi impactante” se descobrir lésbica naquela idade.

Todas as entrevistadas, com exceção de Camila, descrevem uma descoberta bastante solitária e angustiante, independente da idade em que aflorou o desejo homossexual.

As condutas maternas parecem ter influenciado significativamente o modo como as filhas lidaram com seus primeiros contatos afetivo-sexuais. O que chama a atenção é a postura controladora das mães, em todos os casos, seja punindo e repreendendo a homossexualidade, seja pela ansiedade em “saber”. De todo modo, percebe-se um alto grau de investimento narcísico sobre as filhas, gerando tensão e medo de decepcionar as expectativas maternas.

Os pais, por sua vez, foram de extrema importância para amenizar toda essa carga materna, após a revelação das filhas. Na maioria dos casos houve uma aproximação entre pais e filhas. A única exceção foi Lucia, que não teve contato com o pai e, o avô materno, que foi sua figura paterna, não teve conhecimento.

Na família extensa, observamos também realocações, com afastamentos e aproximações.

A cumplicidade entre os membros homossexuais na família de origem e na extensa é significativa. O que é muito interessante, se pensarmos na relação entre Camila e sua mãe. A relação de Bianca com a sua irmã, envolve ambivalência, pois, há elementos visíveis de rivalidade fraterna, o que não aconteceu com Vera e sua irmã caçula, provavelmente por conta da diferença de idade entre elas (dez anos), de modo a se estabelecer uma relação mais maternal do que fraternal.

Priscila relata que a relação com seu primo (gay) se fortaleceu ainda mais depois de revelarem seu “segredo” um ao outro, constituindo uma cumplicidade muito forte desde então. Por outro lado se afastou do irmão, que queria doutriná-la na heteronormatividade. Embora não seja referido por ela como o único motivo deste afastamento, foi um fator considerável.

Bianca, por sua vez, não refere algo dessa intensidade, embora se identifique com o primo por parte de mãe. O outro membro homossexual é o tio paterno, mas não tem contato com ele e também não demonstra afinidade. É importante lembrar que esse tio constituiu uma família heterossexual e teve três filhos. Bianca optou por residir numa outra cidade, longe da família e lá constituiu outro núcleo social, composto por amigos.

9.3 Vinculação amorosa e conjugalidade

Neste tópico será realizada uma análise a partir de processos vinculares, os quais envolvem a escolha amorosa, o contexto inicial da relação, a tomada de decisão pela coabitação e as características do vínculo conjugal. De acordo com os objetivos desta tese, a prioridade estará em refletir sobre as interferências dos aspectos sociais e também da transmissão psíquica familiar, sobre as decisões acerca da experiência, vincular homoafetiva e dinâmicas estabelecidas no casal.

O início da relação é um dado importante para se compreender as motivações inconscientes da escolha amorosa e as posições subjetivas adotadas na dinâmica do casal.

Nota-se, por exemplo, influências sobre a vida afetiva que se relacionam com fatores marcados diretamente pelo preconceito social e familiar, em maior ou menor grau, em todos os casos, revelando o quanto ainda é intensa a cultura heteronormativa sobre os casos investigados nesta tese.

Observa-se, na relação de Vera, um contexto pré-união muito marcado pelo desamparo e solidão, diante de um cenário urbano hostil à homossexualidade, além do retorno à casa dos pais, com os quais ela não tinha boa relação. Esta situação de vulnerabilidade faz Vera, no momento da entrevista, se questionar sobre suas reais motivações para se relacionar com Vanessa, que, segundo ela, não era e nunca foi “a mulher da sua vida”. Além disso, pelas mesmas razões, o casal resolve morar junto, isto é, pela falta de espaços de aceitação da relação.

A análise dos dados de Priscila revela o quanto a sensação de decepcionar os mais próximos, por ser homossexual, pode acarretar em mecanismos subjetivos de compensação, a fim de resgatar o amor e admiração, sobretudo da mãe. Seu relato indica o quanto romper com os padrões heteronormativos e de gênero pode ser desafiador. É interessante atentar que, os conflitos com sua mãe são fortemente marcados, desde a infância, por não seguir os estereótipos femininos que essa última queria lhe impor. Sua escolha amorosa é justamente por uma pessoa que corresponde aos padrões que a mãe depositava nela.

Lucia afirma que, depois de sua primeira experiência homoerótica, aos 29 anos, resolve ampliar seus espaços de convivência para além do escritório de advocacia, considerado por ela um ambiente conservador e limitado, onde não se falava sobre sua homossexualidade (e nem da de ninguém). Seu recurso foi buscar lugares de aceitação, unindo-se em outros “guetos” com uma abertura cultural mais ampla que lhe permitisse viver livremente. Aos 40 anos se envolve com Letícia, uma mulher politicamente engajada na militância lésbica, que lhe deu segurança para se assumir publicamente, tanto que é ao longo dessa relação que ela decide “sair do armário”.

Esses três casos foram os mais significativos acerca das interferências e influências heteronormativas sobre a escolha amorosa e a decisão de dividir a casa. Vera, Priscila e Lucia se mobilizam a partir de situações que giram em torno do preconceito e da discriminação.

Nos casos de Bianca e Camila, embora tenham relatado o convívio com o preconceito ao longo de suas relações, este não foi um aspecto tão determinante em suas escolhas amorosas e de vinculação.

A escolha amorosa parece se basear em alguém que se assemelhe à suas figuras maternas. Bianca e Camila são as duas participantes que apresentam um envolvimento afetivo mais intenso com a mãe, em termos de admiração e conflitos intra e interpósíquicos com essa figura.

Bianca demonstra que havia uma admiração e identificação com a mãe na adolescência. No entanto, diante da rejeição quando se afirma lésbica, se desilude e acaba se afastando da mãe. É interessante observar o fato de que sua companheira apresenta as mesmas características de sua mãe e assume o mesmo lugar de poder e dominação na relação. Como se a mãe servisse de modelo de identificação para o se relacionar amoroso dela. Vale ressaltar que é também a partir dessa relação que ela sai da casa dos pais.

Camila também refere um vínculo muito intenso e fusionado com a mãe, e fica a impressão de que seu namoro também vem preencher o vazio deixado pela ausência da figura materna, naquele momento, que ela está sozinha, em outra cidade, longe da família. A dinâmica da relação reproduz alguns aspectos do vínculo mãe e filha. Na relação conjugal é a parceira que toma as decisões e iniciativas do casal, por exemplo.

Outro ponto que teve destaque foi o momento em que os casais resolveram morar junto. Em todos os casos se observa que essa decisão esteve mais associada à conveniência do momento do que de fato a um planejamento pautado pelo amadurecimento da relação. Na verdade, na maioria dos casos não foi algo planejado. A única exceção é Camila que refere ter tido o desejo de dividir a casa muito antes do momento em que aconteceu, o que atribui ao fato dos pais de Cláudia não aceitarem a união.

Lucia apresenta questões interessantes e que diferem da experiência das outras entrevistadas. Nesse caso, as duas optam por manter o vínculo em casas separadas, mas

decidem formalizar a união em cartório, motivadas por questões imbricadas à especificidade da homossexualidade. Lucia explica que havia duas preocupações que impulsionaram essa formalização; em primeiro lugar, não ter herdeiros; em segundo lugar por uma motivação política, ligada ao processo da conquista de direitos homossexuais. A motivação política perpassa um fator externo à relação amorosa, em si. Por outro lado, não se pode afirmar que a preocupação com a herança estaria diretamente relacionada com a homoafetividade, mas, surge a questão: será que haveria essa preocupação documental caso fosse um casal hétero? Na medida em que, esses casais, pela legitimidade social, não precisam se obrigar à formalização como modo de garantir a divisão de bens ou direito à herança.

Sobre a dinâmica conjugal, observa-se em todos os casais, a presença de uma divisão de papéis e/ou funções fortemente marcada pelas questões de gênero e por um modo de funcionamento similar ao modelo patriarcal (observado em todas as famílias).

Desse modo, nota-se uma reprodução desses padrões na dinâmica conjugal. Observa-se que as relações vão se transformando de acordo com o posicionamento profissional de cada uma: quem tinha o melhor salário era mais valorizada e se estabelecia assim uma hierarquia no par. Se delegava a função de cuidar da casa para aquela que ganhava menos ou trabalhava menos tempo fora de casa.

Esta situação foi especialmente observada nos casos de Bianca e de Camila, que se queixaram desse aspecto na união. A partir do momento em que suas parceiras alcançam um bom status profissional e financeiro, se atribui a elas o encargo de tomar conta da casa e dos afazeres domésticos, e começam a se sentir extremamente desvalorizadas pelas parceiras (o casamento de Camila é o mais emblemático neste sentido).

Priscila também conta que a relação vai gerando uma dinâmica em que ela vai assumindo os cuidados com a casa, porém não fala sobre isso num tom de queixa, apenas como uma observação sobre a dinâmica da relação. Isto pode estar ligado ao fato de que não havia uma diferença de salário e/ou ocupação, pelo menos não foi algo referido por Priscila. Ela afirma que as contas eram divididas entre o casal. Não se observa uma hierarquia na relação, como se observa na relação de Bianca e Camila, mas ainda há uma divisão desigual das tarefas domésticas.

Lucia é a única que descreve uma relação mais igualitária a respeito da divisão das tarefas domésticas. Contudo, existe uma desvalorização marcante da parceira porque ela não conseguia “ganhar dinheiro”.

Na relação de Vera se observa também um processo de hierarquização. A diferença é que ela era a provedora do casal. Vale ressaltar que o poder não estava apenas relacionado ao maior salário, mas também associado à questão étnica, já que Vera é loira de pele branca e Vanessa tinha traços indígenas. O lugar de poder exercido por Vera parece dificultar e/ou inibir o desejo de separação, pois ela alega que “não seria ético” se separar no momento em que ela estava “se dando bem”.

Conclui-se, portanto, que houve uma divisão hierárquica que foi se constituindo na dinâmica conjugal, na maioria das vezes atrelada ao posicionamento profissional e viés econômico. Percebe-se o estabelecimento de uma dinâmica muito próxima da família patriarcal tradicional. Isto é, as desigualdades são reproduzidas, pautadas em antigos estereótipos de gênero, onde se delega a função de provedora para uma e a função de cuidadora do lar, para a outra, de modo que esta última se mantém numa posição de inferioridade, desvalorização e fragilidade dentro da relação.

9.4 Principais conflitos, separação e influências do preconceito sobre a relação conjugal

Nesta categoria serão analisados os principais fatores de insatisfação e de conflitos conjugais que desencadearam a separação. A partir do objetivo central desta tese, qual seja: analisar a influência dos padrões heteronormativos e da homofobia social sobre a experiência vincular; será feita uma análise priorizando esses aspectos. No entanto, dados mais gerais também serão considerados pois fornecem elementos importantes na compreensão da conjugalidade lésbica e seu esgarçamento.

O ponto em comum no relato de todas as entrevistadas foi a insatisfação sexual. Na maioria dos casos, descrita como algo que foi se instalando na vida do casal a partir de decepções e perda da admiração pela parceira, como descreveu Lucia e Camila, por exemplo. Apenas Priscila referiu que o sexo do casal sempre fora problemático, assim como a relação de um modo geral.

Bianca foi a única que não se queixou sobre a falta de sexo no relacionamento, afirma que já não sentia desejo pela parceira, mas estava confortável na relação. Vera, por outro lado, afirma que o casal interrompeu sua vida sexual após a morte do sogro, o que é muito interessante, ao indicar o quanto a repressão fora internalizada pela parceira, que passou a ter receio de estar sendo “vigiada”.

No geral observa-se que a prática sexual entre as parceiras é atravessada por influências de cunho moral gerando sentimentos de culpa e vergonha para Vera e, por outro lado a cobrança pelo orgasmo para Priscila, que seria “outro lado da mesma moeda”, pois na tentativa de compensar a repressão sobre a sexualidade da mulher, o “gozo” vira um imperativo, e logo uma cobrança. No caso de Camila e Lúcia, a inapetência sexual parece decorrer de um desejo ainda muito pautado pelo “falo”, isto é, o desejo cessa quando uma das parceiras não ganha dinheiro suficiente ou não consegue se estabelecer na profissão. Em relação à Camila não fica claro se foi realmente a falta de emprego ou se a parceira se incomoda com sua falta de ímpeto para “ir atrás do que quer”.

A desigualdade na divisão das tarefas domésticas também foi algo que gerou stress em algumas participantes, como Bianca e Camila. Foi se estabelecendo no casal uma dinâmica de complementaridade não consensual, baseada na colocação profissional. Desse modo, além da insatisfação com o trabalho, ou com a falta dele, surge uma sensação de menos valia e de desvalorização dentro da relação.

Estas questões de gênero que, vale frisar, não são exclusivas de uma relação entre mulheres, já que a cultura atual, ainda pautada pelos binarismos, atinge todas as pessoas e influencia as relações afetivas de modo geral.

No que se refere às especificidades da relação homoafetiva que, no argumento desta tese, estão pautadas pelo preconceito heteronormativo e homofóbico, os dados mostraram que em todos os casos as relações foram permeadas por seus ditames. No entanto, o preconceito, por si só, não foi referido como instância geradora de conflitos e problemas no casal. Ou seja, na maioria dos casos, o que interferiu negativamente na relação foi a disparidade intracasal e a falta de diálogo sobre o assunto. Esta posição foi enfaticamente defendida por Bianca, Priscila e Lúcia, entre os principais motivos de stress relacionados ao preconceito.

Camila é um caso bastante emblemático neste sentido, pois, afirma que a dificuldade da parceira em se posicionar diante da família enquanto lésbica e casada com ela, foi significativo para o término. Durante toda a relação foram tratadas como “amigas” e no momento em que a relação estava abalada, Camila não conseguiu mais sustentar este lugar.

A maioria das entrevistadas se queixa sobre as limitações sociais e constrangimentos diante dos imperativos heteronormativos, mas não indicam esses fatores como causadores dos conflitos conjugais.

É consenso entre elas que a interferência sobre a relação dependerá da postura de enfrentamento do casal sobre esses fatores adversos. Destaca-se, por fim, a importância do diálogo e cumplicidade do casal enquanto fundamentais para que o preconceito não prejudique o vínculo conjugal.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo refletir e compreender mais aprofundadamente a vincularidade lésbica frente ao imperativo heteronormativo. Para tal finalidade, se optou por realizar uma pesquisa de metodologia qualitativa, cuja escolha merece algumas ponderações. Diferentemente de um tratamento estatístico dos dados, a pesquisa qualitativa se propõe a avaliar conteúdos em profundidade, sendo assim destacam-se algumas questões que fazem parte desse processo e atingem a construção do material de análise. A primeira se refere ao olhar do pesquisador, que implica também a subjetividade deste sobre o material que se apresenta, como é o caso aqui por abarcar interpretações de histórias de vida, gentilmente divididas pelas participantes, e não logra ser um material fechado a outras leituras possíveis.

Além disso, trata-se de uma análise de dados obtidos a partir de um primeiro e único contato, o que também permeia modos de se expressar, histórias eleitas para se contar ou não, bem como expectativas sobre a própria influência na pesquisa. Como foi apontado no capítulo destinado ao método, o tema pesquisado envolve uma série de questões, tanto para as participantes como para a pesquisadora. Pois, como foi visto também na parte teórica, há um histórico comprometedor para as “ciências” acerca das temáticas em torno da compreensão da homossexualidade, extensamente catalogada e segregada mediante o imperativo heterossexual. A interferência desse aspecto sobre a pesquisadora passou pela ansiedade e insegurança, num primeiro momento, frente às entrevistadas, pelo receio de que estas pudessem apresentar alguma resistência ou desconfiança sobre as intenções da pesquisa. Entretanto, na prática, notou-se uma vontade em colaborar, as participantes se revelaram animadas para darem seus depoimentos. Mas também havia sentimentos ambivalentes, talvez não num nível consciente, como a ênfase de Camila em dizer que “é igual, não tem diferença” e Lucia, que queria convencer a pesquisadora de que independente da configuração do casal (homo ou hetero),

os conflitos eram os mesmos. Ou seja, esse é um solo delicado e com muitos motivos para ser assim, frente a um panorama social em que a separação entre homo e heterossexuais, invariavelmente pretere o primeiro grupo.

Neste sentido, vale ponderar essas condições enquanto forças atuantes, tanto no momento da entrevista, quanto na análise destas e, assim, enfatizar que se trata de uma leitura possível, entre outras, que pode não ser exata ou totalmente condizente com “a verdade” das histórias que foram aqui divididas. Ainda assim, o conjunto dos relatos fornece dados que permitem lançar algumas considerações significativas acerca das perguntas levantadas inicialmente: - Quanto e como o convívio com o preconceito interfere nos modos de subjetivação e, quanto e como essa interferência afeta o vínculo com outra pessoa que também se constituiu frente ao preconceito e às imposições heteronormativas? - A hostilidade social e/ou familiar causa conflitos no casal? - Como se lida com estes fatores numa relação afetiva? Frente às potencialidades e limitações, levantam-se algumas observações e também, indagações.

Nota-se que a conjunção entre o preconceito social e internalizado, na vida das mulheres participantes deste estudo, provocou sentimentos de constrangimento, medo, sensação de exclusão social e ressentimento em algum momento de suas trajetórias. Algumas participantes descrevem, no cotidiano, a convivência constante com esses afetos, em situações que seriam corriqueiras e despercebidas para um heterossexual convencional. Como por exemplo, o constrangimento de Vera ao apresentar a certidão de casamento, pelo fato de sentir que rompe com uma expectativa social muito pautada pela heteronormatividade, ou ainda quando lhe perguntam pelo “marido”.

Observa-se que, ainda que se possa viver a orientação sexual de modo mais ou menos tranquilo em termos subjetivos, coexistem forças provenientes de uma transmissão psíquica

fortemente marcada por proibições em torno da homossexualidade, somada à idealização da heterossexualidade. De acordo com Correa (2000), a cultura, que também assujeita os pais, é transmitida por meio de crenças e proibições, as quais vão constituir as identidades e os modos de se sentir no mundo. Eiguer (1998) também sinaliza o quanto a transmissão psíquica familiar reitera o estabelecido e fortalece as idealizações. Sendo assim, observa-se um percurso para elaborar o luto por esse ideal de eu, marcado pela heteronormatividade. As entrevistadas descrevem e reiteram em diferentes intensidades esse processo. Percebe-se, por exemplo, em todos os relatos o início da vida sexual acompanhada pela culpa, confusão, solidão e vergonha. Além de um empenho em conquistar um lugar de pertencimento, seja mudando de cidade, seja ampliando o convívio social para setores mais “amigáveis”.

Lucia, a única entrevistada que destoa da geração do restante das participantes, estando com 58 anos na data da entrevista, foi a única que viveu sua primeira experiência lésbica próximo de completar 30 anos. Antes disso, se relacionava com homens, ainda que não obtivesse satisfação alguma nessas relações. Ou seja, no seu caso, em quase três décadas de diferença geracional, parece que a “elaboração” desse luto foi um processo mais difícil e demorado.

Constata-se uma transformação social bastante acelerada nas últimas décadas, em relação à visibilidade e aceitação de pluralidades no âmbito sexual e afetivo. É o que as pesquisas da área também apontam (Herek, 2015; Toledo, 2013). Contudo, o preconceito continua trazendo muito sofrimento, como revelou a pesquisa de Silva (2008), também em consonância com os depoimentos coletados no presente estudo. O fato de Lucia ter sido a única com mais de 40 anos a se candidatar para a pesquisa válida, de certo modo, essa observação. É mais difícil para as mulheres de gerações anteriores falarem com mais tranquilidade sobre o assunto e se exporem numa entrevista com uma pessoa desconhecida.

Uma das questões suscitadas por esta tese e que merece uma maior investigação, se refere à intensidade do preconceito que algumas mães direcionaram contra suas filhas. Mais enfaticamente, a mãe de Vera que trancou o armário para não dividir as roupas com a filha e impedia que ela brincasse com a irmã mais nova e, a mãe de Lucia que partiu para a agressão física contra a filha ao descobrir a homossexualidade desta. Compreende-se que há um estranhamento, e em todas as mães isso foi observado, enquanto uma dificuldade inicial para lidar com a quebra da expectativa narcísica sobre as filhas. Contudo, a diferença de intensidades desses sentimentos suscita o questionamento sobre a origem psíquica acerca da não aceitação em termos quase radicais, frente à homossexualidade das filhas. Por onde passa o sofrimento tão intenso dessas mulheres? O que leva uma mãe a ter uma atitude tão radical contra a própria filha, quando antes havia uma boa relação?

Normalmente não se atenta para esse fato, pois indivíduos homofóbicos são vistos apenas como agressores, mas não se pode resumir a questão a isso, dado, justamente, essas disparidades. Tomando o exemplo do avô de Bianca que “era uma das pessoas mais conservadoras” que ela conhecia e ainda assim, foi quem considerou o viúvo do seu cunhado (irmão da avó de Bianca), sobre a partilha de bens, de modo a legitimar a relação dos dois, ainda que não concordasse. E, por outro lado, a mãe de Lucia que, sendo considerada por essa uma pessoa “cult” e de “mente aberta”, não tolerou se deparar com a homossexualidade da filha e permaneceu hostil a ela até sua morte, dez anos depois.

Percebe-se que os conteúdos ligados às reações homofóbicas vão muito além de um reflexo da cultura heteronormativa, e talvez isso possa ser um forte indicativo para investigações futuras. Entretanto, nos casos analisados as recriminações maternas se revelaram mais severas quando a própria mãe teve experiências de subversão. Talvez haja algo em torno da própria vivência da sexualidade que é projetada na forma de um sentimento de ódio e

ataque sobre a realização das filhas. Também aqui se deixa uma indagação envolvendo esses elementos para ser aprofundada em trabalhos posteriores.

Em relação a esta pesquisa, cabe apontar as contribuições da *teoria queer* no que se refere ao enfrentamento do sofrimento provocado pela não correspondência aos ideais de eu. Pois, a proposta *queer* é justamente romper com as determinações de gênero e de sexualidade que compõem fortemente essas idealizações. A compreensão de que a identidade é instável e não fixa, e de que a sexualidade é mutável ao longo da vida e indeterminada pelas imposições de gênero, alcançam uma compreensão mais refinada frente à complexidade humana. Desse modo, apresenta-se uma teoria que liberta os indivíduos considerados “queer” para infinitas possibilidades de ser e se relacionar, sem se preocupar com uma definição, propriamente dita, pois, definições não servem a nada além de rotulações e estigmatizações.

Sobre a insatisfação conjugal, um dado de destaque foi em torno da insatisfação sexual. As entrevistadas se queixaram, em todos os casos, de aspectos insatisfatórios no âmbito da sexualidade do casal, normalmente pela falta ou ausência de relações íntimas nos últimos meses ou anos, antes da separação. A esse respeito, vale retomar a noção de interseccionalidade (Crenshaw, 2002). Pois, sabe-se que o gênero feminino culturalmente sofre mais com as repressões sexuais e somado a isso, o estigma do homoerotismo, constituindo um duplo tabu, o prazer da mulher e o prazer com outra do mesmo sexo. Portanto, a sexualidade, enquanto instância que carrega mais fortemente repressões e dificuldades na vida íntima foi bastante determinante para a insatisfação conjugal. Vale enfatizar que a vida sexual é considerada importante para a maioria das pesquisadas, apenas Bianca não se queixou da baixa frequência sexual do casal. O que vai contra estereótipos do senso comum que sugerem que o sexo é menos importante para as mulheres. Desse modo,

conclui-se que a relação conjugal e sexual é atravessada por prerrogativas que podem intimidar ou prejudicar a vivência plena de satisfação.

Quanto ao preconceito, o que foi trazido como principal queixa das participantes foram as atitudes familiares, muito mais do que aspectos de cunho social. O que é mais valorizado por todas é a paridade com que se lida com a própria homossexualidade, ou seja, nota-se que os conflitos conjugais se intensificam quando o grau de aceitação quanto à homossexualidade difere substancialmente entre as duas. Percebe-se que o preconceito internalizado esteve muito associado à insatisfação conjugal e o preconceito social também prejudicou indiretamente, como foi apontado.

Ao lado disso, as entrevistadas elencaram alguns receios de violência extrema, como o medo do “estupro corretivo” ou da perseguição de skinheads, que impedem com que algumas andem de mãos dadas ou demonstrem afetividade em público, o que parece ser unânime. O “ter que pensar duas vezes antes de dar um beijo”, como Priscila destacou, implica, além do cerceamento individual, a preocupação em se negar à outra do par, causando desconforto, sobretudo quando o casal não consegue identificar essas nuances e dialogar sobre o assunto.

Por fim, gostaríamos de enfatizar que apesar de identificarmos elementos internalizados do preconceito social quanto à homossexualidade, gerando uma postura às vezes vulnerável no mundo, foi possível perceber também elementos de superação bastante significativos. O próprio revelar-se foi um intenso processo de superação. Além disso, a trajetória das relações familiares também ilustra uma superação. Em todos os casos, com exceção de Lucia, houve um processo de aceitação e convivência com a homossexualidade dessas mulheres, pelo menos na família nuclear.

Essas mulheres conquistaram e lutaram por seus espaços, simbólica e literalmente. Na busca pela cidade onde morar ou por ambientes menos opressivos, estiveram engajadas em alcançar um lugar de pertencimento. Seguem a vida com uma independência que conquistaram e autonomia para estarem mais próximas das pessoas com as quais se identificam e viver seus relacionamentos com mais tranquilidade. Todas elas se mostram confiantes em relação à assunção pública da homossexualidade enquanto algo que as beneficiou e que também pode favorecer o vínculo, quando se conta com o apoio e cumplicidade da parceira, independente do entorno social ou familiar.

*"A liberdade, que é uma conquista, e não uma
doação, exige permanente busca. Busca permanente
que só existe no ato responsável de quem a faz.
Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário,
luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém
liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as
pessoas se libertam em comunhão."*

[Paulo Freire].

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722002000200002>. Acesso em 22 out. 2015
- ATAL, J. P.; ÑOPO, H.; WINDER, N. (2009). New Century, Old Disparities. *Gender and Ethnic Wage Gaps in Latin America*. Inter-American Development Bank. Disponível em <<https://publications.iadb.org/handle/11319/1649>> Acesso em 12 mar. 2016
- ASSOCIAÇÃO DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em <www.arpensp.org.br>. Acesso em: 14 mai. 2013
- BARCELOS, D. P. Uniões homoafetivas: da desregulamentação ao reconhecimento. Disponível em <www.jurisway.org.br>. Acesso em 16 ago. 2009
- BENTO, B. Em defesa da mulher e das Uniões Homoafetivas. *Revista Justiflex*. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/pt/entrevistas-revista-justilex-em-defesa-da-mulher-e-das-unioes-homoafetivas.cont>> Acesso em: 14 jan. 2016
- BIGLIANI, C. G. (2011). Humilhação e vergonha: dinâmicas e destinos. in C. G. Bigliani, R. Moguillansky; C. E. Sluzki (orgs.). *Humilhação e Vergonha - Um diálogo entre enfoques sistêmicos e psicanalíticos* (pp. 19-44). São Paulo: Zagodoni Editora.
- BORRILLO, D. (2001). A homofobia. In: Lionço, T; Diniz, D. (Orgs.) *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009.
- BUTLER, J. (2013). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- CANCISSU, C.R.P. *Lésbicas, família de origem e família escolhida: um estudo de caso*. (2007). 90f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.
- CASTAÑEDA, M. (2007). *A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas*. São Paulo: A Girafa.

COSTA, J.F. (1995). *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Editora Escuta.

_____ (1992) *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

CORREA, O. B. R. (2013). *Crises e travessias: nas diversas etapas da vida do casal e do grupo familiar*. Petrópolis: kbr.

_____ (2000). *O legado familiar: tecelagem grupal da transmissão psíquica*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria.

_____ (2003). Transmissão psíquica entre gerações. *Psicologia USP*, São Paulo, 14(3), 35-45. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v14n3/v14n3a04.pdf>>. Acesso em 24 jan. 2016

CRENSCHAW, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. University of California, Los Angeles, 171 1/2002.

EIGUER, A. et al. (1997). *A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica*. São Paulo: Unimarco Editora, 1998.

ESPINOZA, Y. (2004). *La relación feminismo-lesbianismo em América Latina: una vinculación necesaria*. Buenos Aires. Disponível em <<http://articulotecafeminista.blogspot.com.br/2007/04/la-relacin-feminismo-lesbianismo-en.html>> Acesso em

FACCHINI, R. (2011). A contribuição dos movimentos sociais na promoção da cidadania LGBT. In: *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP.

FÉRES-CARNEIRO, T. (1997). Escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 10, n. 2.

_____ (2003). Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, v. 8, n.3.

_____ (2008). Clínica de família e casal: narrando quatro décadas de pesquisa. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, Porto Alegre: Abratef. v.1, n.1.

FÉRES-CARNEIRO, T. & NETO, O. D. (2010). *Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais*. Ribeirão Preto: Paidéia. v. 20, n.46.

FONTANELLA, B. J. B.; CAMPOS, C. J. G.; TURATO, E. R. (2006). Coleta de dados na pesquisa clínico-qualitativa: uso de entrevistas não dirigidas de questões abertas por profissionais de saúde. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v.14, n. 5, set/out, 2006.

FOUCAULT, M. (2007). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

FREUD, S. (1920a). *Psicogênese de um caso de homossexualismo em uma mulher*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1905). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996

GIDDENS, A. (1992). *A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

GREEN, R. J. & MITCHELL, V. (2002). Gay and lesbian couples in therapy: homophobia, relational ambiguity, and social support. In: Gurman, A. S. & Jacobson, N. S. (Orgs.) *Clinical handbook of couple therapy*. New York: Guilford Press.

HEREK, G. M. (2015). Beyond “homophobia”: thinking more clearly about stigma, prejudice, and sexual orientation. *American Journal of Orthopsychiatry*, vol. 85, n. 5. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.10337/ort0000092>>. Acesso em 23 mar. 2016

JESUS, J. G. (2013). O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. Itatiba: *Psico-USF* vol.18 no.3, Sept./Dec. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712013000300003>> Acesso em 14 set. 2015

JORGE, M. A. C. (2007) *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan 2: A clínica da fantasia*. Rio de Janeiro: Zahar.

KAËS, R. (2014). *As alianças inconscientes*. Trad. Sob a direção de Cazarotto, J. L. São Paulo: Ideias e Letras.

KAËS, R. (2011). *Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo*. São Paulo: Edições Loyola.

LACOMBE, A. Ler[se] nas entrelinhas. Sociabilidades e subjetividades entendidas, lésbicas e afins. 2010. 205 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. (1998). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

LOURO, G. L. (2001). Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>> Acesso em 22 jul. 2015

LOURO, G. L. (2014). Uma sequência de atos. *Revista Cult: Dossie Judith Butler*. Disponível em <<http://revistacult.uol.com.br/home/2013/11/uma-sequencia-de-atos/>>. Acesso em 22 jul. 2015

MEAD, M. (2000). *Sexo e temperamento*. Trad. Sob a direção de Rosa Krausz. 4ª Ed. Coleção Debates, 5. São Paulo: Perspectiva.

MELLO, L. (2005). *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MENDONÇA, B.; NASCIMENTO, L. (2011). Homofobia não é fobia. *Revista O Viés*.

MESQUITA, M. História do movimento lésbico no Brasil. Libles. Disponível em <<http://liblesmt.blogspot.com.br/2009/02/historia-do-movimento-lesbico.html>>. Acesso em 25 fev. 2009.

MEZAN, R. (2008). *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo: Perspectiva.

MOGUILLANSKY, R. (2008). Representação, representação de objeto e vínculo. Uma visão pessoal sobre a noção de vínculo. In. Gomes, I. C. (Coord.). *Família, diagnóstico e abordagens terapêuticas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

MOGUILLANSKY, R. & NUSSBAUM, S. L. (2011). *Psicanálise vincular: teoria e clínica*. São Paulo: Zagadoni, 2011.

MOGUILLANSKY, R. (2011). A vergonha, a humilhação e o herói. In. Bigliani C. G.; Moguillansky R.; Sluzki C. E. *Humilhação e vergonha: um diálogo entre enfoques sistêmicos e psicanalíticos*. São Paulo: Zagadoni, p. 135-160.

NEGREIROS, T. C. G.; FÉRES-CARNEIRO, T. (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudos e pesquisas em psicologia*. V. 4, n. 1. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/11109/8803>>. Acesso em 12 out. 2014

NICO, M.; RODRIGUES, E. (2009). Organização do trabalho doméstico em casais heterossexuais. *Sociologia, Problemas e Práticas [Online]*. Disponível em <<http://spp.revues.org/146>> (posto online no dia 14 Março 2012) Acesso em 23 nov. 2013

NUNAM, A. (2007). Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. In: Grossi, M; Uziel, A.P.; Mello, L. (Orgs.) *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. (pp.47-68). Rio de Janeiro: Garamond.

PEDRO, J. M. (2005). Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo. v. 24, n. 1, pp. 77-98.

PORCHAT, (2011). A prática psicológica e a sexualidade como categoria de Subjetivação. In: *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Trad. Sob a direção de Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas*. Natal, 2010. n.5, p 17-44.

ROUDINESCO, E. (2000). A família do futuro. In: *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.

RUBIN G. (1993). *O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo*. Recife: SOS

Corpo.

SANTOS, A. C. (2012). Entre duas mulheres isso não acontece – um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Disponível em <<https://rccs.revues.org/4988>>. Acesso em 24 nov. 2015

SALIH, S. (2012). *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

SCOTT, J. (2005). O enigma da igualdade. Trad. sob a direção de Jó Klanovicz e Susana Bornéo Funck. *Revista Estudos Feministas*, vol. 13, n. 1. Florianópolis, Jan-Abr/2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf>>. Acesso em 19 set. 2015

SILVA, J. R. P. Parentalidades e conjugalidades em uniões homoafetivas femininas. (2008). 178 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, 2008.

SPIVACOW, M. A. (2005). *Clínica psicoanalítica con parejas: entre la teoria y la intervención*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2005.

_____. (2011). *La pareja em conflicto*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2011.

STOLLER, R. (1993). *Masculinidade e feminilidade*. Trad. sob a direção de Veronese, M. A. V. Porto Alegre: Artes Médicas.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A. (2012). Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. *Saude soc.* vol. 21, no. 3 July/Sept 2012. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000300011>>. Acesso em 15 abr. 2016

TOLEDO, L. G. “Será que eu tô gostando de mulher?": tecnologias de normatização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista. 2013. 434 f. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105610/toledo_lg_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 24 jan. 2016

TOLEDO, L. C. (2008). *A família no discurso dos membros de famílias homoparentais*. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em <www.tjsp.jus.br>. Acesso em: 18 dez. 2012.

TURATO, E. R. (2008). *Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. Rio de Janeiro: Vozes

VIEIRA, L. L. F. (2009). *As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana*. Rev. Mal-Estar Subj. v.9 n.2 Fortaleza jun. 2009

WELZER-LANG (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista de Estudos Feministas*, Universidade Federal de Santa Catarina. v. 9, n. 2, 2001, p. 460-482.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos realizando uma pesquisa de doutorado, pelo Instituto de Psicologia da Universidade São Paulo (USP). Trata-se de um estudo sobre separação conjugal entre casais homoafetivos femininos. O objetivo da pesquisa é compreender quais os principais fatores que levaram à ruptura da relação. Para tanto precisaremos realizar uma entrevista, em local conveniente para você, com duração de até duas horas. Com o seu consentimento as entrevistas serão gravadas e os dados coletados serão guardados de forma segura em nosso arquivo pessoal e posteriormente serão apagados. Asseguramos que as informações serão mantidas em sigilo e serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa. Caso ocorra apresentação em eventos da área ou futuras publicações, não serão incluídas informações que permitam qualquer identificação.

Informamos ainda que a participação não é obrigatória, não haverá qualquer despesa para participar desta pesquisa, o consentimento poderá ser retirado a qualquer momento e cada participante tem a liberdade de recusar responder qualquer pergunta. Asseguramos não ser o assunto passível de causar qualquer dano ou constrangimento, porém se houver necessidade garantimos o atendimento psicológico gratuito pelo Serviço de Atendimento do Instituto de Psicologia.

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com a responsável pela pesquisa – Fabiana Mara Esteca (CRP 13/6720) – a qualquer momento, pelo endereço eletrônico fabiana.esteca@gmail.com ou pelo telefone (11) 9 9878-8582.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – IPUSP:
Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco G, 2º andar, sala 27
CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP
E-mail: ceph.ip@usp.br - Telefone: (11) 3091-4182.

Respeitando, portanto, o procedimento de padrão ético em pesquisa, pedimos que assinem o presente termo, em duas vias.

Eu, _____,
declaro ter sido informada e estar devidamente esclarecida sobre os objetivos e intenções deste estudo, sobre as técnicas (procedimentos) a que estarei sendo submetida, sobre os riscos e desconfortos que poderão ocorrer. Recebi garantias de total sigilo e de obter esclarecimentos sempre que o desejar. Sei que minha participação está isenta de despesas. Concordo em participar voluntariamente deste estudo e sei que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, se assim o desejar.

São Paulo, ____ de _____ de 20____.

